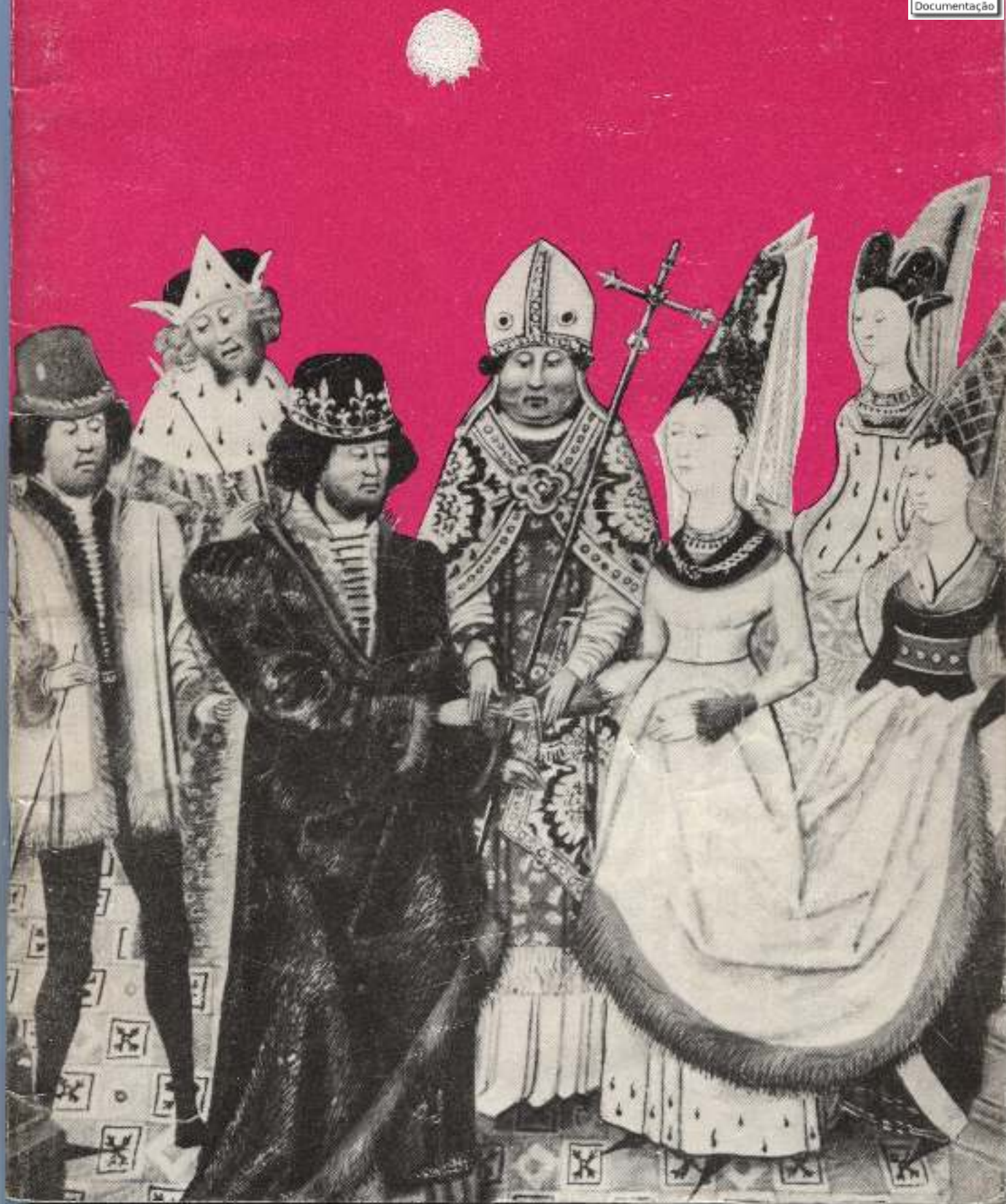


# 600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa Years of Anglo-Portuguese Alliance

Museu do Trajo  
São Brás de Alportel  
Centro de  
Documentação





# 600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa Years of Anglo-Portuguese Alliance

Museu do Trajo  
São Brás de Alportel  
Centro de  
Documentação

Este livro baseia-se numa série de palestras  
radiofónicas pelo Serviço Português da BBC, com  
um artigo de apresentação gentilmente cedido por  
Canning House.

This book is based on a series of talks broadcast  
in the BBC Portuguese Service, with an introductory  
article provided by courtesy of Canning House.

Prefácio por Sua Excelência Sir Alec  
Douglas-Home, K.T., M.P.,  
Secretário de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Comunidade  
Britânica

Este pequeno livro descreve a história da mais antiga e mais duradoura aliança entre dois países e cujos seiscentos anos de existência este ano celebramos. Num mundo em constantes mudanças é notável que uma ligação iniciada há tantos séculos tenha conseguido sobreviver ao bom e ao mau.

Os autores que contribuíram para este pequeno livro abordaram os diferentes períodos da aliança conforme perspectivas também diferentes. Algumas das opiniões expressas não coincidem com as minhas e isto no que se refere a atitudes tanto britânicas como portuguesas. De qualquer modo, a maneira como cada um dos colaboradores descreve o desenvolvimento dos laços entre a Grã-Bretanha e Portugal e a sua adaptação às circunstâncias próprias de cada época, constitui no conjunto uma leitura interessante que ajuda a iluminar as bases históricas do aniversário agora em comemoração.

Foreword by the Rt Hon. Sir Alec  
Douglas-Home, K.T., M.P.,  
Secretary of State for Foreign  
and Commonwealth Affairs

This booklet describes the history of the oldest enduring alliance between any two countries, whose 600th Anniversary we are celebrating this year. In an ever-changing world it is remarkable that a link forged so many centuries ago has survived through good times and bad.

The writers have treated the various periods of the Alliance in different ways. I do not endorse all the views of each, whether about British or Portuguese actions. But these accounts of how the authors see the ancient ties between Britain and Portugal developing and adapting to circumstances through the centuries make interesting reading, and help to throw light on the historical background to this unique Anniversary.

*Alec Douglas-Home*

*Alec Douglas-Home*

## Sumário

## Contents

	P
<b>Prefácio</b> por Sua Excelência Sir Alec Douglas-Home, K.T., M.P., Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Comunidade Britânica	3
<b>A Aliança Anglo-Portuguesa: Perspectiva Histórica</b> pelo Professor H. V. Livermore	7
<b>Introdução à Aliança Anglo-Portuguesa</b> pelo Professor P. E. Russell	16
<b>A Alvorada da Aliança Anglo-Portuguesa</b> pela Professora Virginia Rau	21
<b>Vicissitudes das Relações Anglo-Portuguesas no Século XVII</b> pelo Professor Charles Boxer	27
<b>A Aliança Anglo-Portuguesa no Século XVIII</b> por A. D. Francis	31
<b>A Grã-Bretanha e Portugal durante a Guerra Peninsular</b> por Michael Glover	36
<b>O Século XIX: a Aliança Anglo-Portuguesa e a Luta por África</b> pelo Professor Douglas L. Wheeler	40
<b>A Aliança Anglo-Portuguesa no Século XX</b> por Hugh Kay	44

### Ilustrações

Capa: Parte de uma miniatura representativa do casamento de D. João I de Portugal com Dona Filipa de Lancaster, em 1387. De Jean de Wavrin, *Chronique d'Angleterre*, vol. III, circa 1480. (*Departamento de Manuscritos do Museu Britânico*).

Verso da Capa: Parte do Tratado de Aliança Anglo-Portuguesa, 16 de Junho de 1373. Exchequer Diplomatic Documents, E 30/275. (*Arquivos Públicos*).

Verso da Contra-Capa: (Topo) Entrada de Carlos II e Catarina de Bragança em Londres, 1662. De uma gravura de Dirk Stoop. (*Departamento de Gravuras e Desenhos do Museu Britânico*).

(Centro) A Guerra Peninsular. Tropas inglesas e portuguesas lutam sob o comando de Wellington para libertar Portugal do domínio de Napoleão.

(Em baixo) Sua Majestade a Rainha Isabel II, escoltada pelo Presidente Craveiro Lopes e seguida pelo Príncipe Filipe e pela Sra. de Craveiro Lopes, durante a visita oficial a Portugal em 1957.

### Illustrations

Front cover: Part of a miniature showing the marriage of John I of Portugal to Philippa of Lancaster, 1387. From Jean de Wavrin, *Chronique d'Angleterre*, vol. III, c. 1480. (*Department of Manuscripts, British Museum*.)

Inside cover: Part of the Anglo-Portuguese Treaty of Alliance, 16 June 1373. Exchequer Diplomatic Documents, E 30/275. (*The Public Record Office*.)

Inside back cover: (Top) Entry into London of Charles II and Catherine of Bragança, 1662. From an etching by Dirk Stoop. (*Department of Prints and Drawings, British Museum*.)

(Centre) The Peninsular War. English and Portuguese troops fight under Wellington's command to liberate Portugal from Napoleon's grasp.

(Below) Her Majesty Queen Elizabeth II, escorted by President Craveiro Lopes and followed by Prince Philip and Mrs Lopes, on the last state visit to Portugal, 1957.

## A Aliança Anglo-Portuguesa: Perspectiva Histórica

pele Professor H. V. Livermore, Director do Departamento de Estudos Hispânicos e Italianos da Universidade da Colúmbia Britânica.

Passaram-se cerca de trinta anos desde que Winston Churchill, falando da Aliança Anglo-Portuguesa, informou o Parlamento de que "este compromisso dura agora há quase 600 anos, e é sem paralelo na história mundial. Tenho agora a anunciar a sua última aplicação". Na nossa época assistimos à queda dum "Reich de mil anos" em pouco menos de uma década (para muitos de nós dez anos demasiado longos) e agora contemplamos, não sem apreensão, a evidente fragilidade de instituições mundiais prometidas para a perpetuidade mas que, aparentemente, duram de semana para semana graças apenas à persistência de funcionários internacionais. A sobrevivência durante seis séculos de um tratado parece, senão um milagre, pelo menos o desafio a qualquer lei da gravidade diplomática.

O primeiro tratado entre as coroas de Portugal e da Inglaterra foi assinado na Catedral de São Paulo a 16 de Junho de 1373. Pouco ou nada indicava o seu destino excepcional. Das duas partes contratuantes o Rei Fernando de Portugal, não obstante ser um homem vivo e empreendedor, era mais um incorrigível optimista que um grande dirigente. Eduardo III terá talvez mais direito a essa distinção mas o tratado veio quase no fim do seu longo reinado, tarde demais para sustentar uma política menos sua que dos seus filhos mais novos, particularmente de João de Gante, o qual pretendia ser o legítimo Rei de Castela. Esta ambição era qualquer coisa que ele e Fernando tinham em comum, mas Fernando foi obrigado a renunciar a ela enquanto João de Gante manteve a pretensão sem que isso, aparentemente, perturbasse muito os Castelhanos. Na realidade, o tratado de 1373 foi uma aliança quase subreptícia pois Fernando foi compelido a declarar-se aliado de Henrique de Trastâmara o ilegítimo, mas assaz competente dirigente de Castela. Nos primeiros sete anos de existência o tratado de 1373 representou mais uma aspiração que uma realidade.

Existem, de facto, quatro tratados anglo-portugueses no século XIV, de 1353, 1372, 1373 e 1386.

O primeiro era entre os mercadores de Lisboa e Porto e o Rei Eduardo III, e lembra-nos que a Aliança repousa em antigas relações comerciais. O tratado de 1372, concluído em Braga, foi entre o Rei Fernando e os adeptos de João de Gante, então governador da Aquitânia. O tratado de 1373 é o primeiro que relaciona directamente as duas coroas.

Mas se não podemos olhar isoladamente o tratado de 1373, temos também de colocar num contexto mais largo os tratados do século XIV, numa época em que a Europa Ocidental se reorganizava. Portugal juntara-se a Castela para derrotar a última tentativa séria dos Muçulmanos de invadirem a Península Ibérica, em 1340.

A Península podia deixar de se preocupar exclusivamente com o perigo Islâmico. A zona costeira atlântica transformava-se na rota principal da navegação e do comércio europeus. Anteriormente nunca fora de grande importância internacional. Os Romanos aparentemente utilizaram-na pouco. Os

## The Anglo-Portuguese Alliance: Historical Perspective

by Professor H. V. Livermore, Head of the Department of Hispanic and Italian Studies, University of British Columbia.

It is nearly thirty years since Winston Churchill, speaking of the Anglo-Portuguese Alliance, informed Parliament that 'this engagement has lasted now for nearly 600 years, and is without parallel in world history. I have now to announce its latest application'. In our own times we have beheld the fall of a 'thousand-year Reich' in little more than a decade (for most of us ten years too long) and we now contemplate not without apprehension the evident fragility of world institutions promised for perpetuity but apparently only carried into next week by the clinging power of international civil servants. The survival of a treaty for six centuries seems, if not a miracle, a defiance of some diplomatic law of gravity.

The first treaty between the crowns of Portugal and England was signed in St Paul's Cathedral on 16 June 1373. There was little to indicate its exceptional destiny. Of the two contracting parties, King Fernando of Portugal, though a lively and enterprising young man, was rather an incorrigible optimist than a great ruler. Edward III may have a better claim to distinction, but the treaty came almost at the end of his long reign to sustain a policy less his own than of his younger sons, particularly of John of Gaunt, who pretended to be the legitimate King of Castile. This was something that Fernando and he had in common, but Fernando had been forced to renounce it, while John of Gaunt kept up the pretence without apparently much troubling the Castilians. The treaty of 1373 was indeed almost a surreptitious alliance, for Fernando had been compelled to declare himself the ally of the illegitimate, but quite effective, ruler of Castile, Henry of Trastâmara. For the first seven years of its existence, the treaty of 1373 represented an aspiration rather than a reality.

There are in fact four fourteenth-century Anglo-Portuguese treaties, those of 1353, 1372, 1373 and 1386. The first was between the merchants of Lisbon and Oporto and King Edward III, and serves to remind us that the Alliance rests on ancient trading relations. The treaty of 1372, concluded at Braga, was between King Fernando and followers of John of Gaunt, then governor of Aquitaine. The treaty of 1373 is thus the first to engage the two crowns.

But if we cannot regard the treaty of 1373 as standing alone, we have also to place the fourteenth-century treaties in a larger context. They relate to an age in which Western Europe was reorganising itself. Portugal had joined Castile in defeating the last serious attempt of the Muslims to invade the Iberian Peninsula in 1340. She could now cease to pore exclusively over the Islamic peril. The western Atlantic seaboard was becoming the main thoroughfare of European shipping and commerce. It had never before been of a great international significance. The Romans appear to have made little use of it. The barbarians sailed it, but as marauders rather than traders. It perhaps began to acquire peaceful significance as a pilgrim route, for the shrine of St James at Compostela drew travellers by sea as well as by land. The first notable English contacts with the new

e a Gasconha. Bordéus era um dos maiores centros comerciais da nova rota marítima atlântica, mas apesar dos Ingleses a terem herdado os Franceses queriam-na de volta. Ambos os adversários procuraram aliados na Península Ibérica; o herdeiro de Eduardo III, o Príncipe Negro, governava Bordéus e quando os franceses habilitaram o bastardo castelhano Henrique de Trastâmara a invadir Castela e apoderar-se do trono, o príncipe inglês ajudou o chefe legítimo, o Rei Pedro, a recuperá-lo. Os franceses deram então mais apoio a Henrique; e enquanto o Príncipe Negro hesitava, Henrique derrotou Pedro e matou-o com um simples punhal.

Os legitimistas castelhanos, no entanto, ainda dominavam a Galiza e apelaram para Fernando que então tinha acabado de subir ao trono de Portugal. Fernando aceitou prontamente tornar-se Rei de Castela, mas isso valeu-lhe ser invadido por Henrique. Entretanto, a filha do Rei Pedro, a legítima herdeira de Castela, tinha ficado na Aquitânia e quando o Príncipe Negro abdicou em favor do seu irmão mais novo, João de Gante, decidiu-se rapidamente a casar com ela e a intitular-se a ele mesmo Rei de Castela. Anteriormente, ele já tinha adquirido pelo casamento o rendoso ducado de Lancaster, em Inglaterra, mas agora estava viúvo.

Um dos lealistas galegos, Fernandes Andeiro, viu algumas vantagens em juntar os pretendentes inglês e português, e foi assim que em Março de 1372 se concluiu um tratado em Braga. Fernando já tinha apelado para Eduardo III, o qual estava disposto a mandar algumas tropas para Portugal mas queria um pacto militar. Na primavera de 1373 o formidável Henrique de Trastâmara respondeu atacando Portugal e forçando Fernando a submeter-se e a prometer tornar-se aliado de Castela e de França. Mas Fernando considerou este compromisso como forçado. Os seus representantes em Inglaterra continuaram a negociar e, a 16 de Junho de 1373, concluíram o tratado que agora estamos celebrando alegremente. O parente visível do tratado foram as novas fortificações de Lisboa, o enorme Cerco Fernandino, parte do qual pode ainda ser visto.

Pelos anos que se seguiram a Aliança manteve-se essencialmente defensiva. Isto é evidente na sua doutrina: amigos dos amigos, adversários dos adversários, e troca de informações sobre os desígnios hostis de outros. Foi somente quando morreu Henrique de Trastâmara, em 1379, que João de Gante resolveu chegar a uma conclusão com o seu herdeiro, João I. Em Portugal, o Rei Fernando tinha-se comprometido a casar a filha com um membro da família real castelhana, uma das consequências do seu tratado humilhante com Castela. Fernando não tinha mais descendência e existia, portanto, o risco duma sucessão castelhana. Fernandes Andeiro pensou que tinha chegado a altura de fazer reviver a Aliança Anglo-Portuguesa, o que foi feito. O irmão de João de Gante, Edmundo, Duque de Cambridge, foi mandado para Portugal com um pequeno e desordeiro exército. Em pouco tempo tornou-se claro que ele não iria desalojar os usurpadores castelhanos. Fernando fez as pazes antes que pudesse acontecer um desastre, e Edmundo e os seus homens retiraram-se.

Dois anos mais tarde, em Outubro de 1383, Fernando morreu. Não havia herdeiro masculino e ele deixou a coroa à filha menor, ficando a Rainha e Fernandes Andeiro como tutores. João de Castela, aceso de súbitos ardores pela sua pequenina noiva, pediu para ser proclamado Rei de Portugal, muito antes de quaisquer possíveis núpcias. Os tutores, a

apelou a Fernando who had just come to the throne of Portugal. He willingly agreed to become King of Castile, but was at once subjected to invasion by Henry. Meanwhile, the legitimist heiress to Castile, Pedro's daughter, had remained in Aquitaine, and when the Black Prince left the government to his younger brother, John of Gaunt, he soon decided to marry her and call himself King of Castile. He had already acquired by marriage the wealthiest duchy in England, Lancaster, but was now a widower.

One of the Galician loyalists, Fernandes Andeiro, saw some merit in bringing together the Portuguese and English pretenders, and it was thus in March 1372 that a treaty was concluded at Braga. Fernando had already appealed to Edward III, who was disposed to send some troops to Portugal but who wanted a military pact. In the spring of 1373 the formidable Henry of Trastâmara responded by invading Portugal and forcing Fernando to submit and to promise to become the ally of Castile and France. But Fernando regarded this undertaking as made under duress. His representatives in England continued to negotiate, and on 16 June 1373 they concluded the treaty whose centenary we now happily commemorate. Its visible counterpart was the new fortifications of Lisbon, the massive Cerco Fernandino, parts of which may still be seen.

For the following years the Alliance remained essentially defensive. This is clear from its doctrine: friends to friends, foes to foes, and the exchange of information about hostile designs by others. It was only when Henry of Trastâmara died in 1379 that John of Gaunt resolved to try conclusions with his heir, Juan I. In Portugal, King Fernando had, as part of his humiliating treaty with Castile, engaged to marry his little daughter into the Castilian royal family. He had no other children, and there was therefore already a risk of a Castilian succession. Fernandes Andeiro thought that the time was ripe to revive the Anglo-Portuguese Alliance, and this was done. John of Gaunt's brother, Edmund, Duke of Cambridge, was sent with a small and disorderly English army to Portugal. It was soon clear that he was unlikely to dislodge the Castilian usurpers, and Fernando made peace before a disaster could occur, and Edmund and his men withdrew.

Two years later, in October 1383, Fernando died. He had no surviving male heir, and he left his crown to his little daughter with his Queen and Fernandes Andeiro as guardians. Juan of Castile, fired with sudden ardour for his little betrothed, demanded to be proclaimed King of Portugal, very much in advance of any possible nuptials. Her guardians, the Queen and Andeiro, were disposed to comply. Andeiro had been the advocate of the English connection until the Duke of Cambridge's unfortunate campaign, but now became the agent of Castile. The crisis produced an extraordinary outburst of national feeling. A bastard of the late King Pedro, John, Master of Avis, was made leader of the national party and murdered Andeiro. John of Avis was accordingly raised up as King of Portugal at the cortes of Coimbra in April 1385. Four months later the impatient bridegroom, Juan, and his invading hosts were crushed in the battle of Aljubarrota, a victory which assured Portuguese independence for two centuries. It was the work of Nun' Álvares Pereira, the greatest of Portuguese generals: a small force of English archers served under him.

Aljubarrota established the Portuguese dynasty of Avis and made John a highly desirable ally. For John of Gaunt, whose Castilian banners were fading on the

Rainha e Andeiro, estavam dispostos a aceitar o casamento. Andeiro fora advogado da união com a Inglaterra até à infeliz campanha do Duque de Cambridge mas agora tornou-se agente de Castela. A crise produziu um extraordinário levantamento dos sentimentos nacionais.

João, Mestre de Aviz, filho bastardo de D. Pedro I, foi nomeado chefe do partido nacional e assassinou Andeiro. João foi feito Rei de Portugal nas Cortes de Coimbra de 1385. Quatro meses mais tarde Juan, o impaciente noivo, e as suas hostes invasoras, foram esmagados na batalha de Aljubarrota, uma vitória que assegurou a independência portuguesa por dois séculos. Foi a obra de Nuno Álvares Pereira, o maior de todos os generais portugueses: uma pequena força de arceiros ingleses serviu às suas ordens.

Aljubarrota estabeleceu a Dinastia de Aviz e fez de João um aliado altamente desejável. João de Gante, cujos estandartes castelhanos desbotavam nas paredes do seu palácio do Strand, considerou isso como um raio de luz na escuridão. A 17 de Maio de 1386, concluiu-se em Windsor um novo tratado de Aliança. O prestígio português estava no auge e, no total, o tratado era mais ambicioso do que os seus predecessores, abrangendo cláusulas militares, políticas e comerciais.

"... Será inviolável e durará para sempre entre os Reis agora reinantes e seus herdeiros e sucessores, e entre os súbditos de ambos os reinos uma sólida, perpétua e real Liga, Amizade, Aliança e União, não só no interesse deles próprios e de seus Herdeiros e Sucessores, seus Súbditos, Vassallos, Aliados e Amigos, mas para que um deles possa ser enviado a socorrer e prestar ajuda ao outro contra qualquer povo existente e contra aqueles que atentarem contra a Paz do outro, ou injuriarem de que modo fôr a seu estado."

E claro que o palavreado majestoso deste tratado afina com o diapasão da vitória de Aljubarrota. O seu tom confiante transcende o período de flutuação política para convergir num futuro mais assegurado.

Em português, aliança significa também anel de casamento. Os tratados do século XIV foram moldados dinásticamente pelo casamento de D. João I com Filipa de Lancaster, filha de João de Gante. As pretensões dos Lancaster em Castela desfizeram-se com uma infeliz invasão da Galiza: a Galiza continuava lealista, mas desta vez ao outro lado. A ligação dos Lancaster com Portugal floresceu, não apenas na pessoa de Filipa, mas através dos seus notáveis filhos. Ela morreu em 1415, justamente quando o marido e os filhos mais velhos estavam prestes a embarcar para a conquista de Ceuta, o primeiro feito da carreira do Infante D. Henrique, o mais ilustre descendente da Aliança Anglo-Portuguesa e o antepassado não de uma dinastia mas da expansão da Europa.

Durante o século XV sucessivos reis portugueses e ingleses ratificaram a aliança no começo de cada novo reinado. Esta reafirmação servia como advertência de que ninguém podia esperar que os ingleses se opusessem aos portugueses, ou vice-versa. As relações comerciais continuaram mas, se antigamente a maior parte do tráfego era efectuado por portugueses, agora estava nas mãos dos ingleses. Mercadores ingleses estabeleceram-se em Lisboa, onde adquiriram privilégios e instituições, tais como o direito de serem as suas disputas resolvidas pelo juiz das alfândegas e a posse de uma corporação e uma capela dedicadas a São Jorge. Eles eram designados pelo termo português para posto comercial, *feitoria*, utilizada no sentido de colónia

walls of his palace in the Strand, it was a bolt from the blue. A new Treaty of Alliance was concluded at Windsor on 17 May 1386. Portugal's prestige was at its height, and the treaty was altogether more ambitious than its predecessor, embracing military, political and commercial matters.

There shall be inviolate and endure forever between the above Kings now reigning and their heirs and successors, and between the subjects of both kingdoms a solid, perpetual and real League, Amity, Confederacy and Union, not only on behalf of themselves and their Heirs and Successors, their Subjects, Vassals, Allies and Friends whatsoever, so that either of them shall be bound to succour and afford aid to the other against all men that may live and those who shall attempt to violate the Peace of the other, or injure his state in any way.

Surely the majestic wording of this treaty rings with overtones of the triumph of Aljubarrota. Its note of confidence transcends the period of political fluctuation and looks toward a more assured future.

In Portuguese, alliance is also the word for a wedding ring. The fourteenth-century treaties were given dynastic form by the marriage of John of Avis to Philippa of Lancaster, the daughter of John of Gaunt. The Lancastrian claim in Castile vanished in an unsuccessful invasion of Galicia: Galicia was still loyalist, but this time to the other side. But the Lancastrian connection with Portugal flourished, not only in the person of Philippa, but through her remarkable sons. She died in 1415, just as her husband and their elder sons were about to embark on the conquest of Ceuta, the first exploit in the career of Prince Henry, the most illustrious scion of the Anglo-Portuguese Alliance and the ancestor not of a dynasty but of the expansion of Europe.

During the fifteenth century successive rulers of Portugal and of England ratified the Alliance at the start of each new reign. This reaffirmation served as an advertisement that no other ruler could expect the English to oppose the Portuguese or the Portuguese the English. Active commercial relations continued but whereas in earlier times the greater part of the trade was carried by Portuguese, it was now in English hands. English merchants settled in Lisbon, where they acquired privileges and institutions, such as the right to have their cases settled by the judge of the customs-house and the possession of a guild and chapel dedicated to St George. They were also known by the Portuguese term for a trading-post, *feitoria*, or factory, used in the sense of a merchant colony. The privileges were not invented for the English, but represented practices normal in mercantile communities of southern Europe.

But while the English merchants tended to predominate on the Atlantic sea-road, the Portuguese were busy extending it southward down the winding coast of West Africa. From its wars the House of Avis had emerged victorious, but without metal coin, and the Portuguese pioneers began to seek gold from the Guinea coast. Their factory was at 'the Mine'. Having got so far, they realised that the Atlantic highway could be extended until it eventually brought them to the fabled realms of India and Cathay. This they achieved before the end of the century, and in 1500 a slight deviation from course brought them to a new promised land, Brazil. A promised land because the Papacy had already awarded them a monopoly of navigation in the south Atlantic including the discovery of eastern South America. By doing so, it created a bond between the Iberian states that had not existed since Aljubarrota. Already in the days of



mercantil. Os privilégios não foram inventados para os ingleses, antes representavam prática corrente nas comunidades mercantis do sul da Europa.

Mas enquanto os mercadores ingleses predominavam na rota marítima atlântica, os portugueses estavam bastante atarefados prolongando-a pela costa sinuosa da África Ocidental. A Casa de Aviz emergiu vitoriosa das guerras que travou, mas sem grandes lucros, e os pioneiros portugueses começaram a procura de ouro na costa da Guiné. A sua base mercantil era "a Mina". Tendo chegado até aí, eles compreenderam que o caminho marítimo atlântico podia ser alongado até que, eventualmente, os levasse aos impérios míticos da Índia e Catai. Foi o que eles fizeram antes do fim do século, e em 1500 um ligeiro desvio levou-os a uma nova terra prometida, o Brasil. Terra prometida pois o Papa já lhes tinha concedido o monopólio da navegação no Atlântico Sul, incluindo a descoberta da costa oriental da América do Sul. Ao fazer isto, o Papa criou entre os estados ibéricos um laço como não havia desde os tempos de Aljubarrota. Na época de Fernando e Isabel, Castela, agora denominada Espanha, tentara trazer Portugal de volta à sua órbita. A influência espanhola aumentou enormemente quando Carlos, neto dos Reis Católicos, se tornou Imperador do Sacro Império Romano e escolheu uma princesa portuguesa para sua Imperatriz. Não sem influência das instituições espanholas, da Inquisição e da Sociedade de Jesus, os portugueses pensavam menos em independência e mais em termos de responsabilidades apostólicas. O cisma religioso que dividia a Europa contribuiu para atenuar a velha Aliança.

A Aliança não precisava de ser completamente neutralizada. O Imperador Carlos V pensou num casamento entre o irmão do Rei de Portugal e a Princesa Maria de Inglaterra, mas mais tarde mudou de ideias e jogou numa aliança Anglo-Espanhola casando o seu filho Filipe com Maria, agora Rainha. Ampliou-se a brecha entre as cortes de Portugal e Inglaterra. Procedeu-se a lentas negociações e um tratado foi esquematizado em 1572 – ano da publicação dos Lusíadas – não tendo, todavia, sido assinado, e as negociações que se seguiram não deram qualquer resultado. Camões lembra-nos que os monarcas ingleses reclamavam o título de Reis de Jerusalém. Para ele, o pecado dos ingleses não estava neste título fantástico mas na impotência em o realizar. Quando D. Sebastião embarcou para a campanha que, se não tivesse sido desastrosa, o teria feito, se não Rei de Jerusalém, pelo menos auto-proclamado Imperador de Marrocos, os seus únicos aliados ingleses eram o católico mas picaresco partido de Sir Thomas Stukeley, que tombou ao seu lado no campo de al-Qasr al-Kabir. Quando Filipe II levantou a sua candidatura ao trono português, a Rainha Isabel de Inglaterra enviou um emissário para estudar a situação, mas a conclusão foi de que nada podia ser feito.

Por sessenta anos a coroa portuguesa pertenceu a Filipe II, que era meio português, ao seu filho e finalmente ao neto. Portugal não tinha uma política externa independente e portanto a Aliança estava suspensa. Nenhuma alteração foi feita enquanto a autonomia e os interesses portugueses foram respeitados, mas a partir de 1630 a política de respeito cedeu o lugar a uma de conformidade à força. Os Portugueses decidiram então reclamar a independência, chamando ao trono o descendente de D. João de Aviz, o Duque de Bragança, D. João IV.

A Restauração portuguesa começou sem governo,

Isabella and Ferdinand, Castile, now become Spain, had attempted to pull Portugal back into its orbit. Its influence was enormously increased when their grandson, Charles, became Holy Roman Emperor and chose a Portuguese princess as his Empress. Not without help from Spanish institutions, the Inquisition and the Society of Jesus, the Portuguese thought less about independence and more in terms of apostolic responsibilities. The religious schism that divided Europe contributed to attenuate the old Alliance.

That Alliance need not have been altogether neutralised. The Emperor Charles V thought of a marriage between the King of Portugal's brother and Princess Mary of England, but he later had second thoughts and played for an Anglo-Spanish alliance by marrying his son Philip to Mary, now Queen. The gap between the courts of Portugal and England widened. There were lengthy negotiations between the two courts, and a treaty was actually drawn up in 1572 – the year of the publication of the *Lusíads*. It was not signed, and further discussions came to nothing. Camões reminds us the English monarchs claimed to be Kings of Jerusalem. For him their fault lay not in the fantastic title, but in the failure to make it good. When King Sebastian embarked on the campaign which, had it not been disastrous, might have made him, not King of Jerusalem, but self-proclaimed Emperor of Morocco, his only English allies were the catholic, but picaresque, party of Sir Thomas Stukeley, who fell beside him on the field of al-Qasr al-kabir. When Philip II raised his claim to the Portuguese succession, Queen Elizabeth sent an emissary to study the prospects, but his conclusion was that nothing could be done.

For sixty years the crown of Portugal was worn by Philip II, himself half-Portuguese, and his son and grandson. There was no independent Portuguese foreign policy, and therefore the Alliance remained in abeyance. No change occurred so long as Portuguese autonomy and interests were respected, but by 1630 the policy of respect had given way to one of compulsory conformity. The Portuguese then decided to reclaim their independence, calling to the throne a descendant of John of Avis, the Duke of Bragança, who became John IV.

The Portuguese Restoration began without a government, a treasury, an army or allies, with the Dutch in northern Brazil and about to seize Angola. John IV was obliged to launch an intensive diplomatic campaign, and it gradually emerged that of the few avenues open to him the old Alliance was almost the only practicable one. Twenty-eight years passed before the Portuguese Restoration was recognised by Spain, and in that period four Anglo-Portuguese treaties were concluded. This was due largely to the instability of English politics. In January 1642 Charles I of England made a Treaty of Peace and Commerce with John IV, but as he was not at war with Spain it fell short of a renewal of the Alliance. It promised to English merchants relief from all dues put on since 1580, as well as exemption from the Inquisition and, in theory, access to the Portuguese overseas possessions. English merchants developed a sudden interest in history and drew up a statement of all the privileges they had enjoyed, which they styled, rather grandly, their 'Charter of Privileges' (1647). Though hard pressed himself, John IV did his best to support his ally, and protested against the regicide and gave shelter to Prince Rupert and his squadron.

Because of this, the English republic took a strong line when Portuguese negotiators sought to restore peace. The Treaty of Peace and Commerce of 10

sem tesouraria, sem exército ou aliados, com os Holandeses no norte do Brasil e em vias de conquistarem Angola. D. João IV foi obrigado a lançar uma intensa campanha diplomática, e em breve se tornou evidente que das poucas vias que se lhe abriam, a velha Aliança era quase a única praticável. Passaram-se vinte e oito anos antes que a Restauração portuguesa fosse reconhecida pela Espanha e neste período concluíram-se quatro tratados anglo-portugueses, devido sobretudo à instabilidade da política inglesa. Em Janeiro de 1642 Carlos I de Inglaterra assinou um Tratado de Paz e Comércio com D. João IV mas que na medida em que ele não estava em guerra com a Espanha, não constituiu uma renovação da Aliança Anglo-Portuguesa. Este tratado prometia aos mercadores ingleses a abolição de todas as dívidas criadas desde 1580, assim como a dispensa da Inquisição e, teoricamente, o acesso às possessões portuguesas do ultramar. Os mercadores ingleses foram atacados dum súbito interesse por história e fizeram uma declaração de todos os privilégios de que tinham gozado até então e que intitularam, grandiosamente, "Charter of Privileges" (Declaração de Privilégios), em 1647. Apesar de já ter problemas suficientes, D. João IV deu o melhor do seu apoio ao aliado Carlos I, protestou contra o Regicídio e deu refúgio ao Príncipe Rupert e ao seu esquadrão.

Por causa disto a República inglesa adoptou uma conduta rígida quando os negociadores portugueses quiseram estabelecer a paz. O Tratado de Paz e Comércio de 10 de Julho de 1654 foi baseado sobretudo nas exigências dos mercadores ingleses que assim puderam, de acordo com os usos do tempo, elevar os privilégios concedidos nos séculos XIV, XV e XVI à categoria de tratado. Nem este tratado nem o seu predecessor se referiam expressamente à Aliança mas, quando Cromwell declarou guerra à Espanha, ele tomou-se um tratado entre aliados, se não um tratado de aliança. Isto permitiu que Portugal pedisse auxílio militar e em 1661 o Marquês de Sande obtinha novo Tratado de Westminster, pelo qual o governo inglês concordava no fornecimento de tropas para a defesa de Portugal. Mas este tratado não foi ratificado devido à queda da República inglesa.

A Restauração inglesa produziu rapidamente um novo tratado. Segundo ele, Carlos II casava com Catarina de Bragança, filha de D. João IV e irmã do seu sucessor, Afonso VI. O dote da princesa era enorme; trouxe Tanger e Bombaim, cuja aquisição deu início ao interesse dos ingleses pela Índia. Todos os tratados desde a Restauração portuguesa foram reafirmados, e a Inglaterra comprometeu-se a defender os domínios de Portugal contra "todos os inimigos, presentes e futuros, com o seu maior poder pelo mar e pela terra, como se fosse a própria Inglaterra". Esta frase tem uma tonalidade que recorda o tratado de 1386, que os signatários deviam ter lido há pouco tempo.

Portugal estava portanto restaurado, e restaurado na posse do Brasil e de Angola. Até ao fim do século Portugal esteve tranquilo. Foi apenas em 1700, com a morte de Carlos II de Espanha, o último dos Habsburgos espanhóis, que Portugal voltou a estar envolvido num novo motim europeu. O súbito crescimento da influência dos Bourbons em Espanha e Itália leveram a Áustria, a Inglaterra e a Holanda a firmarem a Grande Aliança que tinha por finalidade substituir em Espanha os Bourbons pelos Habsburgos austríacos. Este projecto necessitava da adesão de Portugal por causa das operações militares

July 1654 was based largely on the demands of the English merchants who were thus able to get privileges granted in the fourteenth, fifteenth and sixteenth centuries consonant to the usages of those times, raised to treaty rank. Neither this treaty nor its predecessor expressly referred to the Alliance, but when Cromwell declared war on Spain, it became a treaty between allies, if not a treaty of alliance. This enabled Portugal to apply for military aid, and in 1661 the Marquis of Sande obtained a new Treaty of Westminster, by which the English government assented to the supply of troops for the defence of Portugal. But this treaty was not ratified owing to the fall of the English republic.

The English Restoration quickly led to a new treaty. By it Charles II married the daughter of John IV and sister of his successor, Afonso VI, Catharine of Bragança. Her dowry was very large, and she brought with her Tangier and Bombay, the possession of which initiated the English interest in India. All treaties since the Portuguese Restoration were reaffirmed, and the English now pledged themselves to defend dominions of Portugal against 'all enemies, both present and future, with his utmost power by sea and by land, even as England herself'. This phrase has a defiant ring recalling the treaty of 1386, which its drafters must recently have read.

Portugal was thus restored, and restored to possession of Brazil and Angola. For the rest of the century she enjoyed tranquillity. It was only in 1700, with the death of Charles II of Spain, the last of the Spanish Habsburgs, that Portugal was involved in a new European upheaval. The sudden aggrandisement of the Bourbons in Spain and Italy caused Austria, England and Holland to conclude the Grand Alliance which had as its object to replace the Bourbons with the Austrian Habsburgs in Spain. This project required the adhesion of Portugal for its military operations in the Peninsula. Thus two 'Methuen Treaties' were concluded in 1703, that of 16 May, confirming all previous treaties between Portugal and England, and the other of 27 December providing for the admission of Portuguese wines into England and English textiles into Portugal. Methuen had perceived that in time of war the English would not get French wine and the Portuguese would be able to buy English woollens. The equation was succinctly expressed in two articles. Adam Smith admired its brevity: diplomatists may consider the absence of circumlocution somewhat unprofessional.

The Methuen Treaty could not of itself create trade, but only provide conditions for the enormous growth that followed. This expansion was due principally to the discovery of gold and diamonds in the interior of Brazil, which permitted Portugal to finance imports on a scale not conceived before. In eighteenth-century Britain the Portuguese *moeda de ouro* or moidore circulated as freely as Queen Victoria's sovereigns in nineteenth-century Portugal. The English factories in Lisbon and Oporto were, as Sir Benjamin Keene noted, both jolly and free. The grandsons of Stuart apprentices who had sold dried cod and hardware in Lisbon added pretensions to their privileges and lived as merchant princes. In Britain, the flow of gold was a main ingredient in the accumulation of capital that hastened in the industrial revolution.

Although the tide of gold ebbed after 1760, and Pombal found it necessary to curb the abuses that had grown out of too generous interpretations of the treaty privileges, the trade continued. Gold ceased to predominate, but by the end of the eighteenth

na Península. Portanto, dois "Tratados de Methuen" foram assinados em 1703, o de 16 de Maio confirmando todos os anteriores tratados entre Portugal e a Inglaterra, e o outro de 27 de Dezembro permitindo a admissão de vinhos portugueses em Inglaterra e de têxteis ingleses em Portugal. Methuen tinha compreendido que em tempo de guerra os ingleses não obteriam vinho francês e que os portugueses poderiam comprar lanifícios ingleses. A equação foi expressa em dois sucintos artigos. Adam Smith admirava a sua brevidade: os diplomatas podem considerar a ausência de circunlóquios como falta de profissionalismo.

O Tratado de Methuen por si só não creava comércio, apenas facultava as condições do enorme crescimento que se seguiu. Esta expansão devia-se principalmente à descoberta de ouro e diamantes no interior do Brasil, o que permitiu a Portugal o financiamento de importações numa escala impossível de conceber anteriormente. No século XVIII circulava na Grã-Bretanha a *moeda de ouro* portuguesa, ou "moidore", tão livremente como circulariam no século seguinte, em Portugal, os soberanos da Rainha Vitória. As feitorias inglesas em Lisboa e no Porto eram, como notou Sir Benjamin Keene, alegres e livres. Os netos dos aprendizes da era Stuart, que tinham vendido nas ruas de Lisboa bacalhau seco e ferragens, juntaram a ostentação aos privilégios que tinham e viviam como príncipes mercadores. Na Grã-Bretanha, o fluxo de ouro foi um dos principais ingredientes da acumulação de capital que conduziu à revolução industrial.

Contudo, depois de 1760 diminuiu a abundância de ouro e Pombal achou que era necessário reprimir os abusos que cresceram à custa duma interpretação demasiado generosa dos privilégios concedidos pelos tratados, mas o comércio continuou. O ouro deixou de ser predominante mas, pelo fim do século XVIII, o Brasil tornara-se a segunda fonte de algodão das fábricas inglesas, e a balança comercial tornou-se favorável a Portugal. Desde a Restauração que Portugal progredira da pobreza para a opulência e do perigo alarmante para a segurança. A Aliança era um meio de intimidação suficiente contra uma invasão duma só potência, e a guerra da Sucessão Espanhola mostrara que as outras potências se oporiam a qualquer tentativa dos Bourbons de juntarem os seus recursos europeus. Portugal foi ameaçado uma só vez, durante a Guerra dos Sete Anos, tendo apelado para a ajuda da Grã-Bretanha ao abrigo do Tratado de 1703, o que o colocou numa posição de repelir qualquer agressão.

Mas, com a Revolução Francesa, desapareceu toda a timidez duma aliança franco-espanhola. A República Francesa obrigou os Bourbons espanhóis a aceitarem as suas propostas, e a partir daí foi frequente o perigo duma invasão conjunta de Portugal. Isto concretizou-se finalmente no Bloqueio Continental de Napoleão, dirigido principalmente contra o comércio anglo-português, que tinha continuado a florescer no meio da guerra. Quando Napoleão, por fim, entregou o seu ultimato e mandou Junot através da Espanha em direcção a Lisboa, a Família Real Portuguesa retirou-se para o Brasil escoltada por Sir S. Smith e a sua esquadra. No ano seguinte, a explosão de nacionalismo na Península dava início à guerra que conduziria à queda de Napoleão. Esta foi a idade heróica da Aliança, na qual exércitos portugueses e ingleses combateram lado a lado do Bussaco aos Pirinéus. Os acordos de Viena, em Janeiro de 1815, reconheceram a validade dos antigos tratados.

century Brazil had become the second source of raw cotton for the British mills, and the balance of trade became favourable to Portugal. Since the Restoration, Portugal had progressed from poverty to opulence, and from alarming peril to security. The Alliance was a sufficient deterrent against invasion of a single power, and the war of the Spanish Succession had shown that other powers would oppose any attempt by the Bourbons to combine their European resources. Portugal was threatened only once, in the course of the Seven Years War. She appealed to Britain for aid under the treaty of 1703 and was placed in a position to ward off aggression.

But with the French revolution, the inhibition on Franco-Spanish collusion was removed. The French republic forced the Spanish Bourbons to accept its terms, and thereafter the danger of a joint invasion of Portugal was recurrent. It was finally brought to a head by Napoleon's Continental Blockade, directed chiefly against Anglo-Portuguese trade, which had continued to flourish in the midst of war. When finally Napoleon delivered his ultimatum and sent Junot marching across Spain towards Lisbon, the Portuguese royal family retired to Brazil escorted by Sir S. Smith and his fleet. In the following year the outburst of national feeling in the Peninsula began the war that was to lead to Napoleon's downfall. This was the heroic age of the Alliance, in which Anglo-Portuguese armies fought side by side from Bussaco to the Pyrenees. The settlement of Vienna in January 1815 recognised and confirmed the validity of the ancient treaties.

It is clear from those treaties that the Alliance is intended against external aggression and implies no interference in the internal politics of the two partners. If the religious difference had seemed of high importance in the sixteenth century, it was no longer allowed to determine the course of the Alliance in the seventeenth. But in the nineteenth the settlement of the Napoleonic crisis left Europe divided between two ideologies, absolutism and liberalism. The idea of non-interference was not acceptable to the Eastern Powers, which joined in the Holy Alliance and openly advocated intervention to stamp out liberalism. For British governments the task of distinguishing between matters of genuine international concern and internal affairs was delicate and critical. Canning had drawn his own line. Wellington's idea of non-intervention was more literal and less liberal. Palmerston found himself committed to both non-intervention and to the defence of moderate liberalism. This was the solution finally adopted by Portugal, and when it prevailed in 1834 it was possible to unite the four western powers in the Quadruple Alliance, a liberal block called into existence to redress the balance with the absolutist East. The Quadruple Alliance in no way superseded the Anglo-Portuguese treaties. It was a political contrivance, and when England and France differed about the interpretation of liberalism, it ceased to function. If a lesson is to be drawn from these years it is surely that associations based on temporary similarities of political regimes are no substitute for alliances resting on a more fundamental community of interests.

A generation later the Anglo-Portuguese Alliance had clearly outlived the Quadruple. During the upheaval in Spain that followed the deposition of Queen Isabella II in 1868, leading to the declaration of the first Spanish Republic, under the invocation of federalism, there were some who believed in a federated Iberian Peninsula. Lord Granville reminded

É claro desses tratados que a Aliança é motivada contra agressões externas e implica a não interferência na política interna dos dois parceiros. Se as diferenças religiosas pareciam ser importantes no século XVI, isso não era de modo algum importante no XVII. Mas, no século XIX, o fim da crise napoleónica deixou a Europa dividida em duas ideologias, absolutismo e liberalismo. A ideia de não-intervenção era inaceitável para as potências orientais, que se reuniram na Santa Aliança e advogaram abertamente uma intervenção para liquidar o liberalismo. Para os governos britânicos a tarefa de distinguir entre assuntos genuinamente internacionais e negócios internos era delicada e crítica. Canning tinha as suas ideias sobre o assunto. A ideia que Wellington fazia da não-intervenção era mais literal e menos liberal. Palmerston encontrou-se comprometido com a não-intervenção e a defesa dum liberalismo moderado. Esta foi a solução finalmente adoptada por Portugal e quando, em 1834, ela prevaleceu sobre o miguelismo, foi possível unir as quatro potências ocidentais na Quádrupla Aliança, um bloco liberal dado à luz para equilibrar a balança com o Este absolutista. A Quádrupla Aliança de modo algum ultrapassou os Tratados Anglo-Portugueses. Era um aparelho político que cessava de funcionar sempre que a Inglaterra e a França interpretavam diferentemente o liberalismo. Se há a tirar algum ensinamento destes tempos, ele será certamente o de que associações baseadas em semelhanças temporárias entre regimes políticos não são substituto de alianças que repousam numa comunidade de interesses mais fundamental.

Uma geração mais tarde a Aliança Anglo-Portuguesa tinha claramente sobrevivido à Quádrupla. Durante a revolta espanhola que se seguiu à deposição de Rainha Isabel II, em 1868, e que conduziu à proclamação da primeira República espanhola, havia quem acreditasse, em nome do federalismo, numa Península Ibérica Federada. Lord Granville lembrou ao governo espanhol que "a Grã-Bretanha sempre negara o desejo de interferir nos assuntos internos de outros países, mas que existiam, por tratado, obrigações entre a Grã-Bretanha e Portugal para defender Portugal contra agressões externas". O aviso foi suficiente para conjurar qualquer perigo que pudesse ter existido.

*Habent sua fata libelli.* Os tratados têm os seus altos e baixos. Mesmo as sociedades melhor regulamentadas não funcionam sem atritos. As tensões que ocorreram nas relações anglo-portuguesas estiveram relacionadas sobretudo com as coisas africanas. Os antigos tratados eram supostos referirem-se às possessões portuguesas e o de 1815 designava os limites de Moçambique, mas não a sua profundidade nem as fronteiras de Angola. Seria impossível descrever aqui todos os pontos de discórdia que foram deixados de lado e insatisfatoriamente resolvidos. Nenhum dos lados estava preparado para o ultimato de Lord Salisbury, em 1890, ou para a explosão de sentimentos republicanos que se seguiu. A crise de 1890 tem de ser vista à luz do colapso da Casa de Bragança no Brasil e da crise financeira resultante. Coube a D. Carlos a tarefa de reparar a ruptura da Aliança, o que foi feito pela chamada declaração secreta de 1899 que proclamava expressamente que os velhos tratados estavam em vigor. A estreita relação de D. Carlos com Eduardo VII não está esquecida em Portugal e o nome do Rei inglês é comemorado pelo belo parque no centro de Lisboa. A queda da monarquia portuguesa teve pouca influência na Aliança e os tratados não foram afectados pela mudança de

the Spanish government that 'Great Britain had always disclaimed the wish to interfere in the internal affairs of other countries, but there were treaty engagements between Portugal and Great Britain to defend Portugal against external aggression'. The warning was sufficient to conjure any danger that may have existed.

*Habent sua fata libelli.* Treaties have their ups and downs. Even the best regulated of societies do not function without friction. The strains that occurred in Anglo-Portuguese relations were mainly connected with African issues. The old treaties were intended to apply to the Portuguese possessions, and that of 1815 had designated the limits of Moçambique, though not its depth nor the boundaries of Angola. It would be impossible here to describe the several bones of contention that were left ignored or inadequately resolved. Neither side was prepared either for Lord Salisbury's ultimatum of 1890, or for the explosion of republican sentiment that followed it. The crisis of 1890 has to be seen against the background of the collapse of the House of Bragança in Brazil and the resultant financial crisis. It fell to King Carlos to repair the break in the Alliance, and this was done with the so-called secret declaration of 1899 which expressly stated that the old treaties were in effect. Dom Carlos' close association with Edward VII is not forgotten in Portugal, and the name of the English King is commemorated by the handsome park in the centre of Lisbon. The fall of the Portuguese monarchy had little real connection with the Alliance, and the treaties were not affected by the change of regime. This was a logical conclusion from the tradition of non-intervention in domestic affairs. Since two of the seventeenth-century treaties had been made between the Portuguese crown and the short-lived English republic, it followed that treaties between the English crown applied to a Portuguese republic.

The Alliance did not require that Portugal should automatically participate in the First Great War or the Second. It enjoins friendship, but it allows each party to judge its own interests. In 1914 all the main Portuguese political parties were disposed to support the allied cause; if there was any disagreement it was about the motives for and timing of participation. The decision was made to enter the war for the defence of freedom and of Africa. Portugal, like Britain, is a land of war memorials. The struggle was costly, and the troubles that followed the war explain in large measure the far-reaching reforms undertaken by Dr Salazar.

In the Second Great War Portugal announced her neutrality declaring that 'the obligations of our alliance with England, the confirmation of which in this grave moment we do not seek to avoid, do not oblige us to abandon neutrality in this emergency'. It fell to Portugal to exercise a restraining influence on her neighbour's policy of 'non-belligerency'. The entry of the Americans into the war gave the Azores a new strategic importance, and in October 1943 Britain invoked the Alliance, and negotiations were concluded for the use of the islands by the allies, in exchange for which Portugal obtained guarantees against aggression in Europe and overseas.

The words of Winston Churchill in reporting the conclusion of that agreement to the House of Commons on 12 October 1943 have already been referred to. Few statesmen have had a more powerful sense of history and none has known better how to turn the past to the service of the present. The rest of his speech runs:

I have an announcement to make arising out of

regime. Isto era uma conclusão lógica da tradição de não-interferência em assuntos internos. Dado que dois dos tratados do século XVII foram assinados entre a coroa portuguesa e a República inglesa era lógico que se mantivessem entre a coroa inglesa e a República portuguesa.

A Aliança não exigia que Portugal participasse automaticamente na Primeira Grande Guerra ou na Segunda. É um tratado de amizade mas que autoriza cada uma das partes a julgar dos seus próprios interesses. Em 1914 todos os principais partidos políticos portugueses estavam dispostos a apoiar a causa dos Aliados; se havia desentendimentos eram sobre as razões e sobre as datas da participação portuguesa. Decidiu-se entrar na guerra pela defesa da liberdade e por África. Portugal, tal como a Grã-Bretanha, é uma terra de monumentos aos mortos de guerra. A luta foi pesada e as perturbações que se seguiram à guerra explicam em grande parte as reformas de longo alcance levadas a efeito pelo Dr. Salazar.

Na Segunda Guerra Mundial, Portugal anunciou a sua neutralidade declarando que "as obrigações da nossa Aliança com a Inglaterra, a confirmação da qual não procuramos negar neste grave momento, não nos obrigam a abandonar a neutralidade nesta emergência". Coube a Portugal exercer sobre o seu vizinho espanhol uma influência moderadora da sua política de "não-beligerância". A entrada dos americanos na guerra deu aos Açores uma nova importância estratégica, e concluíram-se negociações pelas quais os aliados podiam utilizar as ilhas, em troca do que Portugal obtinha garantias contra uma agressão na Europa e no ultramar.

As palavras de Winston Churchill relatando à Câmara dos Comuns a conclusão desse acordo, a 12 de Outubro de 1943, já foram referidas. Poucas declarações oficiais têm tido um tão forte sentido da História e nenhuma soube melhor como pôr o passado ao serviço do presente. O discurso continua:

Tenho uma comunicação a fazer a propósito do tratado assinado entre este país e Portugal em 1373 entre Sua Majestade Eduardo III e o Rei Fernando e a Rainha Leonor de Portugal. Este tratado foi reforçado de várias formas por tratados de 1386, 1643, 1654, 1660, 1661, 1703 e 1815, e por uma declaração secreta de 1899. Em tempos mais modernos a validade dos velhos tratados foi reconhecida no Tratado de Arbitragem concluído com Portugal em 1904 e 1914. O artigo I do tratado diz o seguinte: "Em primeiro lugar nós assentamos e concordamos que haverá deste dia em diante . . . verdadeira fiel constante, mútua e perpétua amizade, união, aliança e desejos de sincero afecto e portanto como fiéis amigos eles devem doravante ser reciprocamente amigos dos amigos e inimigos dos inimigos e devem assistir, manter e defender-se mutuamente por mar e por terra contra qualquer povo que possa viver ou morrer."

the treaty signed between this country and Portugal in 1373 between HM King Edward III and King Ferdinand and Queen Eleanor of Portugal. This treaty was reinforced in various forms by treaties of 1386, 1643, 1654, 1660, 1661, 1703 and 1815, and in a secret declaration of 1899. In more modern times the validity of the old treaties was recognised in the Treaties of Arbitration concluded with Portugal in 1904 and 1914. Article I of the treaty runs as follows: 'In the first place we settle and covenant that there shall be from this day forward . . . true, faithful, constant, mutual, and perpetual friendships, unions, alliances, and needs of sincere affection, and that as true and faithful friends they shall henceforth reciprocally be friends to friends and enemies to enemies, and shall assist, maintain and uphold each other mutually by sea and by land against all men that may live or die.'

## Introdução à Aliança Anglo-Portuguesa

*pelo professor P. E. Russell, Professor de Estudos Hispânicos e Director de Estudos Portugueses da Universidade de Oxford.*

No conturbado contexto dessa época, o tratado de aliança concluído em 1373 entre a Inglaterra e Portugal foi considerado por ambas as partes como uma manobra diplomática (se bem que de importância considerável) destinada a satisfazer as necessidades estratégicas relativas à Guerra dos Cem Anos. Mesmo tendo em conta as habituais promessas de amizade e aliança perpétuas, aquela circunstância específica basta, por si só, para afastar a hipótese de que os dois países atribuíam ao tratado qualquer significado a longo prazo. Mais de três décadas de guerra entre a Inglaterra e a França e o envolvimento de muitos outros países europeus nesse mesmo conflito tinham, por essa altura, criado uma situação de anarquia diplomática na Europa Ocidental. As alianças políticas entre os estados, obedecendo todas elas a termos semelhantes aos da nova aliança entre Inglaterra e Portugal, não sobreviviam, em muitos casos, mais do que algumas semanas ou meses. Negociadas, ratificadas, quebradas, eram, muitas das vezes, renegociadas quase sem intervalo, sem pudor ou desculpas formais, ao sabêr das mutáveis exigências estratégicas da guerra. Tal como nos recorda a professora Virginia Rau no seu pomenorizado relato dos primeiros anos da Aliança Anglo-Portuguesa, as décadas de 1370 e 1380 não foram isentas de vicissitudes, uma vez que, conforme as conveniências, os governos inglês e português subordinavam aos seus interesses particulares tanto o espírito como a letra dos compromissos reciprocamente assumidos. A pergunta a fazer a propósito da Aliança Anglo-Portuguesa será, pois, qual a razão por que, de entre a pilha de tratados violados e esquecidos que caracterizam a história diplomática da Guerra dos Cem Anos, seria ela a única a sobreviver, intacta, durante seis séculos.

Se analisarmos a situação na Europa Ocidental, e na Península Ibérica em particular, entre 1337, início da Guerra dos Cem Anos, e 1373, ano da primeira aliança com Portugal, veremos que as exigências dos interesses estratégicos respectivos arrastavam a Inglaterra e Portugal para o estabelecimento de relações militares e políticas. Ainda que por diferentes maneiras, ambos os países enfrentavam a ameaça de Castela. Em 1335, pouco antes do início das hostilidades, Filipe VI de França conseguira, com a assinatura de um tratado de aliança com Afonso XI de Castela, uma notável vitória estratégica sobre a Inglaterra. Várias razões tornavam urgentemente necessário à Coroa inglesa tentar destruir esta aliança. Uma era o facto de Castela ter, no extremo ocidental dos Pirinéus, fronteira comum com a Gasconha, que então se encontrava na posse da Inglaterra. A segunda razão era de natureza económica: a Inglaterra necessitava de importar, entre outros produtos, ferro, óleo e tintas de Castela para a sua indústria de fazendas. Para além disso, necessitava cada vez mais do valioso mercado castelhano para colocar as suas exportações. Porém, a principal ameaça criada à Inglaterra pela aliança Franco-Castelhana era a ameaça naval. Ao contrário da Inglaterra, Castela mantinha uma frota real permanente de galeões

## Prelude to the Anglo-Portuguese Alliance

*by Professor P. E. Russell, Professor of Spanish Studies, Director of Portuguese Studies, University of Oxford.*

The treaty of alliance concluded in 1373 between England and Portugal was, in the troubled context of those times, seen by both parties as no more than a diplomatic ploy (though quite an important one) intended to meet strategic needs connected with the prosecution of the Hundred Years War. That circumstance is enough to warn us against supposing that either of the two contracting parties in 1373 then attached any long-term significance to it, despite the routine promises of perpetual friendship and alliance the treaty contained. More than three decades of war between England and France and the embroilment of many other European countries in that struggle had, by now, led to diplomatic anarchy in western Europe. Political alliances between states, all couched in terms similar to the new alliance between England and Portugal, had, in the second part of the fourteenth century, sometimes only a few weeks or months of life, being negotiated, ratified, broken and then, sometimes, almost at once renegotiated again, without shame or apology, according to the continuously changing exigencies of the strategy of the war. As Professor Virginia Rau's detailed account of the early years of the Anglo-Portuguese Alliance will remind us, that alliance was by no means exempt, in the 1370s and 1380s, from such vicissitudes, for both the English and the Portuguese governments, when it suited them, conveniently ignored the spirit and sometimes the letter of their commitment to each other. The interesting question to ask about the Anglo-Portuguese Alliance is, then, why, alone among the welter of discarded and forgotten treaties that mark the diplomatic history of the Hundred Years War, it alone should have survived intact through six centuries.

If we look at the situation in western Europe generally and in the Iberian Peninsula in particular between the beginning of the Hundred Years War, in 1337, and the year of the first alliance with Portugal – 1373 – we can see that it was always possible that the demands of strategic self-interest would push England and Portugal into a political and military relationship with each other because each country was, though in different ways, threatened by Castile. Philip VI of France had achieved a notable strategic coup at the expense of England when, just before the hostilities began, in 1335, he had signed a treaty of alliance with Alfonso XI of Castile. A number of reasons made it urgently necessary for the English crown to seek to destroy this alliance. One was that Castile, at the western end of the Pyrenees, had a common frontier with English-held Gascony. Another was economic: England needed, among other commodities, to import Castilian iron as well as Castilian oil and dye for her cloth industry. She also increasingly needed the valuable Castilian market for her cloth exports. But the main threat the Franco-Castilian alliance posed to England was a naval one. Castile, unlike England, maintained a permanent, efficient, professionally manned royal fleet of galleys able, contrary to what is sometimes supposed, to operate in the open Atlantic during most of the year.

eficiente e dirigida por profissionais, capaz, contra o que por vezes se supõe, de operar em pleno Atlântico durante grande parte do ano. Os comandantes ingleses recebiam que esta armada, uma vez colocada do lado francês, não só cortasse as comunicações marítimas entre a Inglaterra e a Gasconha, como fosse também criar uma situação de pânico ao largo da sua costa sul e entre o trânsito do Canal. Estes receios seriam amplamente justificados durante a década de 1370 pelos repetidos ataques que os galeões espanhóis, seguindo instruções francesas, efectuaram contra os portos ingleses de Londres à Cornualha. Várias frotas inglesas foram, deste modo, destruídas pelos galeões, quando se encontravam ancoradas na aparente segurança de portos fortificados.

Quanto a Portugal, a razão que o levaria, mais cedo ou mais tarde, a sentir a necessidade duma aliança militar com um país situado fora da Península Ibérica era bem evidente: defender a independência portuguesa da ameaça constante, se bem que pouco mencionada, do expansionismo castelhano. Tal como D. João I de Portugal explicaria, em 1388, em carta dirigida a Ricardo II, o destino tinha dado a Portugal uma longa fronteira com Castela, demasiado aberta e demasiado extensa para que o país pudesse, alguma vez, sentir-se eficazmente defendido dentro das suas fronteiras, tendo em conta as suas possibilidades de mobilização contra um ataque pelo norte ou pelo leste. As distâncias da fronteira castelhana a Lisboa ou ao Porto eram, ainda para mais, perigosamente pequenas. Quando invadidos pelos castelhanos, os portugueses eram, quase sempre, forçados a aceitar uma guerra de cercos, defendendo os castelos e as cidades principais, mas abandonando os campos aos invasores, com todos os danos que daí resultavam.

Na primeira metade do século XVI, a ameaça castelhana à independência portuguesa não se materializou devido aos problemas políticos internos e às preocupações castelhanas com os Mouros de Granada e do Norte de África. Contudo, nos princípios do reinado do impetuoso e excêntrico D. Fernando (1367-1383) e pouco antes de concluída a Aliança Anglo-Portuguesa de 1373, os portugueses tiveram uma primeira e dolorosa experiência da sua extrema vulnerabilidade militar perante uma invasão de Castela. Não admira, pois, que os tenha seduzido, em 1373, a possibilidade de recorrerem a tropas inglesas em caso de ataque, particularmente se essa possibilidade fosse, como parece ter acontecido, associada a promessas inglesas de que algo seria feito, em prejuízo de Castela, para assegurar a modificação dos troços estrategicamente mais desfavoráveis das fronteiras portuguesas.

Para a Inglaterra, uma aliança como Portugal traria, igualmente, consigo grandes vantagens. A partir de 1367, o objectivo máximo da política inglesa na Península Ibérica era nada menos do que aniquilar a perigosa associação entre a França e Castela, colocando no trono desta última, com a ajuda de Portugal, um príncipe Plantageneta, enquanto, no campo económico, as importações de Portugal iriam contribuindo para compensar a perda do comércio com Castela. Se Portugal pudesse ser persuadido a adoptar uma atitude hostil para com Castela, a própria ameaça militar criada pela Aliança Franco-Castelhana seria consideravelmente reduzida. Mais importante ainda, a coroa portuguesa mantinha, também, a sua armada real permanente, baseada em Lisboa. A Aliança com Portugal significaria, portanto, que a coroa de Castela teria que manter parte da sua frota nas águas da Península Ibérica, ao mesmo tempo

This fleet, English commanders feared, could, if it entered the war on the side of France, not only cut England's sea communications with Gascony but also create havoc on the English south coast and among English shipping in the Channel. Justification for their fears was to be repeatedly demonstrated in the 1370s, when all the English ports from London to Cornwall were repeatedly raided by Castilian galleys operating on behalf of the French, and English fleets were destroyed by the galleys when lying in the supposed security of defended harbours.

The reason why the Portuguese might one day feel the need for a military alliance with a country outside the Iberian Peninsula was simple enough: it was their need to be ready to defend Portuguese independence against the ever-present, if usually unmentioned, threat of Castilian expansionism. The fact was that, as John I of Portugal later explained in a letter to Richard II written in 1388, fate had given Portugal a long frontier with Castile which was both too open and too extensive for his country ever to be effectively defended on its borders by the man-power the Portuguese were capable of deploying against attack from the north or the east. The distances from the Castilian frontier to the capital, Lisbon, or to Oporto were, moreover, dangerously small. Faced with a serious Castilian invasion the Portuguese nearly always had to accept siege warfare, defending their castles and major cities, but allowing the countryside to be overrun by the invaders, with all the damage that involved.

In the first part of the fourteenth century the threat to Portuguese independence from Castile did not materialise, partly because of endemic Castilian internal political troubles and Castilian preoccupation with the Moors of Granada and North Africa. But, shortly before the conclusion of the Anglo-Portuguese alliance in 1373, at the beginning of the reign of the impetuous and erratic King Ferdinand (reigned 1367-83), the Portuguese had had painful first-hand experience of their extreme military vulnerability to Castilian invasion. The possibility of being able to call on English troops in the event of a Castilian attack was, therefore, in 1373, a seductive one — particularly if it was associated, as it seems to have been, with English promises that something would be done, at the expense of Castile, to modify particularly unfavourable strategic sections of the frontiers of Portugal.

For the English, too, an alliance with Portugal had, by 1373, very plain advantages. After 1367 English policy in the Iberian Peninsula aimed, ultimately, at nothing less than getting rid of the dangerous association between the French and the Castilians by establishing a Plantagenet prince on the throne of Castile, with Portuguese help. In the meantime, economically, imports from Portugal could go some way towards making good the loss of trade with Castile; if Portugal could be persuaded to take up a hostile posture towards Castile then the military threat to England posed by the Franco-Castilian alliance would, of course, also be much reduced; more important still: the Portuguese crown, too, maintained a permanent royal fleet of galleys, based on Lisbon. Alliance with Portugal would either ensure that the crown of Castile had to keep its own fleet in the waters of the Iberian Peninsula for use against Portugal or, alternatively, could provide the English with the assistance of Portuguese galleys to defend English shipping and ports against the attacks of the Castilians, as indeed was to happen in the 1380s.

But it must be admitted that, for the government of

que os ingleses poderiam contar com a ajuda dos navios portugueses na defesa dos seus portos, o que viria a acontecer na década de 1380.

Deverá, no entanto, admitir-se que, para o governo de Eduardo III, o *chemin de Portyngale* (expressão pela qual, no anglo-normando usado na corte e no Parlamento, a aliança com Portugal contra Castela viria a ser conhecida nos finais do século XIV) era um *pis-aller*, de que só se faria recurso em 1369, quando a Inglaterra parecia ter perdido todas as esperanças de influenciar em seu favor a política externa de Castela. Durante as primeiras décadas da Guerra dos Cem Anos, o governo inglês concentrou os seus esforços nas tentativas para levar Castela a abandonar a aliança com a França e juntar-se à Inglaterra ou, pelo menos, permanecer neutral. Paradoxalmente, seria como resultado dos esforços ingleses para casar a Princesa Joan (filha de Eduardo III) com o infante D. Pedro (mais tarde D. Pedro I), herdeiro de Afonso XI de Castela, que em 1345, um casamento dinástico entre as famílias reais de Inglaterra e Portugal iria ser seriamente discutido, pela primeira vez, pelas duas cortes. Embora, surpreendentemente, disposto a permitir que uma princesa inglesa casasse com o seu filho, Afonso XI exigia, em troca, um dote que excedia em muito aquilo que, em tempo de guerra, o tesouro de Eduardo III podia recolher para esse fim. Dona Maria, Rainha de Castela e, ela própria, uma princesa portuguesa, tinha as suas razões para não ver com bons olhos a aliança do seu marido com a França, ao mesmo tempo que apoiava o casamento inglês do seu filho. Secretamente, informou emissários ingleses à corte de Castela de que a sua irmã, Leonor, se encontrava ainda solteira em Portugal, sugerindo que Eduardo III oferecesse um dos seus filhos ao rei português, D. Afonso IV, como noivo para Dona Leonor, sob a condição de que o dote fosse igual ao pedido pelo rei castelhano. Desse modo, o rei inglês asseguraria, gratuitamente, uma aliança dinástica simultânea com Castela e com Portugal.

Embora nada indique que Dona Maria tivesse consultado seu pai antes de fazer a proposta mencionada, as reações do rei português não foram desfavoráveis. As negociações entre as cortes inglesa e portuguesa decorreram de 1345 a 1347, período durante o qual Eduardo III se viu obrigado a inventar sucessivas desculpas para atrasar o pagamento do dote a Afonso de Castela e, com ele, o casamento de sua filha com o herdeiro castelhano. Eduardo III começou por oferecer ao rei português, para futuro marido de Dona Leonor, o seu filho João de Gante (John of Lancaster), que contava então apenas cinco anos. D. Afonso IV, porém, exigia para seu genro Eduardo o Príncipe Negro, herdeiro do rei inglês. Este acabou por ceder e, no Outono de 1347, uma missão diplomática partiu para Lisboa a fim de concluir as formalidades que, se bem sucedidas, teriam dado ao Príncipe Negro uma noiva portuguesa e conduzido, talvez, a uma aliança política e militar entre a Inglaterra e Portugal, com uma antecedência de cerca de 25 anos sobre aquela que este ano se comemora. Todavia, quando os emissários ingleses chegaram a Lisboa, D. Afonso IV comunicou-lhes, com brutal franqueza, ter mudado de ideias: a sua filha partiria, em breve, para Barcelona, onde se casaria com D. Pedro IV de Aragão. Tal como fiz notar no início desta palestra, a diplomacia tornara-se, durante a Guerra dos Cem Anos, numa actividade isenta de escrúpulos. D. Afonso IV de Portugal iludira a corte inglesa uma vez que, meses depois de ter recebido a proposta de Barcelona, nada dissera

Edward III, the policy of the *chemin de Portyngale* (as the policy of alliance with Portugal against Castile came to be known in the 1370s and 1380s in the Anglo-Norman used at the English court and in the English parliament) was a *pis-aller* only turned to in 1369 when England seemed to have lost all immediate hope of influencing Castilian foreign policy in her favour. During the opening decades of the Hundred Years War the English government concentrated its efforts on trying to get Castile to abandon the French alliance and to join England, or at least, to become neutral. Paradoxically enough it was as a result of English efforts to marry off an English princess (Edward III's daughter Joan) to Alfonso XI of Castile's heir, the Infante Don Pedro (later Pedro I), that, in 1345, a dynastic marriage between the English and Portuguese royal families was first seriously discussed between the two courts. Alfonso XI, rather surprisingly, was willing to allow the English princess to marry his son but he wanted, in exchange, a dowry far larger than Edward III's treasury could manage to raise for such a purpose in time of war. The Castilian king's queen, Maria – herself a Portuguese princess – had her own reasons for disliking her husband's alliance with France and wanted the English marriage for her son. She pointed out secretly to the English negotiators at the Castilian court (without consulting her husband) that her sister, Leonor, was still at home in Portugal and unmarried. Let Edward III, she suggested, offer one of his sons to the Portuguese king – Afonso IV – as a bridegroom for Dona Leonor on condition that a dowry was provided for her equal to that demanded by the Castilian king. In that way the English king would both secure his dynastic alliance with Castile for nothing and, in addition, as a bonus, secure a dynastic alliance with Portugal as well. Queen Maria does not seem to have consulted her father, either, before making this proposal but the Portuguese king's reactions were not unfavourable and between 1345 and 1347, negotiations were carried on between the Portuguese and English courts while Edward III thought up one excuse after another for delaying payment to Alfonso of Castile of the dowry that would enable the marriage of his daughter and the Castilian heir to take place. Edward III offered the Portuguese king his five-year-old son, John of Gaunt (John of Lancaster), as Dona Leonor's husband. Afonso IV stuck out for nothing less than the English king's heir, Edward the Black Prince. The English king conceded the point and, in the autumn of 1347, an English diplomatic mission went to Lisbon to conclude the arrangements which, if successful, would have given the Black Prince a Portuguese bride and might perhaps have led to a full political and military alliance between England and Portugal some twenty-five years earlier than the one commemorated this year. But, when the English envoys reached Lisbon, they were brutally told by Afonso IV that he had changed his mind and that his daughter was about to leave for Barcelona to marry the king of Aragon, Peter IV. As I said at the beginning of this talk, diplomacy in the Hundred Years War had become a shameless business. Afonso IV of Portugal had tricked the English court because, months after he had received it, he had said nothing to the English negotiators about the proposal from Barcelona. But Edward III had been no less dishonest with his intended son-in-law the king of Castile, from whom he had tried to keep secret his negotiations with Portugal. When he could no longer conceal the truth from Alfonso XI the founder of the Order of the Garter



sobre ela aos negociadores ingleses. Eduardo III, por seu lado, não fora menos desonesto para com o Rei de Castela, de quem tentara esconder as suas negociações com Portugal. Quando, por fim, lhe era impossível ocultar por mais tempo a verdade, o fundador da Ordem da Jarreteira não hesitou em dizer a Afonso XI que as negociações com Portugal tinham sido responsabilidade da Rainha de Castela, a quem ele acedera unicamente por cortezia.

É difícil determinar até que ponto D. Afonso IV encarava seriamente as demoradas negociações para um casamento entre o Príncipe Negro e a sua filha. Deverá, no entanto, admitir-se que, dum ponto de vista português, procedeu acertadamente ao casar Dona Leonor com um monarca peninsular. Castela não representava, nessa altura, uma ameaça imediata para Portugal e a prudência exigia que os portugueses nada fizessem para provocar um conflito que, um dia, acabaria por ser desencadeado. Nesse dia, e não antes, poderia uma aliança com a Inglaterra servir os interesses de Portugal e mais de vinte anos passariam sobre 1347 até que isso fosse necessário. O que estas desonrosas negociações conseguiram foi chamar a atenção de ambas as cortes para as implicações duma associação formal entre os dois países.

Embora fosse legítimo supôr que a afronta feita à Inglaterra resultasse num agravamento das relações oficiais entre ingleses e portugueses, a verdade é que, por muito pouco documentadas que essas relações fossem durante os vinte anos que se seguiram, tal não parece ter acontecido. Procedimentos como o de D. Afonso IV eram, como já vimos, um lugar comum daquela época. Os poucos contactos oficiais entre Portugal e a Inglaterra durante esse período explicam-se pela falta de justificação para actividade diplomática mais intensa. Por outro lado, o comércio anglo-português florescia. Por alturas de 1367, a colónia mercantil inglesa em Lisboa era já suficientemente importante para que lhe fossem atribuídos privilégios especiais pela coroa portuguesa; mesmo antes disso, os comerciantes portugueses recebiam igualmente privilégios especiais na Inglaterra. Bristol, cuja situação geográfica era particularmente vantajosa devido à guerra com a França, tornar-se-ia gradualmente no mais importante porto do comércio anglo-português. Portugal beneficiava do facto de poder exportar para a Inglaterra muitos dos produtos anteriormente fornecidos por Castela, enquanto a perda da produção das vinhas da Gasconha era, em parte, compensada pelas importações de vinho português. Os dois países nunca tinham estado em guerra um com o outro, o que, no contexto da Europa Ocidental do século XIV, não deixava de ser uma circunstância invulgar, mesmo que se mercadores e marinheiros portugueses se queixassem, frequentemente, dos ataques dos piratas ingleses; os comandantes dos navios ingleses tinham, ou fingiam ter, dificuldade em distinguir os navios portugueses dos da inimiga Castela.

O que, na minha opinião, não poderemos de modo algum afirmar é que, nos anos que antecederam a aliança de 1373, existisse entre os dois povos uma simpatia ou uma antipatia particulares. Nessa altura, cada um deles tinha, para com o outro, um sentimento de distância. As preocupações inglesas com a Península Ibérica diziam respeito, como vimos, a Castela à ameaça representada pelo seu tratado de aliança com a França. Somente depois de 1369, quando Castela ficou nas mãos de uma dinastia activamente pró-francesa e com declarados desígnios

did not hesitate to tell Alfonso that the whole business of the English negotiations with Portugal was entirely the responsibility of Castile's Portuguese queen, and that he had only become involved in the affair to please her.

We cannot tell how serious Afonso of Portugal had really been about these lengthy negotiations for a marriage between the Black Prince and his daughter but it must be admitted that he did the right thing for Portugal by marrying her to a Peninsular monarch instead of to an English prince. Castile did not, at that time, present any immediate threat to Portugal and prudence demanded that the Portuguese should do nothing to provoke the clash which, one day, must come. Then would be the occasion when an alliance with England might serve the interests of Portugal. But, in 1347, that time was still more than twenty years off. What these rather disreputable negotiations did, though, was perhaps to create, at both courts, a certain awareness of each other and of the implications of a formal association between the two countries that was not there before.

We might suppose that the affront to England that this affair represented must have led to strained official relations between English and Portuguese but, though the next twenty years of Anglo-Portuguese relations are rather poorly documented, it does not seem to have done so. Such behaviour as that of Afonso IV was, as we have seen, a commonplace of the times. The truth seems to be that, during this period, if there were few contacts at an official level between Portugal and England, it was because there was little reason for there to be any. But Anglo-Portuguese trade flourished. By 1367 the English trading community in Lisbon was important enough for it to be granted special legal privileges by the Portuguese crown while, even earlier, Portuguese merchants in England also possessed special privileges. Bristol, whose geographical position gave it special advantages because of the war with France, gradually became the English port most concerned with Anglo-Portuguese trade. The Portuguese certainly benefited from the fact that they could export to England many of the commodities formerly imported there from Castile, while the loss of wine from the Gascon vineyards was partly made good by imports of Portuguese wine. The two countries had never been at war with each other and that was something rather unusual, too, in fourteenth-century western Europe – though Portuguese merchants and seamen often had occasion to complain of the depredations of English pirates while English naval captains found it difficult, or pretended that they found it difficult, to distinguish between the ships of neutral Portugal and enemy Castile.

What, I think, we certainly cannot claim is that, in the years before the conclusion of the alliance in 1373, there was any particular sympathy between the two peoples – or any particular lack of sympathy, either. Each then seemed to the other rather far-off countries and, when the English concerned themselves with Iberian affairs, it was, as we have seen, with Castile and the threat and the problem posed by Castile's special treaty relationship with France that they concerned themselves. Only after 1369, when Castile seemed to have passed into the hands of a dynasty now both militantly pro-French and with openly expansionist aims at the expense of all her Peninsular neighbours, did the self-interest of both England and Portugal coincide, or seem to coincide, and the strategic theory of the *chemin de Portyngale*

expansionistas em prejuízo de todos os seus vizinhos peninsulares, viriam a coincidir, aparentemente ou não, os interesses individuais de Portugal e da Inglaterra e viria a teoria estratégica do *chemin de Portyngale* a tornar-se familiar à corte e ao Parlamento de Londres. No trono de Portugal encontrava-se, então, D. Fernando que, com a sua actuação de 1373, mostrou-se estar convencido de que os interesses de Portugal exigiam uma aliança com a Inglaterra. Será de justiça acrescentar que muitos dos seus súbditos dessa época—e muitos historiadores portugueses desde então—duvidam de que a decisão de D. Fernando tivesse sido correcta. As consequências militares imediatas da aliança de 1373 foram, sem sombra de dúvida, desastrosas para Portugal e desapontantes para a Inglaterra. Esta primeira aliança iria, isso sim, estabelecer na mente dos dirigentes de ambos os países o conceito duma relação política e dinástica que seria revitalizada, dessa vez com perdurável proveito para ambas as partes, quando, em 1383, a inevitável guerra da independência contra Castela acabou por surgir. Do ponto de vista do historiador, conclui-se, pois, que o significado do tratado de 1373 é sobretudo o de precursor do muito mais importante Tratado de Windsor, assinado em 1386.

become familiar to the English court and the English parliament. The Portuguese king of that time, Ferdinand I, showed by his action in 1373 that he believed that Portugal's interests, after 1369, required him to conclude an alliance with England. It is only fair to add, however, that many of his subjects at the time – and many Portuguese historians since – have doubted whether Dom Fernando's decision was right. Certainly the immediate military consequences of the alliance of 1373 were disastrous for Portugal and disappointing for England. What that first alliance did, though, was to establish firmly in the minds of the rulers of both countries the concept of a political and dynastic relationship which would be revitalised, this time, with lasting profit to both sides, when the inevitable Portuguese war of independence against Castile eventually started in 1383. From the historian's point of view, therefore, the significance of the treaty concluded in 1373 was that it was the harbinger of the much more significant Treaty of Windsor concluded in 1386.

## A Alvorada da Aliança Anglo-Portuguesa

por Dr. Virginia Rau, professora da Universidade de Lisboa e membro da Real Sociedade de História, autora, entre outras obras, dos estudos *Dona Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra, Sesmarias medievais portuguesas e O Comercio do Sal de Setúbal*.

Celebra-se este ano o 6.º centenário da aliança anglo-portuguesa. Não obstante ela ser tão falada e justamente proclamada como sendo a mais antiga aliança que liga duas nações europeias, a maioria dos ingleses e dos portugueses de hoje em dia pouco ou nada sabe a seu respeito. Nem sequer sabem como começou, quais as circunstâncias que a determinaram. Nem tão pouco as suas vicissitudes no tempo desde o seu início nos finais do século XIV, mais precisamente, no ano de 1372.

E, no entanto, essa aliança que começou por ser um *casamento de conveniência* tornou-se mais, muito mais do que isso, graças à intervenção de personalidades de escol e mercê das conjunturas políticas, sociais e económicas que se verificaram ao longo do final do século XIV e durante grande parte do século XV.

Com efeito, as lutas e guerras intestinas e dinásticas de Castela nessa época favoreceram as intromissões estrangeiras, francesas, inglesas, aragonesas e, subsequentemente, portuguesas. Por virtude do jogo das alianças firmadas entre Pedro I e os ingleses, e de seu irmão bastardo, Henrique de Trastâmara, que lhe disputava o trono, com os franceses, batalharam uns e outros em terras castelhanas num afrontamento peninsular que não foi mais do que uma faceta da luta que a história apelidou de "Guerra dos Cem Anos".

No ano do Senhor de 1369, depois do assassinato de Pedro I de Castela pelo seu meio-irmão Henrique de Trastâmara, revelou-se a pretensão contestatória del-rei de Portugal que, abandonando a prudente política de não intervenção na guerra civil de Castela, seguiu o chamamento aliciante do partidário legitimista galego-castelhano "dos logares que se lhe derom de seu grado, e os muitos fidalgos que se veherom pera elle" (Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Barcelos, 1966, cap. XXVIII).

D. Fernando de Portugal, como neto legítimo de Sancho IV de Castela, arvorou-se pois em vingador e sucessor de seu primo Pedro I. Mas a guerra que travou para alicerçar esta ambição foi desastrosa. O tratado de paz firmado em Alcoutim, a 31 de Março de 1371, entre D. Fernando e Henrique de Trastâmara, pôs fim ao primeiro insucesso da política intervencionista portuguesa — à chamada *primeira guerra com Castela*.

Poucos meses passados, porém, o panorama político peninsular transformou-se; tinha surgido outro pretendente: o Duque de Lancaster, João de Gante. Era ele filho do rei Eduardo III de Inglaterra e havia substituído no governo da Aquitânia "francesa" seu irmão primogénito, o Príncipe Negro. Na primeira semana de Setembro de 1371 o Duque de Lancaster casara com D.ª Constança, filha mais velha, legitimada, do falecido rei D. Pedro I e de D.ª Maria de Padilha. A boda teve lugar em Rochefort, perto de Mont-de-Marsan. O Duque declarou-se pretendente ao trono de Castela como mantenedor dos direitos dinásticos de sua esposa. E para isso, deixou a Aquitânia e partiu para Inglaterra a interessar na sua causa

## The Dawn of the Anglo-Portuguese Alliance

by Professor Virginia Rau, of the University of Lisbon and member of the Royal Historical Society, author, amongst others, of a biography of Catherine of Braganza, *Land Grants in the Middle Ages and The Setubal Salt Trade*.

This year will see the celebration of the 600th Anniversary of the Anglo-Portuguese Alliance. Although spoken of and justly proclaimed as being the oldest alliance linking two European nations, the majority of present-day Englishmen and Portuguese know little or nothing about it. They know nothing of its beginnings, of the circumstances that brought it about or of the many vicissitudes it has passed through from its inception at the end of the fourteenth century, in the year 1372.

This alliance that began as a mere 'marriage of convenience' became very much more than this, thanks to the intervention of important personalities of the age and the political, social and economic circumstances that existed at the end of the fourteenth century and during the greater part of the fifteenth century.

The internecine and dynastic struggles and wars of Castile in this period of history favoured foreign intervention which appeared in the form of the French, the English, the Aragonese and, finally, the Portuguese. The interplay of the alliances entered into between Pedro I and the English on the one hand, and between his bastard brother and pretender to the throne, Henrique de Trastâmara, and the French on the other hand, resulted in the two sides fighting, on Castilian soil, a war that was just another facet of the struggle that history has called the 'Hundred Years' War'.

In 1369, after the assassination of Pedro I by his half-brother Henrique de Trastâmara, the king of Portugal revealed his intention of contesting the succession. He abandoned his previous prudent policy of non-intervention in the Castilian civil war and answered the alluring call of the legitimist Galician-Castilian party 'from the places that had given him his rank and the many noblemen who flocked to him'.<sup>1</sup>

D. Fernando of Portugal, as the legitimate cousin of Sancho IV of Castile, then set himself up as the avenger and successor of his cousin Pedro I. But the war that he launched to achieve this ambition ended in disaster. The peace treaty signed at Alcoutim on 31 March 1371 between D. Fernando and Henrique de Trastâmara ended this first and unsuccessful attempt at Portuguese intervention — the so-called 'First Castilian War'.

But a few months later the political situation on the peninsula was transformed. A new pretender had appeared on the scene — the Duke of Lancaster, John of Gaunt. He was the son of Edward III of England and had taken the place of his elder brother, the Black Prince, as governor of 'French' Aquitaine. In the first week of September 1371, the Duke married D. Constança, the eldest legitimate daughter of the late Pedro I and D. Maria de Padilha. The wedding took place at Rochefort, near Mont-de-Marsan. The Duke proclaimed himself pretender to the Castilian throne as the champion of the dynastic rights of his

<sup>1</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Barcelos, 1966, Ch. XXVIII.

peninsular seu pai e soberano Eduardo III de Inglaterra, o Conselho e o Parlamento ingleses.

Por outro lado, alguns dos seus partidários galego-castelhanos iam-no persuadindo que nada conseguiria em Castela sem uma aproximação com Portugal. Por isso enviou a el-rei D. Fernando, em missão especial, dois emissários, o galego João Fernandes Andeiro e o seu escudeiro Roger Hore.

O rei de Portugal deu logo uma curiosa reviravolta político-diplomática. Esqueceu a sua própria candidatura ao trono castelhano e mostrou-se favorável à aliança com o Duque de Lancaster.

Assim, no dia 10 de Julho de 1372, na igreja de S. Salvador de Tagilde, do arcebispado de Braga, em presença del-Rei D. Fernando e dos mensageiros e procuradores de João de Gante e de sua mulher D. Constança, como Reis de Leão e Castela, firmaram-se "amizades e lianças pera sempre valedoiras" entre as duas partes contratantes, Reis de Portugal e Reis de Castela, todos seus sucessores e herdeiros.<sup>1</sup>

Este tratado, que se pode também considerar, sob certos aspectos, um tratado firmado entre os soberanos de Portugal e Castela, foi em grande parte resultado da acção política e diplomática de João Fernandes Andeiro. De facto, parece ter sido o Andeiro quem inculcou ao Duque de Lancaster o caminho de Portugal como sendo a melhor senda estratégica para a conquista de Castela.

Pelo tratado de Tagilde, D. Fernando e João de Gante obrigaram-se a fazer, reciprocamente, e em conjunto, guerra a Henrique de Trastámara e ao Rei de Aragão, "por seu corpo". Se João de Lancaster não iniciasse a guerra contra Castela até ao próximo e seguinte mês de Março, deveria fazê-lo, tanto ele como D. Fernando, sendo requeridos um do outro. Tudo quanto D. Fernando ganhasse em Castela – que não fosse vila e castelo ou terra –, ficaria seu sem embargo algum; as tomadas no reino de Aragão ficariam de quem as tomasse. Cada um dos aliados supria as suas próprias despesas, comprometendo-se a não fazer paz nem tréguas com o inimigo sem o consentimento do outro. Aquele que quebrasse o contratado, deveria pagar ao outro, "nom contradizente", dez mil marcos de ouro fino. E as duas partes contratantes assentaram que, para mais firmeza do contrato de aliança, ele fosse confirmado "por fiança da Igreja de Roma".

Mas se o governo inglês de Eduardo III, como escreveu o Professor Russell, não estava directamente envolvido nestas negociações, contudo é muito provável que as tenha favorecido. Tanto mais que as relações comerciais e marítimas entre Portugal e a Inglaterra se tinham desenvolvido sobremaneira, por forma a tornarem o mercado português num bom consumidor de panos e tecidos britânicos, enquanto o mercado inglês ia recebendo em ritmo crescente produtos de Portugal: vinho, azeite, fruta, mel, cêra, grã, sal, etc.

É de todos conhecida a oscilação pendular que assinalou as cambiantes da política externa de D. Fernando daí por diante. Ora aliado dos ingleses contra Castela, ora aliado dos castelhanos contra os ingleses. A aliança inglesa exercia um nítido fascínio sobre o espírito de D. Fernando, talvez porque a recordação do prestígio guerreiro dos arceiros

wife, and, in this role, he left Aquitaine for England to gain the support of his father and Sovereign, Edward III, the Council and Parliament for his peninsular cause.

At the same time some of his Galician-Castilian followers persuaded him that he could achieve nothing in Castile without a close understanding with Portugal. In consequence, the Duke sent two emissaries – the Galician João Fernandes Andeiro, and the Duke's own shield bearer Roger Hore – on a special mission to King D. Fernando.

Thereupon the King of Portugal executed a curious political somersault. He forgot his own claim to the Castilian throne and showed himself favourably inclined to an alliance with the Duke of Lancaster.

As a result, on 10 July 1372, in the church of São Salvador de Tagilde, in the see of the Archbishop of Braga, there was signed, in the presence of King D. Fernando and the messengers and representatives of John of Gaunt and his wife D. Constança, in their capacities as monarchs of León and Castile, a treaty entering into 'ties of eternal friendship' between the two contracting parties, the Kings of Portugal and the Kings of Castile, their heirs and successors in title.<sup>2</sup> This treaty, which can be considered, from certain points of view, as a treaty between the sovereigns of Portugal and Castile, was largely due to the political and diplomatic activity of João Fernandes Andeiro. In fact, it appears to have been Andeiro who inculcated the idea of the 'Portuguese road' to the Duke of Lancaster, as being the best, strategically, for the conquest of Castile.

By the treaty of Tagilde, D. Fernando and John of Gaunt covenanted jointly and severally to wage war on Henrique de Trastámara and the King of Aragon 'for his body'. It was agreed that if John of Gaunt had not started hostilities before the following March, then he and D. Fernando, at the request of the other, would be obliged to commence such hostilities. Anything captured by D. Fernando in Castile – other than towns, castles or land – was to belong to him without question, while plunder in the Kingdom of Aragon was to belong to whoever took it. Each of the allies was to defray his own expenses, and neither was to make peace or arrange truces with the enemy without the previous consent of the other. Whoever broke the contract had to pay the other, 'nemo contradicente' (without question), a penalty of ten thousand marks in fine gold. And the two contracting parties agreed that, to make the contract of alliance even firmer, it should be confirmed 'by the pledge of the Church of Rome'.

The English government, even though it was not directly involved in these negotiations, probably favoured them, according to Professor Russell. This would, in great measure, have been due to the increasing commercial and maritime relations between Portugal and England which were rapidly turning the Portuguese market into a major consumer of English cloth and textiles while the English market was receiving an increasing amount of Portuguese products such as wine, olive oil, fruit, honey, wax, salt, etc.

The wild swings in the foreign policy of D. Fernando from then onwards are well known. At one

<sup>1</sup> Ver o Texto do tratado em: P. E. Russell, *The English Intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II*, Oxford, 1955, pp. 557 – 561. Este tratado foi dado a conhecer pela primeira vez por Sérgio da Silva Pinto, "O primeiro tratado de aliança anglo-portuguesa – Tratado de Tagilde de 10 de Julho de 1372", em *Braga, Boletim do Arquivo Municipal*, Braga, 1949, I, pp. 347 – 363,

<sup>2</sup> See the text of the treaty in P. E. Russell, *The English Intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II*, Oxford 1955, pp. 557 – 561. This treaty was first brought to light by Sergio da Silva Pinto in 'The First Treaty of the Anglo-Portuguese Alliance' – the Treaty of Tagilde of 10 July 1372, in *Braga, Bulletin of the Municipal Archives*, Braga 1949, I, pp. 347 – 363.

ingleses na batalha de Nájera ainda não se dissipara. Por seu lado, as galeras portuguesas, e a sua perícia naval, causavam admiração aos ingleses. Tudo favorecia uma aproximação.

Entrementes reacendeu-se repentinamente a luta com Castela e o soberano castelhano invadiu Portugal antes que qualquer ajuda inglesa cá chegasse. Novos insucessos militares do versátil rei de Portugal levaram às pazes de Santarém, a 24 de Março de 1373, que puseram termo à chamada *segunda guerra com Castela*. D. Fernando obrigava-se desta vez e em especial, a ser aliado de Castela e da França e a abandonar a aliança inglesa, a expulsar os ingleses de Portugal e a vedar-lhes o acesso aos nossos portos.

Tudo isto que por cá se foi passando, não obsteu a que, em 16 de Junho de 1373, se concretizasse em Londres a aliança anglo-portuguesa, desta vez por meio de um tratado de paz, amizade e aliança ofensiva e defensiva entre os soberanos de Portugal e de Inglaterra. Além de se comprometerem, entre outras coisas e em termos gerais, a prestarem auxílio militar um ao outro, o rei de Inglaterra, "abraçado com ternura e amor com os ditos Reis de Portugal, ..... e não obstante as presentes necessidades do seu Reino mandará d'Inglaterra um grande número de soldados, a saber: 600 homens d'armas e 80 besteiros para auxílio e defesa do Rei e Rainha de Portugal a fim de combaterem e resistirem com todas as suas forças às invasões hostis e tyranicas d'Henrique o Bastardo . . ." (Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, Paris, 1853, vol. 14, p.58-62).

Não obstante este tratado anglo-português, interromperam-se oficialmente as relações diplomáticas entre Portugal e a Inglaterra durante cerca de sete anos; mas oficiosamente essas relações, e as comerciais continuaram e até estas últimas se fortaleceram.

Os anos foram assim passando. A morte ceifou Eduardo III, rei de Inglaterra, e Henrique de Trastâmara, rei de Castela. Tempo passado, depois de atingir a maior idade, havia assumido o poder o novo rei de Inglaterra, Ricardo II, filho do Príncipe Negro.

Pelos fins do ano de 1379 D. Fernando de Portugal parece já ter escrito a João Fernandes Andeiro, que estava em Inglaterra e era figura das mais gradas da Corte lancastriana, que falasse com o Duque de Lancaster e com seu irmão no sentido de se preparar nova guerra luso-inglesa contra Castela. João Fernandes veio a Portugal e conseguiu dominar as negociações político-diplomáticas com el-rei D. Fernando, sem falarmos dos seus sucessos de alcova com a Rainha D. Leonor Teles. Na torna viagem a Inglaterra ia já como enviado do rei de Portugal e com instruções secretas para renovar a aliança anglo-portuguesa. Andeiro cumpriu bem a sua missão.

A 15 de Julho de 1380, por carta patente de D. Fernando, era não só renovada a aliança lancastriana de 1372, como também a aliança anglo-portuguesa de 1373.

Para colocar o Duque de Lancaster no trono de Castela, el-rei D. Fernando não hesitou em ratificar as alianças feitas e em prometer que, se o Conde de Cambridge, irmão do Duque de Lancaster, trouxesse a Portugal, para fazer guerra a Castela, uma força de 1.000 homens de armas e 1.000 arqueiros (depois reduzidos para 600 e 400, respectivamente), eles seriam acolhidos amigavelmente dando-se-lhes cavalos por três meses e por preços razoáveis. Comprometia-se a, logo que o Conde e o seu exército chegassem a Portugal, romper a guerra

moment he was allied to the English against Castile and at another with the Castilians against the English. Yet, the English alliance seemed to fascinate the mind of D. Fernando perhaps because he would never forget the memory of the warlike bearing of the English archers at the battle of Nájera. On the other hand, the Portuguese galleys and their naval prestige had won the admiration of the English. Everything seemed to favour a rapprochement.

Suddenly, the war with Castile broke out again and the Castilian king invaded Portugal before any English help could arrive. Fresh military disasters befell the King of Portugal and led to the peace of Santarém on 24 March 1373, which put an end to the so-called Second Castilian War. This time D. Fernando was forced to become an ally of Castile and France and to abandon the English alliance. The English were expelled from Portugal and forbidden to use Portuguese ports.

Despite the events in Portugal, on 16 June 1373, the Anglo-Portuguese alliance was confirmed in London this time in the form of a treaty of peace and friendship and an offensive and defensive alliance between the Portuguese and English kings. Besides agreeing among other things and in general terms to give one another military aid, the King of England "embraced the said King of Portugal with love and affection . . . and notwithstanding the present needs of his kingdom, shall send from England a great number of soldiers, that is to say: 600 men-at-arms and 80 archers for the aid and defence of the King and Queen of Portugal and for combating and resisting with all necessary force the hostile and tyrannical invasions of Henry the Bastard . . ."<sup>3</sup>

Notwithstanding the Anglo-Portuguese treaty, diplomatic relations between Portugal and England were severed for about seven years; but unofficially diplomatic and commercial relations continued and the latter were increased.

The years passed. Edward III of England and Henrique de Trastâmara of Castile died. More time passed and Richard II, son of the Black Prince, upon attaining his majority, came to the throne of England.

Towards the end of 1379 D. Fernando of Portugal appears to have already written to João Fernandes Andeiro, who was then in England and had become a figure of some importance at the Lancastrian court, asking him to speak with the Duke of Lancaster and his brother about the possibility of preparing a new Luso-English war against Castile. João Fernandes returned to Portugal, and, leaving aside his successes in the bed-chamber of the Queen D. Leonor Teles, managed to dominate the politico-diplomatic negotiations with King D. Fernando. He returned to England as the personal envoy of the King of Portugal and with secret orders to renew the Anglo-Portuguese alliance. He carried out his mission successfully.

On 15 July 1380, by letter patent of D. Fernando, not only was the Lancastrian alliance of 1372 renewed but so also was the Anglo-Portuguese alliance of 1373.

For the purpose of placing the Duke of Lancaster on the throne of Castile, King D. Fernando did not hesitate to ratify the alliances and he also promised that if the Earl of Cambridge, brother of the Duke of Lancaster, were to bring to Portugal a force of 1000 men-at-arms and 1000 archers (later reduced to 600 and 400 respectively) to make war on Castile, they

<sup>3</sup> Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, Paris 1853, Vol. 14, pp. 58 - 62.

abertamente contra Castela, por mar e por terra, à sua custa, até que João de Gante e D. Constança recuperassem o reino de Castela. Para remate, prometia que, trazendo o Conde de Cambridge consigo seu filho, ele o casaria com sua filha a Infanta D. Beatriz. E chegou a aventar a hipótese de o "fazer proclamar e reconhecer" como Rei de Portugal depois da sua morte e quando já fosse seu genro (Visconde de Santarém, *ob. cit.*, 14, pp. 66-67, P. E. Russell, *ob. cit.*, p. 299).

Ricardo II de Inglaterra, em 14 de Maio de 1381 confirmou os tratados de aliança, enquanto se ia preparando a expedição para vir a Portugal.

Finalmente, a 20 de Julho desse ano, fundeava no Restelo a armada inglesa e D. Fernando vinha de Santarém a receber o Conde e a Condessa de Cambridge, o seu séquito e a gente de guerra. Pela primeira vez, na história da aliança, um príncipe da casa real inglesa era recebido por um rei de Portugal. As cerimónias e as recepções foram dignas da circunstância. D. Fernando presenteou o Conde de Cambridge e os senhores ingleses com muitos panos de seda e ouro, enquanto a Rainha D. Leonor presenteava a Condessa e as suas damas com panos e jóias, "de que foram contentes" (Fernão Lopes).

No dia 29 de Agosto celebrou-se à moda inglesa os desposórios da Infanta D. Beatriz com o pequeno príncipe Eduardo, filho do Conde de Cambridge e de sua mulher D. Isabel de Castela, sobrinho, portanto, do Duque de Lancaster — "e foram ambos lamçados em humma grande cama e bem corregida na camara nova dos paços del Rei; e o bispo Dacres, e o de Lisboa, e outros prelados, rezaram sobre elles, segumdo costume de Hinglaterra, e os beemzerom. A cama era bem emperamentada, e a cubricama dhuum tapete preto com duas grandes figuras de Rei e de Rainha na meatade, todas de alfofar gravado e meação, segumdo requeria homde era posto: a bordadura darredor era toda darchetes, brolladas das linhagens de todollos fidallgos de Portugal, com suas armas acerca dessi" (Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Barcelos, 1966, cap. CXXX).

Dai por diante as coisas passaram a correr mal. Os soldados ingleses sujeitaram a dura prova, nos cargos e nos haveres, os seus aliados portugueses da classe popular. E foram omissos na prática das virtudes fixadas por dois vocábulos da sua língua que tanto prestígio lhes haveria de conferir no futuro: *gentleman* e *fair-play*.

As tropelias dos ingleses respondeu uma forte reacção portuguesa, e, como conta o cronista Fernão Lopes: "As gemtes começaram de tornar a esto o mais escusamente que podiam, e em fojos de pam, e por outras maneiras, matavom muytos delles escusadamente; de guisa que per sua maa hordenamça perecerom tantos, que nom tomarom depois pera sua terra as duas partes delles" (Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. CXXXII).

Aplicava-se aqui, às avessas, o velho ríflão: "Deus nos livre dos nossos amigos, que dos nossos inimigos nos livramos nós".

Por seu lado, também, o rei de Portugal comportava-se desordenada e perfidamente. Como as campanhas anglo-portuguesas dos anos de 1381 e 1382 não tinham tido resultado algum, não tardou muito que D. Fernando encetasse negociações com o rei de Castela (D. João I, filho e herdeiro do já falecido Henrique de Trastâmara). Tanto assim que, a 9 de Agosto de 1382, foi firmado um tratado de paz entre os reis de Portugal e de Castela, sem que os ingleses fossem nele tidos nem havidos. Deste modo terminava a chamada *terceira guerra com Castela*.

would be enthusiastically welcomed and provided with horses for three months at reasonable prices. He also promised that once the Earl and his army had landed in Portugal, he, D. Fernando, would declare open war on Castile by land and sea at his own cost and would pursue such war until John of Gaunt and D. Constança had recovered the kingdom of Castile. In conclusion, he promised that if the Earl of Cambridge were to bring his son with him, he should marry D. Fernando's daughter, D. Beatriz. And it was proposed that D. Fernando should 'proclaim and recognise' him as King of Portugal after his death once he had become his son-in-law.<sup>4</sup>

On 14 May 1381, while the expedition to Portugal was being prepared, Richard II of England confirmed the treaties of alliance.

Finally, on 20 July of that year, the English fleet anchored off Restelo and D. Fernando came from Santarém to receive the Earl and Countess of Cambridge, their entourage and their soldiers. For the first time in the history of the alliance, a prince of the Royal House of England had been received by a King of Portugal. The ceremonies and receptions were worthy of the occasion. D. Fernando presented the Earl of Cambridge and the English gentlemen with many cloths of silk and gold while Queen D. Leonor presented the Countess and her ladies with cloths and jewels 'with which they were content'.<sup>5</sup>

On 29 August the betrothal of the Infanta D. Beatriz to the little Prince Edward, son of the Earl of Cambridge and his wife D. Isabel of Castile and nephew of the Duke of Lancaster, was celebrated in the English style — 'and both were thrown into a large bed in a new room in the King's palace; and the bishop Dacres and the bishop of Lisbon and other prelates prayed over them in accordance with English custom, and they blessed them. The bed was well furnished and the hangings were of a thick black cloth with two huge figures of the King and Queen embroidered in the middle; the edges were embroidered with the family trees of all the nobility of Portugal, with their coats of arms around them'.<sup>6</sup>

From then onwards things began to go wrong. The English soldiers behaved badly in the demands that they made on the lower classes of their Portuguese allies. And they seemed to have forgotten in practice the virtues contained in the two words in the English language which were to become so prestigious in the future: *gentlemen* and *fair-play*.

The behaviour of the English aroused a strong Portuguese reaction and, as the chronicler Fernão Lopes relates, 'The people began to turn on them as forcibly as they could and killed many of them; so that, because of their bad behaviour so many perished, that barely half of them returned to their own country'.<sup>7</sup>

In this case the old refrain applied in reverse: 'God deliver us from our friends, who wish to deliver us from our enemies.'

The King of Portugal, for his part, also behaved in a disordered and perfidious manner. Since the Anglo-Portuguese campaigns of the years 1381 and 1382 had yielded no result, it was not long before D. Fernando entered into negotiations with the King of Castile (D. João I, son and heir of the late Henrique de Trastâmara). As a result, on 9 August 1382, a

<sup>4</sup> Visconde de Santarém, *op.cit.* 14, pp. 66 - 67; P. E. Russell, *op.cit.* p. 299.

<sup>5</sup> Fernão Lopes.

<sup>6</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Barcelos, 1966, Chapter CXXX.

<sup>7</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Chapter CXXXII.

Pôs-se grande afã em embarcar e repatriar o corpo expedicionário inglês; anularam-se os esponsais de D. Beatriz com o filho do Conde de Cambridge.

Claro que os ingleses manifestaram a sua indignação, e "alguns se soltaram em desmesuradas palavras" contra o rei de Portugal. Mas, no dia 1 de Setembro, embarcavam no Tejo em navios castelhanos a caminho da sua terra. Ricardo II de Inglaterra não fez represálias.

D. Fernando teve, no entanto, um assomo de dignidade quando mandou, no ano seguinte, uma embaixada a el-rei de Inglaterra, e ao Conde de Cambridge, a desculpar-se sobre o casamento de sua filha D. Beatriz com o Rei de Castela (Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 14, p. 73).

No domínio das relações entre os nossos dois países que ficou de importante nessa primeira fase da aliança? No "homem da rua" em Inglaterra pareceu inconcebível que se mandassem tropas a Portugal quando o seu país estava em guerra com a França. No "homem da rua", em Portugal, permaneceu largos anos a recordação de uma soldadesca turbulenta, e pouco mais. Na aristocracia palaciana e nos letrados portugueses a influência foi multifacetada: apreciação pelas instituições políticas; consideração pelo prestígio e a organização militares; apreço pelo requinte das maneiras e pela forma elegante de trajar; etc., etc. E essa influência exerceu-se ou directamente em Portugal ou por intermédio dos nossos juristas, diplomatas e mercadores que estancearam em Inglaterra.

Dois exemplos, apenas. A Rainha D. Leonor Teles admirava o bom costume dos ingleses "que quando som no tempo da paz, nom tragem armas, nem curam damdar armados, mas boas rroupas e luvas nas mãos come domzellas" (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Porto, 1945, I, cap. IX). Os capítulos gerais das cortes de Coimbra, de Abril de 1385, oferecidos a el-Rei D. João I, defendiam a preponderância moderadora que devia ter o conselho real sobre a vontade do rei; e invocavam o bom precedente inglês: "ca assi se acostuma de fazer pelos Reys de Inglaterra, e por esto som louvados em todas as partes do Mundo" (Marcello Caetano, "As Cortes de 1385", em *Revista Portuguesa de História*, Coimbra 1951, vol. IV).

O advenor de D. João I acelerou a aproximação com a Inglaterra. O famoso tratado de Windsor, de liga, de amizade e confederação perpétuas entre os dois soberanos (Ricardo II de Inglaterra e D. João I de Portugal), firmado e selado na capela real do palácio de Windsor a 9 de Maio de 1386 constituiu a pedra angular da aliança anglo-portuguesa no tempo, com os seus XII artigos fixando os direitos e os deveres recíprocos das duas partes contratantes.

A chamamento dos portugueses, os homens de armas e os archeiros ingleses haviam voltado a Portugal e pelejado na batalha de Aljubarrota à ilharga das tropas portuguesas. O Duque de Lancaster, reivindicando de novo a coroa de Castela, voltou também, em 1386, com uma força militar de 2.000 lanças e 3.000 besteiros, firmando outro pacto de aliança com D. João I.

Foi, porém, uma personalidade excelsa de mulher, D. Filipa de Lancaster, que sublimou a aliança anglo-portuguesa e lhe imprimiu invulgares características. Com efeito, o casamento de D. João I com D. Filipa, filha do primeiro casamento do Duque de Lancaster, deu todo o prestígio e "glamour" à aliança entre os nossos dois países. Ainda hoje, D. Filipa sobressai como o símbolo mais belo dessa aliança.

peace treaty was signed between the Kings of Portugal and Castile, without the English either being included or informed. In this way ended the so-called Third Castilian War.

The English expeditionary force was pressed to re-embark and return to England at once; the betrothal of D. Beatriz with the son of the Earl of Cambridge was annulled.

Clearly the English showed their indignation and 'some came out with wild words' against the King of Portugal. But, on 1 September, they embarked on Castilian ships moored in the Tagus and set sail for home. Richard II of England did not take reprisals.

D. Fernando, however, maintained his dignity when, in the next year, he sent an embassy to the King of England and the Earl of Cambridge to apologise for the marriage of his daughter, D. Beatriz, with the King of Castile.<sup>8</sup>

What were the most important features of this, the first phase of the alliance between our two countries? To the English 'man-in-the-street' it seemed inconceivable that troops should be sent to Portugal when his country was at war with France. For the Portuguese 'man-in-the-street' the memory of the turbulent soldiery remained for many years, and little else. For the palace aristocracy and literate Portuguese, the influence was felt in many ways: an appreciation of English political institutions; a respect for English military prestige and organisation; an appreciation of their good manners and elegant mode of dress, etc. This influence made itself felt either directly in Portugal or through those of our jurists, diplomatists or merchants who had stayed in England.

To give two examples only. Queen D. Leonor Teles admired the good custom of the English in that 'when they are at peace, they do not carry arms nor do they worry about going about armed preferring good clothes and gloves on their hands like young ladies'.<sup>9</sup> The representative body of the nobility meeting in Coimbra in April 1385 made humble submissions to King D. João I which, among other things, defended the moderating tendency that the Royal Council should have on the wishes of the King; and they invoked English precedent: 'for it is like this that the Kings of England do things and for this they are praised in every part of the world'.<sup>10</sup>

The succession of D. João I to the throne speeded up the restoration of friendly relations with England. The famous treaty of Windsor, of alliance, friendship and perpetual confederation between the two sovereigns (Richard II of England and D. João I of Portugal) which was signed, sealed and delivered in the Chapel Royal at Windsor Castle on 9 May 1386, whose XII articles established the reciprocal rights and duties of the two contracting parties, constituted the corner-stone of the Anglo-Portuguese alliance at that time.

At the request of the Portuguese, English men-at-arms and archers had returned to Portugal and taken part in the battle of Aljubarrota in support of the Portuguese troops. In 1386 the Duke of Lancaster, once again claiming the Castilian crown, returned again with a military force of 2000 lances and 3000 archers. He signed another pact of alliance with D. João I.

It was, however, a woman with an extraordinary

<sup>8</sup> Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 14, p. 73.

<sup>9</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Porto, 1945, I, Chapter IX.

<sup>10</sup> Marcello Caetano, 'As Cortes de 1385' in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1951, Vol. IV.

Profundamente inglesa, na cultura e nos costumes, tentou no entanto compreender e adaptar-se à "maneira" portuguesa apesar de confiar zelosamente alguns altos cargos da sua casa a damas e senhores ingleses. Daí a influência cultural que exerceu sobre o marido, os filhos e toda a vida da corte portuguesa.

Os filhos tomaram o título de *duques* à inglesa deixando o tradicionalmente português de *infantes*; ao primogénito deu-se-lhe o nome de Duarte, *Edward*, indicativo do seu sangue Plantageneta; outro chamou-se-lhe Henrique, *Henry*. Na capela real adoptava-se a liturgia da catedral de Salisbúria. Os romances e os ideais da cavalaria inglesa inflamaram a imaginação dos príncipes e de toda a nobreza portuguesa, e manifestaram-se nas investidas cavaleirescas dos príncipes depois da tomada de Ceuta; anos passados, D. Duarte ao escrever o seu *Leal Conselheiro*, compararia o feito militar de Ceuta à batalha de Agincourt. As divisas em francês e as galas da ordem da Jarreteira omaram quase toda a "inclita geração", ou seja dos *primos portugueses*, e foram concedidas, daí por diante, aos soberanos da dinastia de Aviz, e a outros.

De tudo isto, e de muito mais, podemos concluir que se deve à influência de D. Filipa de Lancaster, rainha de Portugal, o haver transformado essa primeira união entre a Inglaterra e Portugal, "nalguma coisa mais do que numa aliança militar e comercial" (P. E. Russell, *ob. cit.*, p. 546) – o ter transformado um *casamento de conveniência* num *casamento de inclinação*.

character, Phillipa of Lancaster, who gave to the Anglo-Portuguese alliance certain special and uncommon characteristics. In fact, the marriage of D. João I with Phillipa, the daughter of the Duke of Lancaster's first marriage, gave all the prestige and 'glamour' necessary to the alliance between our two countries. Even today, Phillipa stands out as the most attractive aspect of this alliance.

Although profoundly English in both culture and behaviour, she nevertheless tried to understand and adapt herself to the Portuguese 'manner'. However, she did give certain of the highest posts in her household to English ladies and gentlemen. From this arose the cultural influence that she exercised over her husband, her children and the whole Portuguese court.

Their sons took the English title of 'dukes' and not the traditional Portuguese title of 'infantes'; the eldest son was given the name Duarte, 'Edward', indicating his Plantagenet blood; another son was called Henrique, 'Henry'. In the chapel royal the liturgy of Salisbury Cathedral was adopted. The stories and ideals of English chivalry set the imaginations of the Portuguese princes and nobility afire, as appeared in the investiture of the princes with knightly honours after the capture of Ceuta; years later, D. Duarte, writing to his Loyal Counsellor, compared the military action of Ceuta with the battle of Agincourt. Heraldic devices in French and the trappings of the Order of the Garter were worn by all the 'Portuguese cousins' and were granted, from that time onwards, to the sovereigns of the Aviz dynasty, and others.

From all this, and much more, we can conclude that it is due to the influence of Phillipa of Lancaster, Queen of Portugal, that we owe the fact that the first alliance between England and Portugal was transformed 'into something more than a military and commercial alliance'<sup>11</sup> – or, in other words, had changed a marriage of convenience into a marriage by inclination.

Museu do Trajo  
São Brás de Alportel  
Centro de  
Documentação



## Vicissitudes das Relações Anglo-Portuguesas no Século XVII

por Charles Boxer, professor da Universidade de Indiana e autor, entre outras obras, do livro *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*.

Um estudo da Aliança Anglo-Portuguesa desde as suas origens revela-nos, mais do que um casamento de almas gémeas, uma união de estranhos companheiros de quarto. Esta imagem adquire particular propriedade durante o século XVII, quando a Inglaterra era irracionalmente protestante e Portugal fanáticamente católico. De 1580 a 1640, Espanha e Portugal formaram uma monarquia bi-partida, sob o domínio do ramo espanhol da Casa de Habsburg, numa situação em muito semelhante à que, de 1603 a 1707, uniu a Inglaterra e a Escócia sob a Casa Stuart. Durante esse "Cativoiro dos Sessenta Anos", expressão que os portugueses adoptariam para denominar a união com a Espanha, deve dizer-se que a Aliança Anglo-Portuguesa permaneceu adormecida. Quando em Guerra com a Espanha, ou até mesmo em ocasiões em que o não estavam, os ingleses não distinguem nos seus ataques as possessões portuguesas das espanholas. Em Fevereiro de 1622, altura em que, na Europa, a Inglaterra se encontrava em paz com a monarquia ibérica, no Golfo Pérsico, os navios e os homens da Companhia das Índias Orientais ajudavam um exército persa a capturar o forte português da ilha de Ormuz. Numa dada fase deste incidente, o comandante português Rui Freire de Andrade tentou, em vão, dissuadir os ingleses de participarem no ataque, avistando-se, sob bandeira branca, com um dos seus chefes, de nome Edward Monnox: "E encontrando-se os dois homens na parada da guarda, o dito Rui Freire começou com uma longa história sobre o amor e a amizade de há muito existentes entre as duas nações, inglesa e portuguesa, e sobre os nobres feitos que os ingleses haviam cometido ao ajudarem os portugueses a expulsar os mouros do seu país. Ao que o dito Monnox replicou não estar ali para discutir acontecimentos de tal modo remotos, mas sim para tirar satisfação e desforço da guerra intentada por ele próprio, o ali presente Rui Freire, contra a nossa armada do ano passado, no caminho para Jask, e que teve como resultado a perda do nosso valoroso comandante a fiel servidor do nosso Rei, bem como de outros súbditos de Sua Majestade."

A guerra anglo-portuguesa no Oriente terminou em 1635, com uma trégua assinada em Goa. Mas esta aproximação ficou a dever-se, antes do mais, ao facto da animosidade entre portugueses e ingleses ser, apesar de tudo, inferior à que uns e outros sentiam para com os holandeses, os quais eram, na Ásia, a mais forte potência marítima. Do mesmo modo, sendo embora ardentemente católicos e "não muito amantes dos protestantes", como notou um marinheiro inglês dessa época, os portugueses odiavam os seus vizinhos castelhanos. Um frade franciscano inglês de Bruxelas, que, em 1633, visitou Portugal e Espanha, escrevia em Lisboa no seu diário: "Os portugueses preferem os ingleses a qualquer outra nação, e odeiam os castelhanos mais do que o diabo". Exagero, sem dúvida, mas que reflecte o sentimento nacional que, no dia 1 de Dezembro de 1640, permitiu que Portugal reconquistasse, em poucas horas, a independência e que,

## Vicissitudes of Anglo-Portuguese Relations in the 17th Century

by Professor Charles Boxer, Professor at the University of Indiana and, amongst others, author of *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*.

A survey of the Anglo-Portuguese Alliance from its inception shows that it has functioned rather as a union of strange bedfellows than as a marriage of like minds. This was particularly true during the seventeenth century, when England was bigotedly Protestant and when Portugal was fanatically Roman Catholic. From 1580 to 1640 Spain and Portugal formed a dual monarchy under the Spanish branch of the House of Habsburg, in much the same way as England and Scotland did under the House of Stuart from 1603 to 1707. During this period of the 'Sixty Years Captivity', as the Portuguese later termed their union with Spain, the Anglo-Portuguese Alliance must be considered as dormant. The English made no distinction between attacking Spanish and Portuguese possessions when they were at war with Spain, or even, on occasion, when they were not. For example, in February 1622, when Great Britain and the Iberian dual monarchy were at peace in Europe, the ships and men of the East-India Company helped a Persian army to capture the Portuguese island-stronghold of Hormuz in the Persian Gulf. At an early stage in this campaign, and in a vain attempt to dissuade the English from their purpose, the Portuguese commander, Rui Freire de Andrade, interviewed one of the English leaders, Edward Monnox, under a flag of truce: 'And being set together in the court of guard, the said Rui Freire began with a long story of the ancient love and amity between the two nations, English and Portugals, and the noble acts that the English had done in assisting the Portugals to expulse the Moors out of their country. To which the said Monnox replied that he came not to treat of business of such antiquity, but he came to treat of satisfaction and revenge for the war begun and attempted by himself, the there present Rui Freire, against our last year's fleet in the road of Jask, to the loss of our worthy commander and our King's sworn servant, besides others of his Majesty's subjects.'

The subsequent Anglo-Portuguese war in the East was ended by a truce signed at Goa in 1635. But this rapprochement was motivated mainly by the fact that though the English and the Portuguese disliked each other, they both disliked the Dutch still more, and the Dutch were then the strongest power in maritime Asia. Similarly, although the Portuguese were ardent Roman Catholics, 'not loving a Protestant much', as a contemporary English sailor noted, they hated their Castilian neighbours and coreligionists. An English Franciscan friar from Brussels, who visited Spain and Portugal in 1633, wrote in his diary at Lisbon: 'The Portuguese prefer the English to any other nation, and they have more hatred for the Castilians than they have for the Devil.' An exaggeration, no doubt, but one which reflects the national feeling that enabled Portugal to regain its independence in a matter of hours on 1 December 1640, when the Duke of Braganza was proclaimed King John IV at Lisbon. The popular hatred of Castile likewise enabled Portugal to maintain a war of independence against Spain which lasted until

nesse mesmo dia, D. João Duque de Bragança fosse proclamado rei. Foi, ainda, o ódio popular a Castela que tornou possível ao país sustentar a Guerra da Independência, que terminaria em Fevereiro de 1668, com uma paz alcançada através da mediação inglesa.

As relações anglo-portuguesas oscilaram violentamente ao longo deste crítico período de vinte e oito anos, durante o qual a sobrevivência de Portugal como nação independente pareceu, por diversas vezes, duvidosa. Durante a Guerra Civil inglesa, os portugueses não ocultaram a sua simpatia pela causa real, e a armada fugitiva do Príncipe Rupert encontrou em Lisboa refúgio e base temporários. Alcançada a vitória, o Parlamento forçou D. João IV a pagar um elevada preço pela atitude assumida. O Tratado de Westminster, que, em Julho de 1654, traçava as linhas mestras da Aliança para os cem anos seguintes, pode ser justamente descrito como uma imposição. Em 1726, um nobre português denunciava o tratado como sendo "o mais pernicioso jamais feito com uma cabeça coroada". Cerca de quarenta anos mais tarde, o embaixador inglês em Lisboa escrevia ao seu governo nos termos seguintes: "Não se deverá negar que muitas das cláusulas do Tratado foram impostas e que os súbditos de Sua Majestade gozam, nalguns casos, de privilégios superiores aos dos nativos, o que, com alguma razão, poderá dar origem a descontentamentos." Estes privilégios incluíam substanciais isenções fiscais e um determinado grau de imunidade em relação às autoridades locais (incluindo a inquisição), o que dava à comunidade inglesa em Portugal uma situação em muito análoga à que era disfrutada na China pelos comerciantes ocidentais, durante o apogeu do Tratado sobre o sistema portuário e a "extra-territorialidade".

Por alturas de 1658, a posição de Portugal era a mais grave em que a país se tinha visto desde que reconquistara a sua precária independência. Além de se encontrar em guerra com a Espanha e com a Holanda, recebia notícias de que os seus aliados franceses se preparavam para negociar uma paz separada com a Espanha. Nenhuma potência estrangeira enviara, até então, para Lisboa um embaixador residente. Sob pressões espanholas, o Vaticano recusava-se obstinadamente a reconhecer a nova dinastia de Bragança, ou a nomear bispos que ocupassem as Sés vagas deste país tão devotamente católico. A única esperança que restava a Portugal, como afirmou o Cardeal Mazarin, residia na Inglaterra. Mas o governo puritano olhava com desconfiança um reino onde a "idolatria papista" e o Santo Ofício da Inquisição exerciam um domínio absoluto. D. João IV morrera em 1656. Nada fazia crer que a sua viúva, Regente no lugar de D. Afonso VI, seu filho mais velho e doente mental, fosse encontrar muita simpatia em Londres, cidade onde, em Julho de 1654, o irmão do embaixador português fora publicamente executado em Tower Hill.

Cromwell propusera, a certa altura, aos holandeses um ataque combinado das forças protestantes contra os dois impérios coloniais ibéricos. Se coroada de êxito, a guerra daria à Inglaterra as possessões das Américas e aos holandeses as da Ásia. Mas, nas suas próprias palavras, "os holandeses preferiram os lucros à devoção" e rejeitaram a ideia de atacar a Espanha, um dos seus melhores clientes. Quanto a Cromwell, obcecava-o o fantasma "dessa Babilónia papista de que a Espanha é o grande alicerce". Em 1655, sem ter sofrido qualquer provocação prévia, ordenou um ataque contra as Índias Ocidentais espanholas. Na guerra com a Espanha que daí adveio, os portos

peace was concluded, through English mediation, in February 1668.

Anglo-Portuguese relations oscillated violently during this critical twenty-eight-year period, when Portugal's survival as an independent nation often seemed very doubtful. During the English Civil War, the Portuguese had made no secret of their sympathy for the Royalist cause, and the fugitive fleet of Prince Rupert found a temporary sanctuary and a base at Lisbon. The victorious Parliament made King John IV pay dearly for this attitude. The Treaty of Westminster in July 1654, which set the pattern of the Alliance for the next hundred years, can fairly be described as a *diktat*. In 1726 a Portuguese nobleman denounced it as being 'the most pernicious that had ever been made with a crowned head'. Some forty years earlier, the English envoy at Lisbon had written to his government: 'It is not to be denied but that several things in the Treaty were obtained with a high hand and that His Majesty's subjects enjoy in some particulars rather greater privileges than the natives, which with some reason may make them uneasy.' These privileges included a wide range of tax-exemptions, and a degree of freedom from arrest by the local authorities (including the Inquisition) which gave the English community in Portugal a position analogous in many ways to that enjoyed by Western traders in China during the heyday of the Treaty-port system and extra-territoriality.

By 1658 Portugal's position was more critical than at any time since she had regained her precarious independence. She was at war with Spain and with the Dutch, while her French ally was negotiating for a separate peace with Spain. No foreign power had yet sent a resident ambassador to Lisbon. The Papacy, under Spanish pressure, obstinately refused to recognise the new Braganza dynasty, or to appoint bishops to the vacant sees of this most devoutly Roman Catholic country. Portugal's one remaining hope was England, as Cardinal Mazarin pointed out. But the Puritan government looked askance at a kingdom where 'Papist idolatry' and the Holy Office of the Inquisition held undisputed sway. King John IV had died in 1656. It did not seem likely that his widow, acting as Queen-Regent for her elder and spastic son, Afonso VI, would find much sympathy at London, where the brother of the Portuguese ambassador had been publicly executed on Tower Hill in July 1654.

Cromwell had at one time proposed to the Dutch a combined Protestant attack on the two Iberian colonial empires, which would give, if successful, their American possessions to England and their Asian possessions to the Dutch. But 'The Hollanders,' as he put it, 'preferred gain to godliness', and they rejected the idea of attacking Spain, which was one of their best customers. Cromwell was above all obsessed by the bogey of 'that Popish Babylon of which the Spaniard is the great underproper', and he launched an unprovoked attack on the Spanish West-Indies in 1655. The ensuing war with Spain made it desirable for the Commonwealth Navy to use Portuguese ports, and so the Protector consented to receive a Portuguese ambassador at London and to discuss the possibility of combined action against the common enemy. After Cromwell's death, and in the last days of the Interregnum, the English Council of State signed a treaty with the Portuguese ambassador, permitting Portugal to recruit soldiers, to buy munitions, and to freight ships in England (28 April 1660). Owing to the restoration of Charles II a few days later, this treaty was not ratified, since the King was under

quando, durante a crise da "Conspiração Papista" de 1678-79, os sentimentos anti-católicos atingiram proporções de loucura, Carlos recusou-se a repudiar a Rainha, sendo de admitir que a influência desta na sua conversão ao catolicismo tenha sido maior do que aquilo que geralmente é suposto. A despeito das dificuldades da sua vida na Inglaterra, Catarina acabou por se afeiçoar a certos aspectos do país e do povo, o qual viria, por sua vez, a respeitá-la. A lealdade da sua amizade pela Inglaterra demonstrou-a ela após regressar a Portugal, em 1692, exercendo frequentes vezes a sua influência em favor da Aliança. O casamento de Carlos e Catarina não pôs fim aos conflitos entre a Inglaterra e Portugal. Mas, se esses conflitos existiram, fossem motivados pelo pagamento do dote da Rainha, pelas fronteiras de Bombaim ou pelos privilégios comerciais ingleses, a verdade é que se conseguiu evitar uma quebra grave das relações entre os dois países. Com todos os seus altos e baixos, o casamento de Carlos e Catarina simboliza tanto as vicissitudes como a durabilidade das relações anglo-portuguesas.

Catherine, with all its ups and downs, symbolises both the vicissitudes and the enduring nature of the Anglo-Portuguese connection.

Museu do Trajo  
São Brás de Alportel  
Centro de  
Documentação

## A Aliança Anglo-Portuguesa no Século XVIII

por A. D. Francis, antigo membro do Corpo Diplomático e autor das obras *Methuens and Portugal* e *The Wine Trade*.

O século XVIII começou com uma das raras interrupções da Aliança, suspensa de Julho de 1701 a Maio de 1703.

A Inglaterra tentaram, por várias vezes, reafirmar a Aliança através dum novo tratado, mas em termos que não eram considerados aceitáveis por Portugal. Em 1701, a França aproveitou-se das hesitações inglesas, persuadindo a Espanha a juntar-se-lhe numa aliança com Portugal. Depois de terem considerado a Aliança como um ponto assente, ingleses e holandeses tinham agora que agir rapidamente para que os portos portugueses não ficassem à disposição do inimigo.

Em Maio de 1702, os embaixadores da Inglaterra, da Holanda e do Império iniciavam negociações com o objectivo de recuperarem os favores de Portugal. A escolha inglesa recaiu sobre John Methuen, que, entre 1691 e 1697, fora Ministro encarregado de Portugal, cargo em que o seu filho Paul lhe sucedeu. Possuidor de um negócio de família no comércio de fazendas e bem relacionado na City de Londres, Methuen era um perito comercial. A alta diplomacia não lhe era, todavia, estranha. A sua posição como Lord Chanceler da Irlanda dava-lhe direito ao tratamento de My Lord. Apesar disso, preferiu não exibir as suas credenciais de embaixador uma vez que, dadas as boas relações que mantinha com o Rei e com a Corte, era-lhe mais fácil dirigir-se-lhes como amigo do que como um embaixador rodeado de protocolo.

O trunfo de Methuen residia na promessa de que uma grande esquadra chegaria em breve, para dar ao Arquiduque Carlos um Reino que se encontrava disposto a declarar-se a seu favor. Segundo deu a entender, Portugal faria melhor em juntar-se aos aliados se desejava gozar de protecção. D. Pedro dispensou um bom acolhimento a Methuen, parecendo disposto a aceder. Porém, quando a Guerra da Sucessão de Espanha foi declarada sem que a esquadra prometida aparecesse, o Rei hesitou em concretizar as suas palavras. Ao partir para Inglaterra, em Junho, Methuen não levava consigo mais do que a promessa real de que a Aliança com a França e a Espanha seria anulada se esses países não enviassem navios para proteger o Reino. De regresso, em Agosto, Methuen não encontrou no Tejo mais do que oito navios franceses. Mas quando, passados poucos dias, toda a esquadra anglo-holandesa atravessou o estuário do rio, o rei português mostrou ser senhor da sua palavra.

Para além de se defenderem do arrogante poderio francês, a Inglaterra e a Holanda aspiravam, igualmente, a expandir o seu comércio. Os ingleses sentiam-se de tal modo fascinados pelo ouro das Índias que até mesmo os mais endurecidos comerciantes não podiam evitar uma atitude quase romântica. A entrada para a Grande Aliança, esperavam eles, teria a utilidade de acabar com a guerra na Península, possibilitando à Inglaterra concentrar o seu esforço militar contra as forças espanholas estacionadas nas ilhas. O Imperador começou por conceder a ocupação de portos para esse fim. Porém, a idéia dos heréticos ingleses poderem vir a ocupar os domínios espanhóis,

## The Anglo-Portuguese Alliance in the 18th Century

by A. D. Francis, a former member of the Diplomatic Service and author of *Methuens and Portugal* and *The Wine Trade*.

The 18th century began with one of the rare interruptions of the Alliance; it was in abeyance from July 1701 to May 1703.

England had often tried to reaffirm the Alliance by means of a new treaty, but never offered terms acceptable to Portugal. While England hesitated, France stole a march in 1701 by persuading Spain to join her in an alliance with Portugal. The English and Dutch had taken the Alliance too much for granted; they now had to bestir themselves, if Portuguese ports were not to be at the disposal of the enemy.

In May 1702, the English, Dutch, and Imperial Envoys began the negotiation to win back Portugal. The English choice for the mission was John Methuen. He had been minister to Portugal from 1691 to 1697 and had been succeeded by his son Paul. With a family business in the cloth trade and good connections in the City of London, he was a trade expert. But he was now also dressed for high diplomacy, for he was Lord Chancellor of Ireland and entitled to be addressed as My Lord. But he preferred to keep his ambassadorial credentials in his pocket, for he was on good terms with the King and the court, and could see them more easily as a friend than as an ambassador fenced in with protocol.

Methuen's trump card was the assurance that a great fleet would soon come to give to the Archduke Charles a kingdom which was ready to declare for him. He intimated that Portugal would do well to throw in her lot with the Allies, if she wished for protection. King Pedro welcomed Methuen and seemed to agree, but when the War of the Spanish Succession was declared, and no fleet appeared, he hesitated to translate his words into action. Methuen took back in June no more than the King's personal promise to abrogate his alliance with France and Spain, if they defaulted on their promise to send ships to protect him. When Methuen came back in August he found only eight French ships in the Tagus, but within a few days the whole Anglo-Dutch fleet was seen passing the mouth of the Tagus. The King was then as good as his word.

The English and Dutch were defending themselves against the overweening power of France, but they also aspired to increase their trade. The English were dazzled by the gold of the Indies, to a point where solid businessmen became almost romantic. They had hoped upon entering the Grand Alliance to keep the war out of the Peninsula and to operate against Spain only in the Indies; the emperor at first agreed that they could occupy overseas ports for this purpose, but he soon thought better of allowing heretics a free rein in the Spanish dominions. He was also very anxious for the fleet to enter the Mediterranean to further his ambitions in Italy, and he pressed hard and often for this. So the fleet was diverted to Cadiz, the gateway to Spain and the Mediterranean, but also to Spanish overseas trade. But the attempt against Cadiz was a fiasco and scarcely a Spaniard there declared for the Archduke. This made a very bad impression in Portugal, which was only partly effaced by the success of the fleet at Vigo, and the arrival in Lisbon of the Almirante of

depressa o levou a mudar de opinião. Para isso, contribuiu o seu interesse em que a armada entrasse no Mediterrâneo para consolidar as suas ambições na Itália. A Armada foi, assim, desviada para Cadiz, entrada não só para o Mediterrâneo como também para o comércio externo espanhol. Mas o ataque contra Cadiz foi um fiasco e nem um único espanhol aderiu à causa do Arquiduque. Este facto causou em Portugal uma péssima impressão, que só viria a ser parcialmente dissipada pelo êxito da Armada em Vigo e pela chegada a Lisboa do Almirante de Castela, um Grande de Espanha, cuja adesão demonstrava que as referências à dissidência espanhola não eram ilusórias.

D. Pedro favorecia, sem dúvida, a renovação da Aliança. O Rei português reconhecia a importância do poderio marítimo e do comércio ultramarino, fonte de grande parte do seu rendimento sob a forma de direitos alfandegários. Impressionavam-no os subsídios anuais que o Parlamento concedia ao monarca inglês e chegara mesmo a pensar introduzir o sistema em Portugal. Acima de tudo, combatia os espanhóis durante a juventude e dominava-o a ideia de conduzir um grande exército aliado até Madrid. Esta ideia de invadir a Espanha atraía igualmente o povo português, que não esquecera ainda as guerras da Independência e sentia a sua liberdade ameaçada pelo país vizinho.

Apesar de ser um autocrata, o rei hesitava, contudo, em tomar decisões, razão pela qual buscava as opiniões de um reduzido grupo de conselheiros e secretários. De entre os primeiros, o mais influente era o Duque de Cadaval, um septuagenário vivaz com acentuadas simpatias pela França. Porém, mais do que pró-franceses, como eram geralmente considerados, o Duque de Cadaval e os seus amigos eram pró-portugueses. Não se opoem a uma guerra contra qualquer dos lados, desde que daí pudessem resultar vantagens, pensavam no entanto que uma guerra contra a França envolveria riscos em demasia. O próprio Marquês de Alegrete que, dos conselheiros, era talvez o mais favorável aos aliados, não acederia a expor Portugal a riscos, a não ser que a isso fosse forçado ou que os argumentos persuasores fossem convincentes. Tanto ele como os seus colegas eram homens de vistas largas, educados e experientes. Mas eram também idosos e avisados. O tempo era o seu trunfo principal e as muitas oportunidades que surgiam, aproveitavam-nas eles para voltarem os Aliados uns contra os outros e contra a França, levando-os a aumentarem o valor das suas propostas.

Em Maio, depois de terem mantido as evasivas até ao último momento, os portugueses foram persuadidos a assinarem dois tratados. Os documentos foram acertadamente designados pelos Tratados de Methuen, uma vez que só o embaixador britânico contava com o apoio necessário para conduzir as negociações. O embaixador imperial, Conde de Waldstein, não achava que a Aliança com Portugal fosse merecedora do preço que teria de ser pago. Quanto ao ministro holandês Schonenberg, uma mistura de fidalgo espanhol e de judeu safardita, os seus conhecimentos comerciais levavam-no a ter objectivos idênticos aos de Methuen. Contudo, para além de menosprezar as dificuldades que uma invasão da Espanha implicaria, Schonenberg era por demais cioso do comércio holandês. O seu governo apoiava a Aliança; mas, sempre prontos a concederem empréstimos a troco de condições comerciais, os holandeses não se inclinavam para uma aceitação dos elevados subsídios que Portugal pedia. As negociações ficaram, pois, entregues a Methuen. A maneira unilateral como as conduziu e a posição especial de

Castile, a wealthy grandee, whose adherence showed that the talk of Spanish dissidence was not altogether moonshine.

King Pedro himself wanted an alliance. He appreciated the value of sea power and of overseas trade, which gave him much of his income in the form of customs dues. He was impressed by the annual grants, which Parliament voted to an English monarch, and had even thought of introducing this part of the system into Portugal. Above all he had fought against Spain in his youth and was entranced by the idea that he might lead a great allied army to Madrid. This notion of an invasion of Spain appealed also to the Portuguese people; they had not forgotten the Wars of Independence and they still felt that Spain threatened their freedom.

The King was an autocrat, but he found it hard to make up his mind, and he leant heavily on the guidance of a few councillors and secretaries. Of the former the most important was the Duke of Cadaval, a lively septuagenarian with strong French affiliations. He and his friends were regarded as pro-French, but they were much more pro-Portuguese. They were not against a war on either side, if it could be shown to be advantageous, but they believed that a war against France would be too dangerous. Even the Marquis of Alegrete, perhaps the councillor most favourable to the Allies, believed this. He was disposed to be friendly, but not to expose Portugal to risk unless he were obliged to do so, or the inducements were very great. He and his colleagues were educated and experienced men of wide views, but they were elderly and cautious; they played for time, using their many opportunities to play off the Allies against each other and against France, and to make them step up their bids.

The Portuguese stalled until the last moment, but in May were persuaded to sign two treaties. They were rightly called the Methuen treaties, for Methuen alone had the backing and the inclination to carry them through. The Imperial ambassador Count Waldstein did not believe that an alliance with Portugal was worth paying for. The Dutch minister Schonenberg, himself half a Spanish hidalgo and half a Sephardic Jew, was as great a trade expert as Methuen and had many aims in common with him. But he underrated the difficulties of invading Spain, and he was very jealous for Dutch trade. His government backed the Alliance, but although the Dutch were great lenders on commercial terms the States General had neither the inclination nor the means to agree to the very large subsidies for which Portugal was asking. It was left to Methuen to lead the bidding; the unilateral way in which he often did it, and his special position with the Portuguese Court, exasperated his colleagues. The Almirante of Castile was a law unto himself, but he was inclined to sympathise with Waldstein and Schonenberg.

One of the treaties, the Quadruple Treaty, was for the war only, and laid down the terms on which 12,000 allied troops, a Portuguese regular army of 15,000, a Portuguese auxiliary army subsidised by the allies of 13,000 men with allied naval protection, were to be maintained for the invasion of Spain and the enthronement of the Archduke Charles as King at Madrid. The second triple treaty with England and the United Provinces, but not the Emperor, supplemented the first treaty and was of a more permanent nature, including perpetual guarantees of the integrity of Portuguese territory both at home and overseas. The cost of this undertaking was more than the Allies could afford in either men or money, and

que gozava junto da Côrte portuguesa exasperaram os seus colegas. O Almirante de Castela, ainda que mantendo uma posição própria, manifestava simpatias por Waldstein e por Schonenberg.

Um dos tratados, conhecido como o Tratado Quadripartido, dizia unicamente respeito à guerra. Nos seus termos, previa-se a constituição dum exército formado por 12.000 soldados aliados, 15.000 soldados regulares portugueses e uma força auxiliar portuguesa de 13.000 homens, que, com o apoio naval dos aliados, invadiria a Espanha, ocuparia Madrid e colocaria o Arquiduque Carlos no trono. O segundo tratado tripartido, com a Inglaterra e as Províncias Unidas mas não com o Imperador, complementava o primeiro tratado. A sua natureza era, contudo, mais duradoura, incluindo garantias perpétuas quanto à integridade do território português, tanto na metrópole como no ultramar. O custo destes compromissos, quer em homens quer em dinheiro, era superior às possibilidades dos aliados, situação que seria agravada pelo facto do Imperador não pagar a sua parte. Como a Holanda se recusasse a pagar mais, a Grã-Bretanha viu-se obrigada a contribuir com dois terços do total. Pouco tardou até que lhe fosse impossível respeitar a sua quota de homens, enquanto os holandeses se atrasavam no pagamento dos subsídios. A longo prazo, era evidente que os aliados não podiam respeitar os seus compromissos. Também Portugal, no calor das negociações, assumira obrigações que ultrapassavam os seus recursos. Ao insistir num exército numeroso, esquecera-se de que não possuía nem a experiência nem a organização para manter tantos homens. Os subsídios foram gastos em pouco tempo, juntamente com a fortuna pessoal do rei. Portugal encontrava-se arruinado e o seu exército nem por isso era mais eficiente.

Em Dezembro, Methuen concluiu um tratado comercial unilateral, que lhe permitiu tratar de assuntos que, devido às dificuldades levantadas pelos holandeses, não pudera incluir no tratado tripartido. Pelos termos do novo tratado, Methuen conseguiu o desejado levantamento das restrições que afectavam as importações de fazendas inglesas, em troca da garantia de que os vinhos portugueses nunca seriam sujeitos a um imposto superior a dois terços do pago pelos vinhos franceses. Esta garantia não criou problemas durante a guerra, altura em que era proibido importar vinhos franceses. Porém, em 1713, levaria o Parlamento a rejeitar os termos do tratado recentemente negociado com a França, o qual previa concessões especiais aos produtos franceses. Estava assim assegurado o consumo de vinhos portugueses na Inglaterra e de fazendas inglesas em Portugal. O Tratado teve como efeito imediato irritar os holandeses, que insistiram em negociar um tratado semelhante. Conseguiram-no em 1705, com relutância por parte dos ingleses, mas também com resultados comerciais insignificantes. Após o breve triunfo do exército aliado na sua marcha sobre Madrid, em 1706, Portugal começou a dar sinais de estar cansado de guerra, embora mantivesse algumas forças em Espanha. Na luta por condições vantajosas que marcaria as negociações de paz, Portugal corria o risco de ser esquecido. Porém, a relutância que mostrara durante o conflito, levou-a Portugal para a mesa de negociações. A paz com a Espanha só seria alcançada um ano depois dos Tratados de Utrech. Mais preocupado com os interesses britânicos do que com os compromissos assumidos pelos seus antecessores, Bolingbroke, o principal representante às negociações, não teve, contudo, oportunidade para esquecer as suas obrigações. As concessões

was made more onerous by the failure of the Emperor to pay his share. As the States General refused to pay more, England had to contribute two-thirds of the whole. She soon fell short of her quota of men, while the Dutch fell into arrears with their subsidies. Neither ally could in the long term meet all their commitments, but Portugal also had in the heat of negotiation undertaken more than she could fulfil. She had insisted on a very large army, but had no experience or organisation to keep up so many men. The subsidies were soon all spent and the King's private fortune too; Portugal was broke, but her army was still not efficient.

In December Methuen concluded a commercial treaty unilaterally; he had intended to include commercial matters in the Triple Treaty but had been deterred by the difficulty of agreeing upon them with the Dutch. By his treaty he won from Portugal the long desired removal of the restrictions on the import of English cloth in return for an undertaking never to subject Portuguese wines to a duty of more than two-thirds of that paid by French wines. This made no difference during the war, while French wines were prohibited, but in 1713 was a primary factor in moving parliament to reject the clauses of the recent treaty with France which gave French goods most-favoured-nation treatment. So the consumption of Portuguese wines in England was assured and of English cloth in Portugal. An immediate effect of the treaty was to embitter the Dutch, who insisted on having a similar treaty; in 1705 this was reluctantly granted, but it had no great commercial results. After the brief triumph of the march of the allied army to Madrid in 1706 the war petered out in Portugal, though some Portuguese troops still served in Spain, and some allied troops on the Portuguese frontier. In the scuffle for advantage, which marked the peace negotiations, Portugal was in danger of being forgotten, but from being the most reluctant belligerent, she became an equally reluctant peace-maker. Her peace with Spain was delayed for over a whole year after the treaties of Utrecht. Bolingbroke, the leading negotiator, thought more of immediate British interests than of the commitments made by his predecessors, but he was not allowed to forget his obligations. Such concessions to Portugal, as lay within the power of France, were concerned with the Brazilian frontiers on the Amazon and were comparatively easy-going, but after the Allies were irretrievably committed to peace, it was harder for them to get good terms. Spain assumed a tough attitude, but with English backing Portugal eventually secured many of her claims, including the definition of the frontiers of Brazil on the Rio de la Plata, but not the cession of any territory in Spain. Portugal had been particularly insistent on the cession of Badajoz, but Spain would never have rested until Badajoz was won back, and the guarantees given to Portugal preserved her territory far better than the walls of a few fortresses would have done. The Allies had not been able to save Rio de Janeiro from being sacked by the French in 1710 and 1711, but for the remainder of the century Brazil was safe, and so was Portugal. The treaty was invoked notably in 1735, when the fleet came to Lisbon, and in 1762, when 8000 troops were landed to resist a Spanish invasion. Between 1715 and 1740 trade flourished; Portugal depended on the gold and diamonds of Brazil to balance her trade, but the continued export of her wines did much to make it less uneven. In the heart of Portugal the people still led their traditional life little affected by the trade of Lisbon and the ports,

feitas a Portugal dentro dos limites dos poderes franceses diziam respeito às fronteiras amazónicas do Brasil e não eram, em si mesmas, motivo de controvérsia. Contudo, dispostos a manter a paz a todo o custo, os Aliados tiveram dificuldades em obter condições vantajosas. Perante a atitude de dureza adoptada pela Espanha, só com o apoio inglês acabou Portugal por ver satisfeitas muitas das suas reivindicações incluindo a definição de fronteiras no Rio da Prata, embora lhe fosse negada qualquer parcela de território espanhol. Portugal insistira particularmente na cedência de Badajoz; mas nem a Espanha descansaria enquanto não reconquistasse aquela cidade, nem a posse de algumas fortalezas seria mais eficaz para a protecção do território português do que as garantias dadas pela Inglaterra. É certo que, em 1710 e 1711, os Aliados não puderam evitar o saque do Rio de Janeiro pelos franceses. Mas até ao final do século tanto o Brasil como Portugal gozaram de uma situação de segurança. Entre as invocações do Tratado mais dignas de menção, contam-se a de 1735, quando a Armada se deslocou a Lisboa, e a de 1762, ano em que oito mil homens foram desembarcados em Portugal para oferecer resistência a uma invasão espanhola.

Entre 1715 e 1740, o comércio floresceu; Portugal dependia do ouro e dos diamantes vindos do Brasil para equilibrar o seu comércio, contando igualmente para isso com as exportações de vinho. No interior do país, o povo mantinha o seu modo de vida tradicional, alheio ao comércio de Lisboa e às riquezas que dele extraíam a Igreja, a Corte e as fábricas inglesas. Protestante de religião, a colónia inglesa vivia isolada. A sua prosperidade beneficiava, no entanto, o número considerável dos portugueses que para ela trabalhavam e, em Lisboa, as fábricas chegaram a atingir um certo grau de integração económica, quando não social, à medida que o seu comércio se diversificava.

Por meados do século, o comércio de vinho entrou em declínio. O produto atravessava um mau período na Inglaterra, onde o consumo per capita decrescia e a única qualidade que se exigia do vinho era que fosse tão forte como as bebidas brancas. Em Portugal, os exportadores tentaram recompor-se forçando uma descida dos preços em detrimento dos produtores. A guerra de 1740 com a Espanha viria, contudo, salvar a situação através do embargo aos vinhos espanhóis, a mais séria concorrência que os vinhos portugueses enfrentavam na Inglaterra.

A produção das minas do Brasil diminuía consideravelmente e aproximava-se o momento em que Portugal seria obrigado a agir. A situação foi agravada pelo terramoto de Novembro de 1755, que destruiu Lisboa e lançou a economia portuguesa no caos. O Parlamento Inglês aprovou o envio de 50.000 libras e abastecimentos, mas muito mais era necessário para que Portugal se pudesse voltar a erguer. O Marquês de Pombal, como primeiro ministro, fez um enorme esforço para reavivar a indústria e o comércio. Sendo um ditador, nem por isso deixava de ter ideias progressistas. Conhecia e apreciava a Inglaterra e, embora consciente de que os ingleses gozavam em Portugal de privilégios negados aos poucos portugueses que viviam na Grã-Bretanha, o Marquês de Pombal não hesitava em utilizar ideias e conhecimentos técnicos ingleses. Este facto é demonstrado pelo apoio concedido à fábrica de vidro de Stephen, na Marinha Grande, um dos seus mais bem sucedidos e duradouros projectos para a criação ou a restauração das manufacturas portuguesas. Embora decidido na sua rejeição de qualquer

which brought wealth to the church and court and to the English factories. As Protestants the latter were somewhat cut off from Portuguese life, but their prosperity was diffused among many Portuguese employees and in Lisbon the factory became more integrated economically, if not socially, as it began to live on general trade as much as on trade with Britain.

Towards the middle of the century the wine trade flagged; it was passing through a bad patch in England, where the tavern trade only asked of wine that it should be as strong as spirits and the consumption per head was falling. In Portugal the shippers, in order to recoup themselves, forced down the prices to the detriment of the producers. Only a war with Spain in the 1740s saved the situation by cutting out Spanish wines, which were the only serious competitors of Portuguese wines in England.

The production of the Brazilian mines was beginning to fall off and the time was coming when Portugal needed to bestir herself. The need was made more urgent by the earthquake of November 1755, which destroyed Lisbon and dislocated the Portuguese economy. The English parliament voted an aid of £50,000 and sent provisions, but more was needed to set Portugal on her legs again. The Marquis of Pombal, as first minister, made a great effort to revive Portuguese industry and trade. He was a dictator, but had many progressive ideas; he knew and appreciated England, and though he thought the English in Portugal had too many privileges, which were denied to the few Portuguese residents in Britain, he was not averse to using British ideas and British know-how, as he showed by his patronage of the Stephen's glass factory at Marinha Grande, one of his more successful and lasting projects to create or restore Portuguese manufactures. Though he was eager to assert Portugal's rejection of tutelage he was faithful to the Alliance and declined to join the Family Pact of France and Spain.

To stimulate the economy Pombal founded several public companies, of which the most notable from the British point of view was the Wine Company of the Upper Douro. He owned vineyards himself and so took a personal interest. Originally conceived to stimulate the wine trade with Brazil the company was given the control of wines for export, of the sale of brandy, and of prices. The stated aims were to purify the wines from the excesses of fortification to improve the quality of export wine, and to secure better prices for the producers. It had a limited success in all these directions at first, though the load of bureaucracy imposed on the trade increased general costs and incurred the lasting resentment of the merchants and shippers. The new legislation favoured Oporto wines at the expense of those of Lisbon, but the Oporto factory suffered for a time, though the trade was kept up by the great increase in the population of England, and particularly of its urban population, in the later decades of the century. So while the Lisbon factory never entirely recovered that in Oporto by the end of the century was flourishing again. The Douro Company soon lost its first enthusiasm for purifying the wine and made most of its profits out of the sale of brandy for fortification; port wines were more fortified rather than less but were improved as the art of fortification became better known. It is also doubtful whether the producers benefited by improved prices for very long; Pombal had given the Portuguese economy a shot in the arm, but the effects weakened after a while. However, world trade in general increased so

espécie de tutela, manteve-se fiel à Aliança, recusando-se a aderir ao Pacto Familiar entre a França e a Espanha.

Com o objectivo de estimular a economia, Pombal fundou várias companhias públicas, a mais notável das quais, sob um ponto de vista britânico, seria a Companhia dos Vinhos do Alto Douro. As vinhas que ele próprio possuía levaram-no a interessar-se pessoalmente pela produção. Concebida inicialmente para reforçar o comércio de vinho com o Brasil, a companhia acabou por concentrar o controle dos vinhos para exportação, da venda de aguardentes e das tabelas de preços. Entre as suas funções, incluía-se a purificação dos vinhos, a melhoria da qualidade dos vinhos para exportação e a obtenção de preços mais favoráveis para os produtores. Os seus êxitos em todos estes capítulos começaram por ser reduzidos, ainda que a sobrecarga de burocracia imposta sobre o comércio aumentasse os custos gerais, provocando ressentimentos entre comerciantes e exportadores. A nova legislação favorecia os vinhos da região do Porto, em prejuízo dos de Lisboa, o que não impediu que a própria Fábrica do Porto atravessasse um período difícil. Nas últimas décadas do século, o comércio manteve-se devido ao grande aumento da população inglesa, registado, em particular, nas zonas urbanas. Foi essa a principal razão do florescimento da Fábrica do Porto por alturas do fim do século, enquanto a de Lisboa nunca viria a recuperar inteiramente. A Companhia do Douro perdia, em breve, o seu entusiasmo inicial na luta pela purificação do vinho e muitos dos seus lucros passaram a vir da venda de aguardente destinada a aumentar a graduação. É, igualmente, legítimo duvidar de que os importadores tenham beneficiado por muito tempo de uma melhoria de preços. Pombal insuflara na economia portuguesa uma alma nova mas efémera. Apenas o grande aumento do comércio mundial iria permitir a sobrevivência do comércio português, embora, no que diz respeito à Grã-Bretanha, a sua importância tenha passado a ser relativamente pequena. Nada disto impediu, todavia, que Portugal ocupasse ainda um lugar especial na estima inglesa; muitas famílias deviam o início da sua prosperidade às Fábricas de Lisboa ou do Porto e o movimento contínuo de visitantes fazia com que Tejo e Douro continuassem a ser nomes familiares. A importância política da Aliança não decrescera e, nas últimas semanas do século, França e Espanha preparavam uma nova aliança contra Portugal; os exércitos britânicos iriam, em breve, regressar ao solo português para combaterem em defesa de Portugal.

much that the Portuguese trade was sustained, though so far as Britain was concerned it became relatively less important. Nevertheless, Portugal still occupied a special place in English estimation; many families owed their first prosperity to the Lisbon or Oporto factories and a stream of visitors to Portugal continued to make the Tagus and the Douro familiar names. The political importance of the Alliance was as strong as ever, and in the very last weeks of the century, in 1800, a new France-Spanish alliance against Portugal was being planned; English armies were soon again to fight in defence of Portugal on Portuguese soil.



## A Grã-Bretanha e Portugal durante a Guerra Peninsular

por Michael Glover, historiador militar e autor das obras *Wellington as Military Commander, Legacy of Glory e Britannia Sickness – Sir Arthur Wellesley and the Convention of Sintra*.

Poucos períodos houve desde o Tratado de Methuen, em 1703, até aos nossos dias durante os quais os destinos de Portugal e da Grã-Bretanha tivessem estado mais estreitamente ligados do que nos anos de 1807 a 1814. A Grã-Bretanha tentava, desesperadamente, fazer qualquer coisa que provocasse a queda do gigantesco império erguido por Napoleão através da Europa Ocidental. Foi em Portugal que surgiram as condições que lhe viriam a permitir vibrar eficazmente o primeiro golpe no continente europeu, e foi com a indispensável ajuda do exército português que ela pôde expulsar os franceses da Espanha, empurrando-os até uma linha situada no interior da própria França, entre Bordéus e Toulouse. Nessa altura, o Império de Napoleão desabava.

Este período de sete anos começou de modo bem pouco auspicioso. No dia 5 de Novembro de 1807, os fortes da entrada do Tejo abriram fogo contra uma fragata britânica que se aproximara da costa. Três dias mais tarde, todos os súditos britânicos que viviam em Portugal eram presos, e os seus bens, de valor considerável especialmente no Porto, confiscados. No dia 24 de Dezembro, a Madeira era ocupada por tropas britânicas.

Todas estas hostilidades escondiam, contudo, uma manobra de diversão. O Príncipe Regente de Portugal ansiava por manter a aliança com a Grã-Bretanha, a fim de evitar um bloqueio marítimo que traria a fome ao país. Por outro lado, Portugal encontrava-se ameaçado por um exército francês, ao qual nem as forças portuguesas nem o exército britânico poderiam resistir. Embora o Príncipe tenha enfrentado a situação o mais calmamente que lhe era possível, o inevitável deu-se: o General Junot invadiu o país à frente de um forte contingente francês, ocupando Lisboa e toda a região central.

Esta invasão francesa durou nove meses, ao fim dos quais Sir Arthur Wellesley, mais tarde Duque de Wellington, desembarcou em Portugal para derrotar Junot no Vimeiro. Nas negociações que se seguiram a esta batalha, Sir Hew Dalrymple, que acabara de chegar para substituir Wellesley no comando, viria a ter uma actuação desastrosa. Ao tratar da retirada do exército de Junot, nada fez para evitar que os franceses levassem consigo o volumoso produto dos seus saques. Mais grave do que isso, em momento algum informou as autoridades portuguesas sobre as decisões que iriam determinar o futuro do país. Durante um certo período, as tropas britânicas foram tão pouco populares em Lisboa quanto as francesas o tinham sido no mês anterior.

Mau grado as animosidades causadas pela falta de tacto de Sir Hew, era evidente que o simples receio de se verem separados forçaria Portugal e a Grã-Bretanha a continuarem juntos. Nos finais de 1808, o Conselho da Regência pediu à Grã-Bretanha que enviasse um Comandante-em-Chefe para o exército português. A escolha preferida teria sido a de Wellesley. Mas este estava destinado a cargos mais elevados e, no seu lugar, a Grã-Bretanha mandou William Carr Beresford, um homem para com quem tanto a

## England and Portugal during the Peninsular War

by Michael Glover, a military historian and author of *Wellington as Military Commander, Legacy of Glory and Britannia Sickness – Sir Arthur Wellesley and the Convention of Sintra*.

There were few periods between the Methuen Treaty of 1703 and the present day during which the fortunes of Portugal and Britain were so closely related as they were between 1807 and 1814. Britain was desperately trying to do something which would help to bring down the gigantic empire which Napoleon was building across western Europe. It was in Portugal that she found herself able to strike her first effective blow on the continent of Europe and it was with the indispensable help of the Portuguese army that she was able to drive the French out of Spain and up to a line running from Bordeaux to Toulouse within France itself. At this stage Napoleon's empire collapsed.

This seven-year period began most inauspiciously. On 5 November 1807 the forts at the mouth of the Tagus opened fire on a British frigate which had come close inshore. Three days later all British subjects in Portugal were arrested. Their property, which, especially in Porto, was very considerable, was seized. On 24 December British troops occupied Madeira.

All this was shadow-boxing. The Prince Regent of Portugal was anxious to keep to the British alliance because he knew that the alternative was a British blockade of his ports. This meant that Portugal would starve. On the other hand Portugal was threatened by a French army which he knew that neither his own nor the British army could resist. The Prince played the situation as coolly as possible but inevitably General Junot arrived with a strong French corps and occupied Lisbon and central Portugal. Spanish armies moved in to the north and south of the country.

That French occupation lasted for nine months until Sir Arthur Wellesley, who later became Duke of Wellington, landed and defeated Junot at Vimeiro. The aftermath of that battle was grotesquely mishandled by Sir Hew Dalrymple who arrived to take the command out of Wellesley's hands. He arranged for Junot's army to evacuate Portugal but he failed to prevent them from removing an enormous quantity of private loot. What was worse he omitted to tell any of the Portuguese authorities about the arrangements he was making for the future of their country. For a time the British troops were as unpopular in Lisbon as the French had been a month earlier.

Despite all the ill-feeling caused by Sir Hew's tactlessness, it was clear to everyone that Portugal and Britain must hang together, for fear of hanging separately. At the end of 1808 the Council of Regency asked Britain to supply a commander-in-chief for their army. They would have liked to have had Wellesley but he was destined for higher things and instead Britain sent William Carr Beresford, a man to whom both Britain and Portugal owe an enormous debt of gratitude. He was chosen because he was thought to speak the language, but, as he later admitted, 'I was not then very much master of Portuguese'.

Beresford brought with him a number of British

Grã-Bretanha como Portugal têm uma enorme dívida de gratidão. A sua escolha ficou a dever-se à convicção de que Beresford conhecia a língua, mas, como ele próprio admitiria mais tarde, "não dominava o português lá muito bem, nessa altura".

Beresford levou consigo alguns oficiais e sargentos britânicos, para o ajudarem a treinar as tropas portuguesas segundo os manuais britânicos. Esses oficiais eram pagos pelos dois países. Este facto fez com que Wellington comentasse, certa vez, em tom ácido, que alguns deles "não deram, para o seu alistamento no exército português, outra razão que não fosse o desejo de ganharem um pouco mais; desejo", acrescentava Wellington, "que se poderá aplicar à situação de todos os restantes oficiais do exército". Este comentário foi tanto mais injusto quanto é certo que os oficiais em causa se desempenharam notavelmente da sua missão e que, dos 350 que serviram no exército português entre 1809 e 1814, um em cada sete morreu em combate.

Não podem existir dúvidas quanto às dimensões da tarefa que lhes era atribuída, uma vez que o exército português, longe dos seus pergaminhos em 1807, fora deliberadamente desorganizado por Junot. Pouco tempo passado sobre a sua chegada, Beresford comentava, em privado, que "... a confusão e o caos que vim encontrar são indiscrimináveis; nunca imaginei que a ingenuidade humana pudesse ter confundido tudo de modo tão perfeito". Um membro da sua comitiva escrevia, por sua vez: "... os homens são bastante bons, muito obedientes, voluntariosos e pacientes. Os oficiais, na sua maioria, são detestáveis, maldosos, ignorantes e cheios de auto-suficiência." O problema era outro. Os oficiais portugueses ganhavam pouco e os melhores tinham sido incorporados por Junot no exército francês. Dos que ficaram, muitos eram já demasiado idosos. Num relatório, o Brigadeiro Campbell queixava-se de que o Coronel e o Tenente-Coronel do Regimento de Infantaria No. 3 tinham, respectivamente, 70 e 73 anos de idade. Um outro relatório afirmava que as idades dos três oficiais subalternos duma unidade de cavalaria somavam "perto de 180 anos". Ao pretender tomar medidas contra o Coronel de um dos seus regimentos, que "desviava dos canais adequados os fundos do seu regimento", o Coronel Cox, nomeado Governador de Almeida, apercebeu-se de que, se o Coronel fosse demitido, o comando recairia "num indivíduo muito jovem, que é seu sobrinho. O segundo Tenente-Coronel é igualmente seu sobrinho e, praticamente, um adolescente".

Com esta matéria prima pouco prometedora, Beresford e os seus colegas, tanto portugueses como ingleses, criaram um exército comparável aos melhores da Europa. Os resultados alcançados podem ser avaliados através de duas citações de Wellington, conhecido pela severidade com que apreciava tropas.

Quando, em Maio de 1809, passou pela primeira vez revista às tropas portuguesas, escreveu o seguinte: "O corpo de soldados é mau e os oficiais piores do que tudo do que tenho visto". Quatro anos mais tarde, afirmava da infantaria portuguesa: "que era extraordinário observar a sua conduta; que era impossível encontrar tropas mais bem comportadas; que não existia a noção de bater em retirada e que o seu sentido de avanço e a prontidão voluntariosa dos seus temperamentos não tinham par". Nas palavras de Wellington, eles eram "os galos de combate do exército".

O primeiro ataque em que participaram foi no

officers and sergeants to help him train the Portuguese troops according to the British drill-books. These officers drew both British and Portuguese pay. Wellington once remarked acidly that some of them 'gave no reason for engaging to serve with the Portuguese army excepting that they wished to have a little more money, a wish,' he added, 'which is equally applicable to the situation of every other officer in the army'. This comment was more than a little unfair because those officers did a remarkable job and of the 350 British officers who served in the Portuguese army between 1809 and 1814 one in seven died of it.

There is no doubt that they had an enormous task on their hands because the Portuguese army, which had not been at its best in 1807, had been deliberately disorganised by Junot. When he arrived Beresford commented privately that 'The confusion and chaos in which I found everything is not to be described, nor could I have believed that human ingenuity could so perfectly have confounded everything'. One of his staff wrote that 'the men are well enough, very obedient, very willing and patient. The officers for the most part are detestable, mean, ignorant and self-sufficient'. The trouble was that the officers had been underpaid for years and all the good ones had been marched off to France by Junot. Most of those left behind were far too old. Brigadier Campbell complained that in the 3rd Infantry Regiment the colonel was 70 years old and the lieutenant-colonel was 73. Another report said that the aggregate age of the three junior officers of a cavalry unit was 'near 180 years'. Colonel Cox, who was made governor of Almeida, wanted to dispose of the colonel of one of his regiments who had been 'diverting his regiment's pay from the proper channels', but pointed out that if he was dismissed 'the command will devolve upon a very young man, who is his nephew. The second lieutenant-colonel is also a nephew and quite a boy'.

Out of this unpromising material Beresford and his colleagues, Portuguese and British, created an army as good as any in Europe. The size of their achievement can be measured by two quotations from Wellington, who was a very hard judge of troops. When he reviewed Portuguese troops for the first time in May 1809 he wrote, 'the body of men very bad and the officers worse than anything I have seen'. Four years later he said of the Portuguese infantry 'that it was extraordinary just now to observe their conduct; that no troops could behave better; that they never now had a notion of turning and that nothing could equal their forwardness now, and their willing ready tempers'. They were, he said, 'the fighting cocks of the army'.

They first made their mark at Busaco in September 1810, a battle which Wellington said gave them 'a taste for an amusement to which they were not before accustomed'. A German officer who was there remarked particularly on the skill of the Portuguese sharpshooters. He said they displayed 'extraordinary bravery and skill - nay they were even comical; for when they got a successful shot they laughed uproariously, as if skirmishing were a source of great amusement to them'. He thought that all the Portuguese 'fought with conspicuous courage and did great credit to Marshal Beresford who had trained them. They behaved just like English troops and indeed fought with such valour that the French believed them to be Englishmen disguised in Portuguese uniforms'.

From then on they went from strength to

Buçaco, em Setembro de 1810. Esta batalha, ainda no dizer de Wellington, deu-lhes "o sabor de um divertimento a que não estavam habituados". Um oficial alemão reparou, em particular, na destreza dos atiradores especiais portugueses. De acordo com o seu relato, eles exibiam "uma bravura e uma mestria extraordinárias, chegando mesmo a ser cómicos: sempre que acertavam no alvo desejado, riam exuberantemente, como se o combate fosse para eles motivo de grande contentamento". Na sua opinião, os portugueses "lutavam com coragem notável, para grande crédito do Marechal Beresford que os tinha treinado. O seu comportamento era idêntico ao das tropas inglesas e o valor por eles demonstrado foi tão grande que os franceses julgavam-nos ingleses disfarçados com uniformes portugueses".

A partir daí, os êxitos sucederam-se. De entre os muitos episódios, dois há particularmente dignos de registo. Na batalha de Albuera, em Maio de 1811, a Brigada dos Regimentos 14 e 23 da Infantaria portuguesa, comandada por Harvey, foi atacada por quatro regimentos de Dragões franceses. Nenhum dos soldados se virou, até então, debaixo do fogo inimigo, mas o brigadeiro teve neles a confiança suficiente para não ordenar uma formação em quadrado, permitindo, em vez disso, que enfrentassem a cavalaria em duas linhas. Embora muitos generais, à frente de tropas experientes, hesitassem em seguir tal procedimento, a ordem de Harvey provou ser inteiramente justificada e os Dragões foram repelidos com pesadas baixas. Quatro meses mais tarde, ocorre em El Bodon um episódio pouco conhecido. Uma bateria portuguesa manteve o fogo até ao momento em que a cavalaria francesa tocava já a boca dos canhões, golpeando os artilheiros com os seus sabres. No rápido contra-ataque que se seguiu, os sobreviventes precipitaram-se para os canhões e, num espaço de segundos, faziam de novo fogo sobre os franceses.

Qualquer comemoração da Aliança Anglo-Portuguesa deverá reservar um lugar especial para o Marechal Beresford. Na Grã-Bretanha, nunca teve muitos amigos e a sua reputação foi deliberadamente enegrecida por William Napier, o primeiro grande historiador das Guerras Peninsulares. A admiração de que gozou, em tempo de guerra, por parte do exército português, foi superior àquela que alguma vez lhe seria dispensada na Grã-Bretanha. Porém, os oito anos durante os quais permaneceu em Portugal, uma vez terminada a guerra e o envolvimento na vida política do país acabaram por lhe danificar a imagem. Por essa razão, é hoje vítima de juízos depreciativos, quando não acontece ser pura e simplesmente esquecido. Os seus méritos como comandante de campo terão que ser, um dia, reabilitados dos libelos de Napier e de outros, embora o próprio Napier não lhe tenha podido negar o reconhecimento das suas virtudes como administrador e instrutor de tropas. Criar um exército a partir do nada, em menos de dois anos, é tarefa em que poucos terão sido bem sucedidos. Wellington considerava-o "superior em talentos" a todos os outros generais do exército aliado. Sem dúvida que era uma pessoa de trato difícil. Mas, como escreveu alguém que o conhecia de perto, "os seus defeitos não são mais do que os pontos fracos de um temperamento caloroso e precipitado, desejoso de pôr tudo em ordem sem para isso ter muita paciência. Aqueles que o acusam de severidade em demasia ou foram dela merecedores ou ignoraram deliberadamente o estado em que ele encontrou o exército português".

O mais elevado elogio prestado a Beresford e ao

strength. Two incidents seem particularly worth remembering out of many that might be chosen. At the battle of Albuera in May 1811 Harvey's brigade of the 14th and 23rd Portuguese infantry regiments was attacked by four regiments of French dragoons. None of the infantrymen had ever been under fire before, but their brigadier trusted them sufficiently not to form them into square but to allow them to receive cavalry in two-deep line. This was something generals hesitated to do with veteran troops but Harvey was completely justified and the dragoons were driven off with tremendous loss. Four months later there was the little-known action at El Bodon. Here a Portuguese battery fought their guns until French cavalry reached the muzzles and were sabring the gunners. There was an immediate counter-attack and the surviving gunners rushed back to the guns and had them firing again within a matter of seconds.

Any commemoration of the Anglo-Portuguese Alliance should have a special place for Marshal Beresford. He never had many friends in Britain and his reputation was deliberately blackened by the first great historian of the Peninsular War, William Napier. He was much more admired in the Portuguese army during the war than he was in the British but he outstayed his welcome in Portugal by staying there for eight years after the war ended and by getting involved in politics. Consequently he is now greatly underrated when he is not entirely forgotten. One day his ability as a commander in the field must be restored from the libels of Napier and others but even Napier could not deny him his achievements as an administrator and as a trainer of troops. Creating an army from nothing in less than two years is a feat that few people have achieved successfully. Wellington considered him 'superior in talents' to all the other generals in the allied army. It must be admitted that he could be a difficult man to deal with but, as someone who knew him very well wrote of him, 'His failings are mere foibles of a temper naturally warm and hasty, and from great zeal to have every thing right, without much patience. Those who accuse him of severity are either those who have felt it because they deserved it, or people wilfully ignorant of the state in which he found the Portuguese army'.

The highest compliment to Beresford and the army he trained was paid by the Duke of Wellington when he was preparing for his climactic battle with Napoleon at Waterloo in 1815. Terribly short of reliable troops he asked that 12,000 Portuguese infantry should be sent to the Netherlands for he knew that they would be men he could trust.

exército por ele treinado partiu do Duque de Wellington, quando, em 1815, se preparava para a batalha de Waterloo, contra Napoleão. Diante a escassez de tropas dignas de confiança, Wellington pediu que fossem mandados para a Holanda doze mil soldados de infantaria portugueses, porque nesses sabia ele poder confiar.

## O Século XIX: a Aliança Anglo-Portuguesa e a Luta por África

pelo Prof. Douglas L. Wheeler, professor de História na Universidade de New Hampshire e co-autor do livro Angola.

A Aliança Anglo-Portuguesa foi, durante o século XIX, o fulcro das relações políticas e estratégicas entre duas nações muito diferentes. Nunca mais nenhum dos aliados requeriria a ajuda crucial do outro. O mesmo século veria, em contrapartida, a degradação desta relação tradicional: nunca como então a hostilidade entre os dois aliados seria tão intensa. Na realidade, nunca mais as disparidades de poder e perspectivas entre os dois países serão tão acentuadas. Reconhecamos: a Aliança ajudou os Portugueses a salvaguardar a sua independência e contribuiu para a génese de forças que transformaram Portugal: a Monarquia Constitucional liberal de 1834 a 1910 e as várias formas modernas de nacionalismo e colonialismo Português.

Investigadores portugueses reconhecem o impacto Britânico durante o século XIX. O Dr. Marcelo Caetano, actual Primeiro Ministro, escreveu em 1963 que, na primeira metade desse século, a Inglaterra exerceu um protectorado *de facto* sobre Portugal.<sup>1</sup> Outra autoridade Portuguesa na matéria, o Professor Armando Marques Guedes, referiu-se à Aliança nessa época como sendo "O Século Inglês".<sup>2</sup>

### 1. Primeiro período, 1807-1855

Durante a primeira metade do século, as relações entre os dois países tocaram a fundo problemas como a independência de Portugal e os seus tipos de governo, a questão do Brasil, da liberdade de comércio, do tráfico de escravos e da soberania sobre os territórios Portugueses de África. Até meados do século, Portugal atravessou o período de maior fraqueza desde a invasão espanhola de 1580; a Grã-Bretanha, pelo contrário, alcançou antes de 1850 o seu maior poderio e este contraste de forças entre os dois aliados foi um factor vital nas suas relações. A Grã-Bretanha interveio decisivamente nos negócios internos de Portugal após as invasões francesas. Depois destes terem sido expulsos de Portugal com o auxílio e armas britânicas, a Inglaterra exerceu um protectorado sobre o seu aliado que incluía a manutenção no estuário do Tejo duma esquadra de guerra, o comando directo do Exército Português, o controle da economia nacional e a ditadura militar do muito detestado Marechal Beresford. A intervenção britânica inspirou as revoluções de 1817 e 1820, que contribuíram para o estabelecimento da Monarquia Constitucional. A ajuda inglesa foi vital para a derrota do partido Miguelista e da Monarquia Absoluta em 1834 e na protecção do trono de D. Pedro IV e de D. Maria II. Quando se verificou nova intervenção britânica em 1847, durante a guerra civil que ameaçava derrubar D. Maria II, Portugal encontrava-se num estado de fraqueza quase mortal. No entanto, o governo britânico estava determinado a manter a independência de Portugal, sendo as razões desta política mais pragmáticas que sentimentais. Lord Palmerston escreveu nessa época que era no seu interesse

## 19th Century: Anglo-Portuguese Alliance and the Scramble for Africa

by Professor Douglas L. Wheeler, Professor of History at the University of New Hampshire and co-author of Angola.

The Anglo-Portuguese Alliance in the 19th century was the climax of the political-strategic relationship between two very different nations. Never again would each partner so require the crucial aid of the other. The century also saw the nadir of this traditional relationship. Never again would the hostility between the allies be so intense. Indeed, never again would there be such a disparity between them in power and outlook. Yet the Alliance helped to safeguard Portuguese independence and aided also in the genesis of several forces which transformed Portugal: the liberal, constitutional monarchy (1834-1910), and the modern forms of Portuguese nationalism and colonialism.

Portuguese scholars acknowledge Britain's impact during this century. The present Prime Minister of Portugal, Dr Marcello Caetano, wrote in 1963 that England in the first half of the 19th century exercised over Portugal a *de facto* protectorate.<sup>1</sup> Another Portuguese authority, Professor Armando Marques Guedes, has described the Alliance then as, 'The English Century'.<sup>2</sup>

### 1. First period, 1807-55

Relations in the first half of the century revolved largely about the questions of Portugal's independence, the form of her government, Brazil, free trade, slave-trade and sovereignty in the Portuguese territories in Africa. Up to mid-century, Portugal was perhaps her weakest in power since the Spanish invasion in 1580; Britain achieved a paramount world position before 1850 and the contrast in power between the allies was a vital factor in the relationship. Britain intervened decisively in the internal affairs of Portugal after the French invasion in 1807. After the French were expelled from Portugal with British arms and aid, Britain exercised a protectorate over her ally which included keeping a naval squadron in or near the Tagus, direct command of the Portuguese Army, an economic protectorate, and a military dictatorship under the much-hated Marshal Beresford. British intervention inspired the revolutions of 1817 and 1820, which led to the establishment of a constitutional form of monarchy. British aid was vital in the defeat of the Miguelist or Absolutist Monarchist party by 1834, and in the protection of the thrones of King D. Pedro IV and Queen Maria II. When Britain intervened again in 1847 in a civil war which threatened to topple Queen Maria, Portugal's condition was perilously weak. The British Government, however, was determined to maintain Portuguese independence, and the immediate rationale for this policy was more pragmatic than sentimental. As Lord Palmerston wrote at the time: it was in their interest that Spain did not absorb Portugal because:

the naval position of the Tagus ought never to be in the hands of any power, whether French or Spanish, which might become hostile to England.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> 'Aliança Inglesa', in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Verbo: Lisbon, 1963), Vol. I, pp. 1260-1271.

<sup>2</sup> Marques Guedes, *A Aliança Inglesa* (Lisbon, 1943, ed.).

<sup>3</sup> For. Sec. Palmerston to Lord Russell, letter of 1847, cited in Kenneth Bourne, *The Foreign Policy of Victorian England, 1830-1902* (Oxford, 1970), pp. 275-6.

<sup>1</sup> "Aliança Inglesa", in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. (Verbo: Lisboa, 1963), Vol. I, pp. 1260-1271.

<sup>2</sup> Marques Guedes, *A Aliança Inglesa* (Lisboa, 1943 ed.).

[da Grã-Bretanha] que a Espanha não absorvesse Portugal, pois

"A posição naval do Tejo nunca deverá estar nas mãos de qualquer potência, seja ela a França ou a Espanha, as quais se poderão tornar hostis à Inglaterra".<sup>3</sup>

As relações entre os dois aliados foram perturbadas mais profundamente pela questão colonial ou imperial. Alguns dirigentes portugueses responsabilizaram a Inglaterra pela independência brasileira em 1822; anteriormente, no Tratado Comercial e na Aliança de 1810, Portugal era obrigado a abrir os portos brasileiros ao comércio inglês, o que seria um primeiro passo para enfraquecer a posição portuguesa. Em 1815, no Tratado de Viena, os diplomatas portugueses conseguiram que fosse anulada a cláusula do Tratado de 1810 que prometia à Grã-Bretanha a posse por 50 anos dos domínios portugueses da Guiné.

Os conflitos coloniais anglo-portugueses, depois de 1822, foram largamente complicados pela supressão do tráfico de escravos em África. A Grã-Bretanha, usando de pressões diplomáticas e actos de retaliação navais na costa de África, tentou apressar os portugueses a suprimirem o tráfico de escravos. A questão complicava-se com a política portuguesa de expansão e soberania nas costas de Angola e Moçambique e a política britânica de comércio livre entre a Europa e as regiões Africanas onde Portugal pretendia estabelecer postos alfandegários.

Cerca de 1840 Portugal reclamou os territórios situados na costa a Norte de Luanda o que ia contra a vontade britânica. Os planos portugueses refletiam sonhos de um novo Império Africano e de uma nova força na Europa. Tratava-se de substituir os lucros perdidos com a supressão do tráfico de escravos pelos lucros mais legítimos do comércio e dos impostos; isto implicava uma expansão do controle português à qual se opunha a Inglaterra. Quando, nos anos 50, a "Regeneração" conseguiu tornar a política interna portuguesa mais estável e a fomentar o desenvolvimento económico da metrópole, as relações Anglo-Portuguesas mudaram de significado.

## II. Segundo período, 1855-1904

As questões territoriais dominavam as relações entre os dois aliados na segunda metade do século. Algumas disputas territoriais foram arbitradas por terceiras potências, muitas vezes favoravelmente a Portugal: a questão da Ilha de Bolama, na Guiné, e Delagoa Bay, em Moçambique, nos anos 70. Anteriormente, entre 1855-60, as tentativas frustradas de Portugal para expandir o seu domínio do norte de Luanda à foz do Rio Congo entraram em conflito com a Inglaterra. Em 1860 o poderio português sobre a costa de Angola foi várias vezes abalado quando as autoridades navais britânicas se opuseram à ocupação pelos portugueses de certos portos e quando o Consul britânico em Luanda ajudou a fugir um dirigente africano detido pelos portugueses, o Príncipe Nicolau do Congo. O futuro da Aliança Anglo-Portuguesa foi posto em causa várias vezes nessa época, por exemplo pelo jovem Rei Pedro V, que escrevia ao seu Ministro Fontes Pereira de Melo:

"A Inglaterra devia compreender as vantagens de não deteriorar as suas

The two allies' relations were troubled further by imperial questions. Some Portuguese leaders placed some of the blame for Brazil's independence in 1822 on Britain; earlier, in the Anglo-Portuguese Treaty of Commerce and Alliance in 1810, Portugal had been obliged to open Brazil's ports to British trade, an early step leading to a weaker Portuguese position. In 1815, at the Treaty of Vienna, Portuguese diplomats managed to annul the 1810 Treaty clauses which promised a cession for fifty years to Britain of Portugal's possessions in Guinea.

After 1822, Anglo-Portuguese imperial disputes were concerned largely with the suppression of the slave-trade in Africa. Britain, by means of diplomatic pressure and naval acts on the African coasts, attempted to quicken the pace of Portugal's suppression of the slave-trade. This was complicated by Portugal's policy of expansion of sovereignty along the Angolan and Mozambican coasts as well as by Britain's policy of favouring free trade between Europeans and Africans in coastal areas where Portugal had plans for establishing customs houses.

In the 1840s Portugal's territorial claims on the coast north of Luanda, the capital of Angola, conflicted with British policies. Behind Portugal's plans for expansion lay dreams of a new African empire and new strength in Europe. The plan was to replace the old slave-trade revenues with legitimate trade revenues and taxation; this involved an expansion of Portuguese control which Britain opposed. By the 1850s as Portugal's internal 'Regeneration' movement began to achieve more political stability and economic development at home, Anglo-Portuguese relations in Africa took on new significance.

## II. Second period, 1855-1904

African territorial questions dominated the relations of the allies after mid-century. There were a number of territorial claim disputes which were arbitrated by third parties largely in Portugal's favour: the questions of 'Bolama Island' in Guinea and Delagoa Bay in Mozambique in the 1870s. Earlier, during 1855-60, there were disputes concerning Portugal's abortive attempts to expand her control from north of Luanda, Angola, into the mouth of the Congo River. In 1860 the Portuguese position in coastal Angola was somewhat shaken when British naval authorities opposed Portuguese occupation of certain ports and when the British Consul in Luanda became involved in aiding the escape from Portuguese arrest of an African leader, Prince Nicolas of Congo. The future course of the Anglo-Portuguese Alliance appeared in doubt at that time, as young King Pedro V of Portugal wrote privately to his Minister Fontes Pereira de Melo:

England should realise the benefits of not souring her relations with a nation forced to be faithful to her obligations, but who some fine day may be tempted to revolt against her history.<sup>4</sup>

Portugal's leaders remained highly sensitive to possible threats to her African possessions and to criticism of her rule. In the 1860s the writings of the Scottish missionary-traveller, Dr David Livingstone, aroused some anxiety in Portuguese intellectual circles. But in the late 1870s there were Anglo-Portuguese negotiations over a scheme of co-operation in southern Africa involving Portugal's aid against the

<sup>3</sup> Secretário das Estrangeiras Lord Palmerston e Lord Russell carta de 1847, citada por Kenneth Bourne em *The Foreign Policy of Victorian England, 1830-1902* (Oxford, 1970) pp. 275-76.

<sup>4</sup> Letter, 8 May, 1860, in Ruben A. Leão, *Cartas do D. Pedro V Aos Seus Contemporâneos* (Lisbon, 1961), p. 307.

relações com uma nação forçada a ser fiel aos seus compromissos mas que, num belo dia, poderá ter a tentação de se revoltar contra o seu passado".<sup>4</sup>

Os dirigentes de Portugal eram extremamente sensíveis a quaisquer ameaças às suas possessões africanas e a críticas à sua administração. Nos anos 60 os escritos do missionário e explorador escocês Dr. David Livingstone, causaram grande inquietação nos círculos intelectuais portugueses. Apesar disso alguns anos mais tarde, no fim dos anos 70, iniciaram-se negociações Anglo-Portuguesas tendentes a desenvolver um esquema de cooperação na África do Sul que implicaria a ajuda portuguesa na luta contra o Transvaal independente em troca de auxílio económico britânico. Estas negociações foram no entanto frustradas pela intervenção diplomática europeia e pelos interesses nacionais diferentes. Na Conferência de Berlim sobre a África Ocidental, em 1884-85, as pretensões portuguesas à foz do Rio Congo foram satisfeitas apenas parcialmente e as atenções gerais voltaram-se para a África Central.

A Aliança do novo quase se desfez em Janeiro de 1890 quando os dois aliados entraram em conflito sobre os territórios que constituem actualmente o Malawi e a Rodésia. Para apoiar as suas reivindicações sobre estes territórios, Portugal enviou uma expedição militar que encontrou a resistência armada de forças africanas locais. O ministro britânico em Lisboa entregou nessa ocasião uma nota ao governo português, nota que se tornou rapidamente conhecida como o "Ultimato Britânico". A Grã-Bretanha exigia a retirada imediata das regiões em disputa das forças armadas portuguesas e recusava qualquer arbitragem do conflito; a alternativa era o corte de relações diplomáticas e possíveis retaliações navais. As autoridades de Lisboa submeteram-se ao Ultimato e demitiram-se do governo. Portugal então levantou-se num grito massivo, popular e patriótico contra a Monarquia, acusada de traição e contra a Inglaterra e a Aliança. Desde as invasões francesas, no início do século, que não se verificava tamanha coesão e unidade nacionais contra um poder estrangeiro. A reacção emocional do povo, descrita por um escritor português como "orgulho coletivo humilhado",<sup>5</sup> era causado por uma extraordinária ignorância da situação concreta da África Central. Mas a resposta popular ao Ultimato enfraqueceu a Monarquia portuguesa, deu novas forças ao republicanismo e ajudou a rejuvenecer o nacionalismo lusitano e o colonialismo. Em 1890 eram extremamente populares em Lisboa uns escarreadores que representavam "John Bull" segurando sacos de dinheiro. Sobrevive ainda hoje em dia um vestígio dos sentimentos causados pelo Ultimato: o próprio Hino Nacional Português, "A Portuguesa", uma composição romântica de dois patriotas que foi adoptada como Hino Nacional após a proclamação da República em 1910.

Apesar das exortações de alguns patriotas, não houve guerra entre os dois aliados. O tratado assinado em Junho de 1891 encerrava o conflito, perdendo Portugal os territórios que reclamava mas que, efectivamente não controlava, mas conservando apesar de tudo um extenso império. Anos mais tarde, em 1898, alguns portugueses recebiam o acordo entre a Inglaterra e a Alemanha, segundo o

independent Transvaal, in South Africa, in return for British economic aid. They fell through because of pressures of European diplomacy on Britain and national interests. At the Berlin West Africa Conference, 1884-5, Portugal's claims to the Congo mouth were only partially fulfilled and attention now shifted to Central Africa.

In January 1890 the Alliance nearly broke down over a conflict concerning possession of what is now Malawi and Rhodesia. To support her claims to this section of Africa, Portugal mounted an armed expedition which clashed with local African forces. The British Minister in Lisbon then delivered to the Portuguese Government a note which became known in a vast body of Portuguese literature as 'The English Ultimatum'. Britain demanded immediate withdrawal of Portuguese forces from the disputed areas and refused arbitration of the dispute; the alternative was a breaking of diplomatic relations and possible naval retaliation. The Lisbon authorities submitted to the Ultimatum and resigned from power. Portugal then experienced a mass, popular and patriotic outcry against their monarchy - accused of treason - and against Britain and the Alliance.

Not since the French invasions early in the century was there such an outburst of united Portuguese protest against a foreign power. The emotional public reaction, described by one Portuguese writer as, 'humiliated collective pride',<sup>5</sup> was based on extraordinary ignorance about the actual situation in Central Africa. But the public response weakened the Portuguese monarchy, strengthened Republicanism, and helped to rejuvenate Lusitanian nationalism and colonialism. On sale in 1890 Lisbon were popular spittoons made to resemble 'John Bull' holding money-bags. The most enduring vestige of the 'Ultimatum' feeling remains today: it is the very national anthem of Portugal, 'A Portuguesa'. This jingoistic and romantic composition was created in 1890 by two patriots. Later it was adopted as the official national anthem upon the proclamation of the Portuguese Republic in 1910.

Despite the encouragement of some excited patriots, war between the allies did not follow. In the treaty of June 1891 the territorial disputes were settled. Portugal lost sections she claimed yet did not control in Africa, but retained a large empire. Later, in 1898, some Portuguese became concerned about an agreement between Britain and Germany whereby, if Portugal defaulted on financial obligations held by both powers, they would then divide Portuguese Africa and Timor into economic spheres. This treaty, despite considerable alarmism, was never put into effect. On 14 October 1899, in the Treaty of Windsor, Britain renewed traditional assurances of protection for Portugal and her empire. The immediate British need was again strategic: Portuguese neutrality in the struggle against the Boers in the South African War. The Portuguese Government was eager for reconciliation. The ties of the Alliance were further consolidated by the ceremonial visits of King Carlos I to London in 1902 and the return visit of King Edward VII to Lisbon in 1903. An Anglo-Portuguese Arbitration Agreement was signed in 1904.

By this date, however, the strategic value of the Alliance to each ally was an open question. For Britain in the event of a European war, the use of the Tagus was no longer the guarantee of her security it had been in previous decades. For Portugal the Alliance remained the foundation of her foreign

<sup>4</sup> Carta, 8 de Maio de 1860, em "Cartas de D. Pedro V aos seus contemporâneos" (Lisboa, 1961), p. 307, de Ruben A. Leão.

<sup>5</sup> João Azevedo, *A História de Portugal* (Porto, 1942).

<sup>5</sup> João Azevedo, *A História de Portugal* (Oporto, 1942).

qual, no caso de Portugal faltar às suas obrigações financeiras para com estas duas potências, elas dividiriam os territórios portugueses de África e Timor em duas esferas de influência económica. Este tratado, apesar do considerável alarme que suscitou, nunca chegou a ser aplicado. Com efeito, a 14 de Outubro de 1899 era assinado o Tratado de Windsor pelo qual a Grã-Bretanha renovava as suas garantias de protecção a Portugal e ao seu Império. As motivações imediatas dos ingleses eram, uma vez mais, de ordem estratégica: assegurar a neutralidade lusitana na luta que se travava na África do Sul contra os Boers. A ansiedade dos portugueses por reconciliação era enorme e em 1902 tudo pareceu voltar à normalidade entre os dois aliados quando o Rei D. Carlos I visitou Londres e o Rei Eduardo VII foi a Lisboa em 1903. Um novo tratado seria assinado em 1904, o "Acordo de Arbitragem".

No entanto, por esta data, ambos os aliados se interrogavam sobre o valor da Aliança Anglo-Portuguesa. Na perspectiva duma guerra Europeia, a posição estratégica do Tejo deixara de ser a garantia para a Grã-Bretanha que fora durante as décadas anteriores. Em relação a Portugal, a Aliança continuava a ser a base fundamental da sua política externa mas procuravam-se estabelecer relações independentes com o Brasil e a Espanha. No plano da defesa nacional, dúvidas de que a Aliança fosse satisfatória. A Aliança, argumentavam alguns peritos militares, não era uma couraça contra uma hipotética invasão espanhola ou na possibilidade duma guerra europeia. Concluía-se, no entanto, pela continuação da Aliança, mas devendo Portugal fortalecer o seu Exército.<sup>6</sup>

Rudemente posta à prova, a Aliança sobreviveu a todos os acidentes e malentendidos de parte a parte. A crise mais aguda foi quando a Grã-Bretanha estava no auge do seu poder, em que os seus governantes não raras vezes eram sobranceiros e imperiosos para com os seus aliados e, no caso português, subestimavam a força e a resistência de Portugal. Pela parte que lhes toca, os Portugueses frequentemente exageravam nas dificuldades sentidas e na atribuição de culpas aos ingleses. Devido também às grandes afinidades com a cultura francesa e com a própria França, as elites portuguesas raro compreendiam ou perdoavam o seu aliado. O Partido Republicano, visando o descrédito da Monarquia, usava igualmente a Aliança como bode expiatório.

Apesar de tudo, os dois aliados beneficiaram da Aliança. Um resultado significativo desta relação de séculos é o ressentimento português contra o facto de ser considerado como um real ou potencial satélite da Grã-Bretanha em vez de ser um verdadeiro parceiro. Esta reacção contribuí largamente para o renascer do sentimento nacional português e, conseqüentemente, para uma posição de maior igualdade perante o seu aliado.

policy, but now she sought independent ties with Brazil and Spain. As for national defence, advanced Portuguese experts felt that the Alliance encouraged complacency. The Alliance, they argued,<sup>6</sup> was no iron-clad guarantee against a possible Spanish land invasion or conquest in a European war. They concluded that the Alliance should continue, but that Portugal required a much stronger army.

Severely tested, the Alliance remained. The course of the relationship was complicated by differing and sometimes false perceptions of each ally. Especially when Britain was the paramount world power, some of her representatives were haughty and imperious toward their allies, and some continually underestimated Portuguese strength and endurance. For their part, some Portuguese tended to exaggerate their own plight and to blame Britain unreasonably. In part because of their greater cultural affinity for France and for French culture, at times the Portuguese élite could neither understand nor forgive their ally. Also, the Portuguese Republican Party worked to discredit the monarchy by using the Alliance as a magnificent scapegoat.

Nevertheless, both partners benefited from the Alliance. A significant offspring of this unusual arrangement was the Portuguese resentment against remaining a real or potential British satellite instead of a partner. This response remained an enduring note in Portugal's struggle for national revival, and, consequently, for greater equality with her ally.

<sup>6</sup> Tenente Coronel Mesquita do Carvalho, *A Verdadeira Situação Militar De Portugal* (Porto, 1888), XII e pp. 150-52; Tenente Raul Esteves, *A Função do Exército* (Lisboa, 1907).

<sup>6</sup> Lt.-Col. Mesquita do Carvalho, *A Verdadeira Situação Militar De Portugal* (Oporto, 1888), XII and pp. 150-52; Lt. Raul Esteves, *A Função do Exército* (Lisbon, 1907).



## A Aliança Anglo-Portuguesa no Século XX

por Hugh Kay, especialista em assuntos portugueses e autor da obra *Salazar and Modern Portugal*.

Diz-se que não há verdadeiro amor sem descontentamentos. A ser verdade, a Aliança Anglo-Portuguesa é amor do mais puro dado que, nos últimos 60 anos, tem levado bastantes safanões. Mas, fazendo as contas entre o Deve e o Haver, a Aliança foi bastante útil para ambos os lados.

É uma história que começa mal. O Pacto secreto de 1899 entre a Alemanha e a Grã-Bretanha tentava assegurar à Alemanha o controle da África Portuguesa. Intenções frustradas pelo eclodir da Guerra dos Boers. 13 anos mais tarde, a Grã-Bretanha enviou a Berlim Lord Haldane, para discutir a possibilidade daquilo a que ele chamou polidamente "um reajustamento dos interesses em África". O próprio Almirante Von Turpitz ficou surpreendido. Mas não se concluiu nada, rebentando a guerra em 1914. Dois anos depois a Alemanha declarava guerra a Portugal por este, a pedido da Grã-Bretanha, ter apreendido navios Alemães, e um Corpo Expedicionário Português foi juntar-se aos Aliados em França.

António de Oliveira Salazar tornou-se Primeiro Ministro de Portugal em 1932. Em pouco anos, a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial fariam a Aliança passar pelo seu teste mais duro de sempre, e é fascinante a leitura do modo como Salazar conduziu as coisas nesse tempo.

Salazar estimava a Grã-Bretanha e acreditava na Aliança, mas ressentia-se pelo facto da Grã-Bretanha ter aquilo que ele via como uma tendência para apadrinhar Portugal como um parente pobre, uma "coisa pouca". Portugal atravessava um período de descrença em si próprio e precisava de restaurar o orgulho nacional através dum forte sentido de independência. Além disso, Salazar considerava um disparate a tradicional desunião Ibérica. Não que ela tivesse a intenção de que a Espanha absorvesse Portugal, mas não via qualquer vantagem numa Espanha descentralizada e fragmentada dado que isso pura e simplesmente, considerava Salazar, abria as portas a potências estrangeiras que explorariam a Espanha e Portugal. Entre estas potências, ele receava sobretudo o Comunismo.

Estratégicamente, a Península Ibérica apresentava-se como uma recompensa brilhante tanto para Hitler (que Salazar desaprovava) como para o Comunismo. Havia também a Itália, cujo dirigente, Mussolini, foi admirado por Salazar até se tornar num simples peão de Hitler. Salazar não tinha confiança na Liga das Nações e, com o crescendo da agressão nazi, ele não compreendia a relutância britânica em se rearmar. Os processos democráticos deixavam-no confuso num tempo em que, segundo a sua maneira de ver as coisas, a firmeza e a iniciativa eram mais urgentes.

A sua perspectiva acabou por ser a de uma forte Aliança Anglo-Portuguesa conjugada com outra forte Aliança entre Portugal e a Espanha. Tendo em vista este fim, punha-se-lhe todavia um problema constante que era conciliar essas Alianças com o que seria mais tarde a sua preocupação mais premente: os interesses de Portugal. Por vezes, o seu comportamento pode ter parecido equívoco. Mas um país pobre e deprimido

## The Anglo-Portuguese Alliance in the 20th Century

by Hugh Kay, writer on Portuguese affairs and author of *Salazar and Modern Portugal*.

Museu do Trajo  
São Brás de Alportel  
Centro de  
Documentação

It is said that the course of true love never runs smoothly. By that token the Anglo-Portuguese Alliance must be true love indeed, for, over the past 60 years or so, it has taken a lot of hard knocks. Yet, when the debits and credits are totalled, the Alliance in this century has done both sides a lot of good.

The story begins badly. The Anglo-German secret pact of 1899 had aimed at securing German control of Portuguese Africa, but Portugal had been saved by the outbreak of the Boer War. Thirteen years later Britain sent Lord Haldane to Berlin to discuss the possibility of what he politely called 'a rearrangement of interests in Africa'. Even Admiral Von Turpitz was shocked. But it came to nothing and the first world war broke out in 1914. Two years later Germany declared war on Portugal for impounding German ships at Britain's request, and a Portuguese Expeditionary Force went to France to fight with the Allies.

Antonio de Oliveira Salazar became Prime Minister of Portugal in 1932. Within a few years the Spanish Civil War and World War II were to subject the Alliance to its greatest strains, and Salazar's conduct of affairs at this time makes fascinating reading.

He esteemed Britain and believed in the Alliance, but he also resented what he saw as Britain's tendency to patronise Portugal as a poor relation, a *coisa pouca*. Portugal was labouring under a sense of failure and needed to restore her national pride through a strong sense of independence. Moreover, Salazar saw nothing but folly in traditional Iberian disunity. He had no intention of being absorbed by Spain, but neither did he see any merit in a torn and fragmented Spain, for this would simply open the door to alien powers bent on exploiting Spain and Portugal too. Among those powers he dreaded Communism most.

Strategically, the Iberian Peninsula presented the prospect of a glittering prize both to Hitler (of whom Salazar disapproved) and to Communism. There was also Italy, whose leader, Mussolini, Salazar greatly admired until the Duce became Hitler's pawn. Salazar had no faith in the League of Nations, and, with the rise of Nazi aggression, he found it hard to understand Britain's reluctance to rearm. Democratic process baffled him at a time when, as he saw it, resolution was paramount.

The vision he formed in the end was that of a strong Anglo-Portuguese Alliance related to another strong Alliance between Portugal and Spain. In pursuing that end, however, his constant problem was to reconcile it with what, at the end of the day, had to be his overriding concern: the interests of Portugal. His approach may at times have seemed ambivalent. However, a poor and depressed country fighting its way back to some semblance of pride had to try and extract some profit out of its own right intentions. It extracted profit from Axis and Allies alike, but when it came to the crunch, it did not betray the Alliance. Motives may have been mixed, but the method was masterly.

Soon after the Spanish Civil War had broken out in

que procura o seu caminho de regresso a uma consciencia nacional deve tentar extrair todo o proveito possível das suas próprias intenções. Portugal lucrou tanto dos Aliados como das potências do Eixo mas, quando chegou a altura, não traiu a Aliança Anglo-Portuguesa. Se as motivações poderão ter sido várias, o método de Salazar foi perfeito.

Pouco tempo depois do rebentar da Guerra Civil Espanhola, no Verão de 36, tropas Italianas e Alemão vieram ajudar os Nacionalistas de Franco contra o Governo Republicano da Espanha. O Ministro Britânico dos Negócios Estrangeiros, Anthony Eden, tentou impedir a todo o custo que a luta se generalizasse num conflito Europeu. A seu pedido, Portugal aderiu ao Comité de Não Intervenção, mas fê-lo relutantemente pois Salazar teria preferido por várias razões ajudar Franco na sua vitória sobre os Republicanos, apoiados pela URSS. Ele acreditava que a influência portuguesa sobre Franco contrabalançaria a do Eixo, durante e depois da guerra, enquanto que uma vitória republicana teria como consequência a presença russa na Península, e suspeitava que a prudência britânica poderia impedir a vitória Nacionalista. Salazar argumentava que uma aliança correcta entre Portugal e uma Espanha governada por Franco beneficiaria a Grã-Bretanha, pois a Espanha era a porta de entrada do Mediterrâneo enquanto as Possessões Africanas de Portugal guardavam os caminhos Marítimos para o Oriente.

Todavia, alguns meses depois, Salazar proibiu a exportação de mais armas para a Espanha e prometeu cessar o envio de voluntários que iam combater debaixo da bandeira franquista. No princípio de 1937, o governo britânico conseguiu persuadir Salazar a aceitar a presença em território português duma força de observadores britânicos encarregados de supervisionar a aplicação dos compromissos de Não-Intervenção. Contra o conselho de Londres, Portugal cortou as relações diplomáticas com o governo Espanhol e, mais tarde, enviou um antigo Ministro na qualidade de "enviado especial" junto do Quartel-General de Franco, em Salamanca. No entanto, só Abril de 1938 Salazar reconheceria formalmente o Governo Nacionalista.

Nesta altura, Londres começou a considerar a possibilidade duma estreita amizade entre Portugal e a Espanha e, quando da crise de Munique, Salazar pressionou Franco para que este se mantivesse afastado das grandes discussões europeias. Ele receava particularmente que, na eventualidade duma guerra europeia, a Itália pudesse mandar um exército através da Espanha para atacar a França e que a Grã-Bretanha contra-atacasse mandando tropas atacar os italianos através de Portugal. Pouco depois de Munique, Londres aceitou a proposta de Salazar para um pacto entre Portugal e a Espanha e, a 17 de Março de 1939, os dois países assinaram um Tratado de Amizade e Não-Agressão, o famoso *Pacto Ibérico*.

Este pacto provou ser de grande utilidade para os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial e foi fortalecido em 1940 pela adição dum Protocolo pelo qual a Espanha aceitava, de facto, as implicações da Aliança Anglo-Portuguesa: isto era o entrelaçamento das duas Alianças que Salazar sempre esperara. Combinar a Aliança Anglo-Portuguesa com a neutralidade durante a Guerra era a hábil política de Salazar — uma tarefa tomada mais difícil pela influência exercida pela Alemanha nos meios universitários portugueses e nos círculos de negócios. Por fim, parcialmente para proteger a sua neutralidade e, por outro lado, para minorar a pobreza de Portugal,

the summer of 1936 German and Italian troops poured into Spain to help General Franco's Nationalists against the Spanish Republican Government. Britain's Foreign Secretary, Anthony Eden, sought at all costs to stop the civil war from escalating into a European conflict. At his behest, Portugal joined the Non-Intervention Committee (NIC) but did so reluctantly, for in many ways Salazar would have preferred to support Franco to make sure of a victory over the Republicans (who were backed by Russia). He believed that Portuguese influence with Franco would counteract that of the Axis during and after the war, whereas a Republican victory could bring Russia into the peninsula, and he was suspicious of British caution which might prevent a decisive result for the Nationalists. He argued that the right sort of alliance between Portugal and a Franco-governed Spain would benefit Britain: for Spain was the gateway to the Mediterranean, while Portugal's African possessions guarded the sea routes to the East.

However, after a few months, he banned the export of further arms through Portugal to Spain and promised to stop the flow of Portuguese volunteers to Franco's flag. Early in 1937, the British Government succeeded in persuading Salazar to accept a supervisory force of British observers on Portuguese soil, their brief being to ensure that the Non-Intervention pledges were kept. Against London's advice he broke off diplomatic relations with the Spanish government, and later sent a former Minister as a 'special agent' to Franco's headquarters at Salamanca. He did not however extend formal recognition to the Nationalists until April 1938.

By this time London had come to see the possibilities of a close relationship between Portugal and Spain, and, at the time of the Munich crisis, Salazar put pressure on Franco to keep out of the wider European quarrel. In this he was partly influenced by the fear that, in a European war, Italy might send an army through Spain to attack France, and that Britain might retaliate by sending troops through Portugal to attack the Italians. Soon after Munich, London accepted Salazar's proposal for a pact between Portugal and Spain, and on March 17, 1939, the two countries signed a Treaty of Friendship and Non-Aggression, the famous *Pacto-Ibérico*.

The Pact proved to be of great advantage to the Allies in World War II, and it was strengthened in 1940 by the addition of a Protocol whereby Spain in effect accepted the implications of the Anglo-Portuguese Alliance: the interweaving of the two alliances that Salazar had hoped for. Salazar's policy was the tricky one of maintaining the Anglo-Portuguese Alliance and at the same time Portugal's neutrality in the war — a task made more difficult by the influence enjoyed by Germany in Portuguese university and business circles. Finally, partly to protect his neutrality and partly to ease the poverty of Portugal, Salazar set out to trade with both sides of the conflict, Allies and Axis alike.

Between 1937 and 1939 Salazar had been trying to rebuild the Portuguese armed services. He tried to buy what arms and aircraft he could from Britain, but prices were high and deliveries proved to be slow. Anti-Portuguese feeling in some sections of British society made its contribution to the delay, and Britain, after all, had a rearmament problem of her own. London was not well pleased, however, when Salazar did some of his armaments shopping elsewhere. In 1938, rumours of another Anglo-German scheme for getting hold of Portuguese Africa did nothing to relieve the mistrust in Anglo-Portuguese

Salazar resolveu negociar com ambos os beligerantes, Aliados e Eixo em pé de igualdade.

Entre 1937 e 1939, Salazar esforçou-se por reconstruir as Forças Armadas Portuguesas. Tentou comprar todas as armas e aviões que podia à Grã-Bretanha, mas os preços eram altos e as entregas demoradas. Sentimentos anti-Portugueses existentes nalguns sectores da sociedade britânica contribuíram em parte para estes atrasos e a Grã-Bretanha, além do mais, estava a braços com o seu próprio problema de rearmamento. Apesar disso, Londres não gostou que Salazar tivesse feito parte das suas compras de armamento noutros lados. Em 1938, boatos de outro projeto anglo-germânico de apropriação da África Portuguesa não contribuíram em nada para desanuviar as relações anglo-portuguesas. Mas, uma vez mais, nada se concretizou, talvez porque correspondesse mais aos desejos do Embaixador Britânico Nevile Henderson e do Dr. Schacht que às reais intenções dos seus respectivos governos. Quando rebentou a Guerra Mundial as relações Anglo-Portuguesas tornaram-se mais realistas.

Diz-se frequentemente que Salazar esperou até ver que caminho tomava o conflito antes de ajudar os Aliados. Mas desde o princípio que ele acreditou na vitória dos Aliados e insistentemente expôs este ponto de vista ao General Franco, cujos conselheiros pró-Eixo lhe diziam o contrário. Em 1940, a pedido de Londres, Salazar actuou como intermediário junto de Franco e ajudou a elaborar um plano para manter a Espanha fora do conflito. Um acordo tri-partido possibilitou que a Grã-Bretanha fornecesse uma Espanha faminta com viveres e outras necessidades, grande parte provenientes da África Portuguesa, e pagos através de acordos Anglo-Espanhóis. Mais do que isso, Salazar garantiu à Grã-Bretanha um fornecimento constante de escudos contra créditos em esterlino, durante um período em que outros países neutrais não emprestavam dinheiro à Grã-Bretanha senão contra ouro. A dívida britânica para com Portugal aumentou para uma quantia várias vezes superior à inicial mas Salazar nunca protestou e, depois da guerra, utilizou os créditos em esterlino na Grã-Bretanha.

Os seus contactos com Franco tiveram grande importância na manutenção da Espanha fora da guerra e impedindo que exércitos alemães atingissem Gibraltar e o Norte de África através da Península. Inicialmente, parecia que Franco ia entrar na guerra ao lado de Hitler mas ele pôs condições inaceitáveis para a Alemanha e, depois do célebre encontro entre Franco e Hitler em Hendaya, em 1940, o Fuehrer deve ter compreendido que não podia esperar muito da Espanha. Salazar alcançou o que pretendia indo ver Franco pessoalmente em 1942 e insistindo na sua opinião de que os Aliados ganhariam a guerra.

O bloqueio de guerra e a venda do volfrâmio português constituíram uma fonte adicional de problemas.

Na qualidade de países neutrais adjacentes era preciso bloquear Portugal e a Espanha. Por outras palavras, a Marinha de Guerra Britânica devia velar para que apenas desembarcassem na península as quantidades de mercadorias necessárias aos dois países e para o comércio com outros países neutrais. Isto é, Portugal devia ser impedido, na medida do possível, de re-exportar mercadorias para os países do Eixo. Em vista disto Salazar entrou em negociações, mas com grande relutância uma vez que a única riqueza natural de Portugal era o volfrâmio, produto necessitado urgentemente para os armamentos, e nenhum outro país podia produzir as

relations. But again it came to nothing, perhaps because it had more to do with Germany's Dr Schacht and Britain's Ambassador, Nevile Henderson, than with the real intentions of their governments. When world war broke out, however, Anglo-Portuguese relations became more realistic.

It is often said that Salazar waited to see which way the war was going before he helped the Allies. But right from the start he believed the Allies would win and consistently urged this view on General Franco, whose pro-Axis advisers insisted otherwise. In 1940 Salazar acted at London's request as go-between with Franco, and he helped to create a plan for keeping Spain out of the war. A three-cornered agreement enabled Britain to keep a hungry Spain supplied with food and other necessities, much of it from Portuguese Africa, and paid for through the Anglo-Spanish clearing. Furthermore, Salazar guaranteed Britain a constant supply of escudos for the duration against sterling credits, when other neutrals were lending Britain money only against the security of gold. The British debt to Portugal grew to several times the anticipated size, but Salazar never complained, and, after the war, spent the sterling credits in Britain.

His contacts with Franco played a most important part in keeping Spain out of the conflict and preventing German armies from moving through Spain with an eye to Gibraltar and North Africa. At first Franco seemed to be willing to enter the war on Germany's side, but he set impossible conditions which Germany could not look at, and, after the famous meeting between Franco and Hitler at Hendaya in 1940, it must have been clear to the Fuehrer that he could hope for nothing more from Spain. Salazar rammed his point home by going to see Franco personally in 1942 and repeating his conviction that the Allies would win in the end.

On the other hand, the wartime blockade and the sale of Portuguese wolfram were an additional source of friction between Britain and Portugal. As adjacent neutrals, Spain and Portugal had to be blockaded. In other words, the British navy had to see that no more supplies reached the peninsula than those two countries needed for themselves and for trade with other neutrals. In other words, Portugal had to be stopped, as far as possible, from re-exporting to the Axis powers. To this end Salazar entered into agreements, with great reluctance, since Portugal's one really valuable natural resource was wolfram, a commodity most urgently needed for armaments, and no other country could produce anything like the same quantities. Salazar sold it to both sides, and, although the Allies actually secured far more Portuguese wolfram than the Axis did, they had to buy far more than they required – simply to stop it from being sold to the enemy. And the purchase price rocketed tenfold before, at British instigation, Salazar put an embargo on further sales to Germany in 1944. It cost Portugal £2 million and put 100,000 Portuguese out of work.

In all these disputes the Alliance had never been invoked, and the British Ambassador told London that, if it were invoked, Salazar would not betray it. He proved right. In 1943 the Allies decided that they must have the use of the Azores, the Portuguese Atlantic islands, for bases to counteract the U-boat menace to allied shipping, and to shorten the route of the convoys. Eden advised Churchill to invoke the Alliance and gave it as his opinion that Salazar would react badly to undue pressure, as he was not the kind of man to jump on the Allied bandwagon just because the fortunes of war were changing in their favour. An

proclamou a UDI (Declaração Unilateral de Independência). O comércio da Rodésia e de Moçambique está estreitamente ligado e a Marinha de Guerra Britânica começou a policiar o Canal de Moçambique. Em Março de 66, Lord Walston veio a Lisboa discutir o problema e, ainda enquanto ele se encontrava em Portugal, o Governo Britânico levantou a questão nas Nações Unidas, o que aborreceu os Portugueses. A isto seguiu-se o bloqueio do porto moçambicano da Beira para impedir que petróleo atingisse a Rodésia através de Moçambique. Seguiu-se, pelo fim do ano, um aumento na lista de sanções anti-rodésianas. O bloqueio feriu o orgulho português, mas as sanções atingiram sobretudo as finanças nacionais. O resultado foi que a economia moçambicana sofreu bastante o que leva os portugueses a não se preocuparem em ocultar a realização de transacções com através de território português. Foi em 1966 que o Ministro Português dos Negócios Estrangeiros comentou ácidamente que a Grã-Bretanha não reconheceria o bloqueio a Cuba e que barcos britânicos transportavam material para o Vietname do Norte, mas que Portugal, ao que parecia, era um caso à parte!

Apesar de tudo isso, no entanto, os diplomatas dos dois países encorajavam o aumento do comércio mútuo, que atingiu níveis superiores aos de sempre. Hoje em dia, provavelmente, existe um maior entendimento entre os dois países, um acordo tácito sobre as divergências em relação aos assuntos africanos, e o próprio regime português tornou-se mais flexível do que era nos dias de Salazar. Fazendo as contas, o factor determinante na sobrevivência da Aliança apesar de todos os altos e baixos por que passou, é o sentimento que cada um dos povos nutre pelo outro. Nunca será esquecido que os camponeses e trabalhadores portugueses, durante a Segunda Guerra Mundial, partilharam o pouco que tinham com os fugitivos aliados, com os refugiados e com as vítimas de naufrágios de guerra. Para eles as políticas e as influências germânicas nalguns círculos não significam nada. Os portugueses podem ser persistentes na defesa dos seus interesses mas são imensamente brávos e imensamente generosos. No fim de contas, são essas coisas que importam.

the feeling of the people in both countries for each other. It will never be forgotten that the Portuguese peasants and workers, during the second world war, shared the little they had with Allied escapees, refugees and torpedo victims. For them, politics and the German influence in some circles meant nothing. The Portuguese can be dogged in defending their interests but they are immensely brave and immensely generous. These are the things that matter in the end.

Museu do Trajo  
São Brás de Alportel

Centro de  
Documentação



*John Frederick, King, Mayor of the City of London, and his brethren, bringing the Aldermen and Sheriffs of London and wife to the right port, and with the Mayor, the Lord, Assistant, and members of the Court of Common Council, the City of London, the 14th of June 1666.*

